

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**OS EDITORIAIS DA FOLHA DE S.PAULO, O AVANÇO DA AGENDA
NEOLIBERAL E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

BRUNA DA SILVA PASSOS

**MARINGÁ
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**OS EDITORIAIS DA FOLHA DE S.PAULO, O AVANÇO DA AGENDA
NEOLIBERAL E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada por BRUNA DA SILVA PASSOS, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação.
Linha de Pesquisa: História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo.

**MARINGÁ
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P289e

Passos, Bruna da Silva

Os editoriais da Folha de S. Paulo, o avanço da agenda neoliberal e a mercantilização da educação / Bruna da Silva Passos. -- Maringá, PR, 2024.
132 f. : color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. Educação - Reforma do Ensino Médio. 2. Imprensa - Análise do discurso. 3. Discurso midiático. 4. Golpe de 2016. 5. Rousseff, Dilma, 1947- - Impedimentos - Impeachment. I. Toledo, César de Alencar Arnaut de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 373.19

BRUNA DA SILVA PASSOS

**OS EDITORIAIS DA FOLHA DE S.PAULO, O AVANÇO DA AGENDA
NEOLIBERAL E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) – Universidade Estadual de Maringá -
UEM

Prof^a. Dra. Adriana Salvaterra – Universidade do
Noroeste Paranaense - UNESPAR - Apucarana/Pr.

Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha – Universidade
Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. João Silva Lima – Universidade Federal do
Acre – UFAC

Prof^a. Dra. Renata Franqui – Universidade Estadual
de Maringá - UEM

Data de Aprovação
03/05/2024

Dedico este trabalho aos que acreditam que a Educação é parte fundamental na construção de uma sociedade melhor e com mais equidade, e por isso lutam para que pessoas da Classe Trabalhadora como eu, possam conhecer o mundo com criticidade e autonomia; e aos meus amigos que tornaram essa jornada tolerável, me permitindo resistir às adversidades e realizar meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE), que me oportunizou este aperfeiçoamento científico educacional, colaborando com meu desenvolvimento enquanto pesquisadora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, por quem tenho profunda admiração e respeito e que como intelectual, me inspira e possibilitou que eu ampliasse minhas ideias durante este percurso. Agradeço por ter aceitado o desafio de me orientar na busca pelo título de mestra e ter paciência com a minha pesquisa que foi sendo desenvolvida com muitos obstáculos, os quais me tornaram melhor.

À disponibilidade da banca examinadora composta por: Prof^a. Dra. Adriana Salvaterra, Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha, Prof. Dr João Silva Lima e Prof^a. Dra. Renata Franqui, que me nortearam e auxiliaram no avanço desta pesquisa.

Aos professores e professoras que me acompanharam nessa trajetória, me incentivaram e ampliaram minhas ideias na graduação, como Marco Antônio de Oliveira Gomes, Rubiana Brasilio Santa Bárbara, Analice Czyzewski, os quais compartilharam conhecimentos essenciais para avançar meus estudos, norteando minhas pesquisas, com gentileza, disponibilidade, me inspirando como ser educadora que busca revolução.

Aos amigos, às amigas e aos colegas, dos grupos de pesquisa Fundamentos Históricos da Educação; Política, Religião e Educação na Modernidade, que viabilizaram aprendizagens, parcerias, debates, o que me ajudou a desenvolver uma concepção ampla da realidade.

Ao meu amigo Etienne Henrique Brasão Martins, que me apoiou desde a graduação a perseguir meus sonhos e permanecer no ambiente acadêmico, me prestando suporte teórico e emocional.

Ao meu amigo Krigor de Camargo Barela Faeda, que discutiu ideias, orientou leituras, partilhou a experiência de ingressar no processo e finalizar juntos essa etapa, se tornando um amigo leal para a vida.

À Magali Regina Bordin, que me inspira a ser uma pessoa melhor, me aconselha e incentiva a estudar, sendo uma referência de profissional, amiga e mãe. Sem as inúmeras escutas, conselhos, refeições e amparo eu não teria chegado até aqui.

À Suelen Regina Gomes Gonçalves, amiga e parceira de pesquisa, que está comigo desde a graduação, com a qual eu tenho um orgulho imenso de pesquisar assuntos comuns. A minha dupla para a vida, que me inspira e me faz continuar.

À Ohana, Edna de Meira Coelho, Henrique Rodrigues Cardoso e Franciele Aparecida Pires, família que eu adquiri com a vida e que acolhe, incentiva, escuta e fala o que eu preciso para continuar a minha jornada, tornando essa existência mais tolerável e bonita de se viver.

À minha namorada, Mariana Giacobbo, que me ouviu reclamar, chorar, sorrir, durante todo esse processo, me dando suporte e buscando me ajudar com o que eu necessitasse para que eu chegasse até aqui.

Ao meu irmão Daniel da Silva Passos e minha mãe Silvania Oliveira da Silva que estão comigo nos piores momentos e acreditam e incentivam meu potencial.

Pergunto coisas ao Buriti; e o que ele responde é: a coragem minha. Buriti quer todo o azul, e não se aparta de sua água — carece de espelho. Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.

PASSOS, Bruna da Silva. **OS EDITORIAIS DA FOLHA DE S.PAULO, O AVANÇO DA AGENDA NEOLIBERAL E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.** 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2024.

RESUMO

Vinculada à Linha de Pesquisa de História Da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas e ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política, Religião e Educação na Modernidade, esta dissertação buscou, como objetivo geral, compreender como a imprensa colaborou para o avanço da agenda neoliberal, contribuindo para a mercantilização da educação. Para tanto, usou-se como fonte de pesquisa os editoriais da Folha de S.Paulo, no recorte temporal de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, sendo desenvolvida com uma abordagem qualitativa, fundamentada nos referenciais ontológicos e epistemológicos do Materialismo Histórico-Dialético e nas categorias Gramscianas de ideologia, educação, hegemonia, intelectuais, imprensa. Recorreu-se às pesquisas bibliográfica e documental, além disso, utilizou-se análise de conteúdo como técnica para a interpretação dos editoriais. O estudo buscou apresentar um percurso histórico para a formação da crise de recessão econômica que o Brasil enfrentou após 2008. Discorreu sobre como a imprensa pode ser uma indústria da informação fragmentada da realidade, demonstrando que, por meio das opiniões contidas no jornal pesquisado, foi possível colaborar com um golpe de Estado contra a ex-presidente, em 2016, Dilma Rousseff, na narrativa de recuperar o desenvolvimento do país, levando ao pacote de reformas de base, que incluía cortes de investimento em educação pública, reforma da Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio, práticas defendidas por empresários da educação e que contribuem para tornar a educação uma mercadoria. Espera-se, com o estudo, contribuir para a compreensão da história política do país e com a ampliação do debate acerca da democratização e educação com qualidade para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação; Imprensa; Reforma do Ensino Médio; Golpe de 2016; Dilma Rousseff.

PASSOS, Bruna da Silva. **THE EDITORIALS OF FOLHA DE S. PAULO, THE ADVANCE OF THE NEOLIBERAL SCHEDULE AND THE COMMODIFICATION OF EDUCATION.** 132 f. Dissertation (Master in Education) - State University of Maringá. Advisor: Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2024.

ABSTRACT

Linked to the Research Line of History of Education, Policies and Pedagogical Practices and the Group of Studies and Research on Politics, Religion and Education in Modernity, this dissertation sought to understand as a general objective, the advance of the neoliberal agenda, contributing to the commodification of education, for this, using as research object, the editorials of Folha de S.Paulo, in the time frame from December 2015 to December 2016, was developed with a qualitative approach, based on the ontological and epistemological references of Historical-Dialectical Materialism and the Gramscian categories of ideology, education, hegemony, intellectuals, press. He resorted to bibliographical and documentary research, in addition, used content analysis as a technique for the interpretation of editorials. The study sought to present a historical path for the formation of the economic recession crisis that Brazil faced after 2008 and discussed how the press can be an information industry fragmented from reality, demonstrating that, through the opinions contained in the newspaper researched, it was possible to collaborate with a coup d'état against the former president in 2016, Dilma Rousseff, in the narrative of recovering the country's development. It is expected, with the study, to contribute to the expansion of the debate about democratization and quality education for the working class.

Key words: Education; Press; High School Reform; Coup de 2016; Neoliberal Agenda; Capital Crisis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de editorial.....	20
Figura 2: Gráfico de leitores do jornal Folha de S.Paulo	90
Figura 3: Matéria: Dilma cogitou deixar o PT no auge da crise, no fim do ano passado.....	93
Figura 4: Capa e editorial da Folha de S.Paulo de 12/12/2015. Dilma cometeu crime de responsabilidade?	94
Figura 5: Capa da Folha de S.Paulo do dia 13/03/2016. Ato Anti-Dilma é o maior da história.....	96
Figura 6: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 14/03/2016. Um dia que valerá por anos.....	96
Figura 7: Editoriais da Folha de S.Paulo do dia 18/03/2016.....	98
Figura 8: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 01/04/2016 Um elenco golpista	100
Figura 9: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 17/03/2016. Decisão da Câmara....	100
Figura 10: Assuntos mais comentados pelos leitores da Folha de S.Paulo, na semana de 9 a 15/04/2016.....	101
Figura 11: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 26/04/2016. Educação e a agenda de um novo governo.....	102
Figura 12: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 26/04/2016. Reconstrução da governança.....	105
Figura 13: Assuntos tratados nos editoriais pesquisados.....	112
Figura 14: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 16/10/2016. Brasil em reformas ...	115
Figura 15: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 03/04/2016. Educação de evidências	116
Figura 16: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 27/12/2016. Educação fora da caixa	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Estrutura da pesquisa e metodologia utilizada	17
2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO E O AVANÇO DA AGENDA NEOLIBERAL	21
2.1 A crise estrutural do capitalismo	21
2.2 A grande depressão e os impactos na economia global	26
2.3 O neoliberalismo e a crise de 2008	34
3 A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE E O AVANÇO DA AGENDA NEOLIBERAL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO	43
3.1 Quais caminhos levaram ao golpe?	44
3.1.1 A defesa de uma agenda neoliberal como resposta aos impactos da crise	52
3.1.2 As contradições no PT referente ao discurso de melhorar a educação....	58
3.2 Avanços da agenda neoliberal: mudanças na BNCC e o Novo Ensino Médio	69
4 FOLHA DE S.PAULO: UM JORNAL A SERVIÇO DE QUEM?	79
4.1 O papel educativo da imprensa	82
4.2 História do jornal Folha de S.Paulo	85
4.3 Os editoriais na narrativa pró-golpe.....	91
4.4 A Folha de S.Paulo favoreceu o processo de mercantilização da educação?...	107
5 CONCLUSÃO	120
6 REFERÊNCIAS.....	124

1 INTRODUÇÃO

Utilizar a imprensa como fonte de análise, assim como qualquer outra fonte de pesquisa, demanda a compreensão rigorosa de suas contradições e determinações, evidenciando os interesses envolvidos. Para compreender os avanços no desmonte da educação pública e as mudanças ocorridas após o golpe jurídico, midiático e parlamentar, em 2016, que legitimou a retirada da presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente em 2014, busca-se investigar os editoriais do jornal Folha de S.Paulo¹. O referido jornal foi escolhido, por ser de ampla circulação em todo o território brasileiro e apresentar uma forte contribuição por meio de editoriais com a temática que influenciou no processo citado anteriormente, influenciando no debate, mesmo que apresentasse em suas páginas orientações políticas diferentes e aparentar uma certa pluralidade de opiniões, na prática, em suas entrelinhas, ora implicitamente, ora explicitamente, o jornal dedicava a maior parte de seu espaço à defesa dos interesses da burguesia.

No Brasil contemporâneo, pode-se considerar como classe dominante a síntese do processo de colonização e construção sócio-histórica desse país, resultando na concentração de riquezas nas mãos de poucos. A expressão disso, atualmente, está entre os donos das grandes empresas de mídia, bancos e indústrias. Os proprietários das grandes empresas como a Odebrecht, Camargo Corrêa, Itaú, Bradesco, Globo e Folha de S.Paulo, compõem as camadas da classe dominante brasileira. Destaca-se que estes vivem em uma espécie de redoma social separada do restante da população.

Aliados a esse seletivo grupo está a classe média, que se considera e almeja ser burguesia, mesmo estando mais próxima do proletariado. Pode-se categorizar como classe reinante², composta por pessoas que não possuem os meios de produção, mas desempenham funções estratégicas na ordem burguesa. Elas servem à classe dominante, buscando manter seu status social, e estão presentes no parlamento, na representação de líderes religiosos e no agronegócio. Ambas as classes citadas

¹ Folha de S.Paulo se escreve da forma como foi apresentada, como publicado pelo periódico estudado, porém, pela norma ortográfica brasileira a abreviação de São Paulo é separado. Optamos por manter a forma que o Jornal utiliza, por se tratar de seu nome.

² Classe Reinante é um termo oriundo do filósofo e sociólogo marxista Nicos Poulantzas, em sua obra: "Poder Político e Classes Sociais" (1971), em que introduz o conceito de "classe reinante" como parte de sua análise sobre o Estado capitalista. Para conhecer sobre o tema: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2020/07/Resenha_Poder_Politico_e_classes_sociais-2.pdf

anteriormente existem devido à existência do proletariado, que, nessa lógica social, cotidianamente vende sua força de trabalho e constrói tudo, inclusive a história.

Nessa correlação de forças, destaca-se que as notícias selecionadas nos editoriais da Folha de S.Paulo não se limitavam a uma simples narrativa dos fatos, havia uma intencionalidade: a derrubada da presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente, e o avanço de uma agenda conservadora. Um dos horizontes dessa agenda foi a promoção de reformas com vistas à intensificação da exploração da força de trabalho.

Cumprе assinalar que a imprensa desempenha um papel fundamental na formação da opinião pública e é compreendida como uma estrutura social que exerce força ideológica³, com uma organização material para manter a dinâmica de domínio social. Portanto, a formação do consenso sobre a materialidade dos fatos ocorre de forma fragmentada e envolvida por interesses financiados por empresários que apoiam as empresas de mídia e são favoráveis à agenda neoliberal.

Esta pesquisa propõe, por meio de um aporte teórico, realizar o levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Capes e analisar as pesquisas em relação à proposta apresentada, demonstrando a participação da imprensa como um instrumento educativo na construção de um consenso sobre as mudanças ocorridas no país, destacando as relacionadas às políticas públicas educacionais. Foi utilizada como fonte de pesquisa a análise dos editoriais do jornal Folha de S.Paulo, para demonstrar a complexidade dos conflitos de interesses, dos projetos políticos educacionais e das visões de mundo carregadas de ideologias que a imprensa utiliza para construir um consenso público que apoie essas mudanças, bem como observar as potencialidades e fragilidades desses editoriais.

A educação é uma categoria ontológica do ser humano, haja vista que todos os avanços da humanidade não são transmitidos por meio dos conhecimentos produzidos e acumulados de geração em geração. A educação não pode ser compreendida de forma isolada da sociedade, fora da totalidade social da qual faz parte, uma vez que é uma construção histórica e social e, por isso, transforma-se

³ Ideologia é uma categoria filosófica, para Gramsci, a ideologia está ligada ao conceito de hegemonia, que é a dominação cultural e intelectual exercida pela classe dominante sobre as demais classes. Ele argumenta que a classe dominante, para manter seu poder, precisa estabelecer uma hegemonia não apenas através da coerção e da força, mas também pela disseminação de suas ideias e valores, tornando-os parte integrante da cultura e do senso comum da sociedade, ou seja, a ideologia não se limita apenas a ideias ou pensamentos, mas também engloba práticas sociais, valores e instituições que sustentam a hegemonia de uma classe social sobre as demais (Gramsci, 1978).

historicamente de acordo com relações estabelecidas para a organização da produção da vida.

Considerando as contribuições do pensamento marxista sobre a educação, fundamentais para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa, entende-se que há uma sociedade dividida em classes antagônicas, sistematizada e elaborada pela classe dominante e seus intelectuais.

Embora seja uma sociedade concebida sob as ideias da classe dominante, na qual as práticas sociais, inclusive a educativa, são por ela dominadas, isso não significa que categorias⁴ como: educação, escola, imprensa, entre outras, estejam imunes às contradições presentes nesta sociedade e que não exista espaço para a divergência e resistência. Logo, o objeto de estudo deve ser compreendido como uma manifestação concreta de múltiplas determinações materiais, isto é, jamais entendida como uma expressão única da ideia.

Pode-se verificar que, em uma sociedade dividida em classes antagônicas, a prática educativa é permeada por interesses de classe radicalmente opostos. Isso resulta em uma construção histórica contraditória. A educação e o ensino são determinados, em última instância, pelo modo de produção material da vida e isso, no modo de produção capitalista, reverbera na forma como a escola foi e é concebida, sendo sua construção também fruto da luta dos trabalhadores e seu movimento na história sobre contradições. Isso significa que a educação e a escola não são imunes aos antagonismos presentes em uma sociedade de classes.

Esse panorama coloca como exigência que o golpe e as reformas que se seguiram não sejam tratados sob o prisma de um discurso moralista, mas dos interesses dos agentes do capital diante da crise estrutural. As crises do capitalismo se repetem com determinada frequência: a quebra da Bolsa de Nova York (1929) é o exemplo emblemático do século XX, mas não foi a única. No período pós-Segunda Guerra (1939-1945), por exemplo, ocorreu outra crise de caráter estrutural que emergiu no início dos anos de 1970 e vem se repetindo nos últimos decênios.

⁴ José Paulo Netto apresenta de forma didática e sintética o conceito de Categorias para Marx: “exprimem formas de modo de ser, determinações da existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada, ou seja, elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isso mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias [...]” (Netto, 2011, p. 46).

Não faltaram proposições de caráter neoliberal a partir da segunda metade do século XX, que enxergaram no Estado e nas políticas sociais a fonte de todos os males. Nesse sentido, da mesma forma que os intelectuais identificados com o discurso neoliberal propugnavam por reformas no âmbito econômico, como a flexibilização das relações entre capital e trabalho, redução das políticas sociais e a repressão ao movimento sindical, também se encontra uma série de proposições no âmbito da educação que atravessam as décadas de 1990 em diante e passam a intervir diretamente nos ditames pedagógicos.

Nessa trama, evidencia-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre a relação da imprensa em seu caráter educativo, bem como sua ligação com a construção de um país alinhado aos interesses da classe dominante.

A primeira seção desta pesquisa foi desenvolvida buscando explicar a totalidade histórica do contexto que gerou o agravamento da crise estrutural do capitalismo quais foram as expressões das contradições da sociedade brasileira, profundamente desigual.

Partindo desse pressuposto, dedica-se a segunda seção para explicar como chegaram os efeitos da crise de 2008 no Brasil, que, aliado às crises cíclicas, resultou na imposição, por parte da classe dominante, de um golpe de Estado em 2016, com a retirada da presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente, em prol de avançar reformas de base, para o avanço de uma agenda de desmonte dos direitos e serviços públicos para o atendimento das demandas do capital.

Na correlação de forças exercida dentro da sociedade burguesa, os partidos políticos assumem um papel importante na disputa entre as classes. Dessa forma, torna-se necessário apresentar algumas considerações sobre os atores políticos da trama aqui exposta.

Apesar do reformismo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual Dilma Rousseff filia-se, exercido de maneira consensual em diversos países democráticos, a voracidade da classe dominante brasileira não permitiu que ela se satisfizesse com o caráter “conciliatório” apresentado nos 14 anos em que esse partido se manteve no poder. Por isso, a burguesia, por meio da imprensa, intensificou a demonização dos projetos sociais que vinculam real ou imaginariamente aos anseios sociais básicos (moradia, alimentação, bens de consumo duráveis).

Ao assumir que a materialidade produz as ideias e a legalidade, na terceira seção, objetiva explicar como o golpe se materializou no avanço da agenda neoliberal,

intensificando a exploração da força de trabalho por meio das reformas levadas adiante pelo governo de Michel Temer (2016-2018), que já haviam sido iniciadas no governo de Dilma Rousseff.

Entre as reformas avançadas no governo pós-golpe, a educação foi afetada diretamente com mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na reforma do currículo do ensino médio, reduzindo a qualidade do ensino e retirando conhecimentos fundamentais para a humanização dos indivíduos. Estes passam a ser limitados a uma formação relacionada, em última instância, à intensificação da exploração do trabalho, vinculada às modificações na legislação trabalhista e previdenciária. No campo educacional, esse contexto foi palco das ações de caráter autoritário do governo de Michel Temer, que promoveu reformas sem sequer ouvir as entidades representativas da educação ou levar em consideração evidências científicas sobre a importância de determinados conteúdos relacionados ao processo humanização.

Sobre o avanço da Reforma do Ensino Médio, também é importante enfatizar que as questões estruturais das escolas, a formação de professores, e mesmo a brutal desigualdade que afasta inúmeros alunos das salas de aula por uma questão de sobrevivência foram totalmente ignoradas.

Na terceira seção, apresenta-se como as publicações dos editoriais e seus conteúdos estão em consonância com os interesses políticos, sociais e econômicos, dos quais o jornal é uma expressão. Discute-se nesta mesma seção, o papel educativo da imprensa, usando as categorias de hegemonia, estado, imprensa e ideologia, vinculadas a Marx e a Gramsci, analisando os editoriais da Folha de S.Paulo contribuíram para que essa agenda neoliberal avançasse contribuindo para a mercantilização da educação?

Entre a grande mídia, o Jornal Folha de S.Paulo apresentou uma cobertura da Operação Lava Jato que obteve alta repercussão por trazer acusações e delações envolvendo políticos e empreiteiras, escândalos de corrupção, denúncias sobre o funcionalismo público, que formataram o ideário brasileiro de forma espetacularizada. Para compreender isso, busca-se respaldo na teoria de Debord (2017) ao explicar como essa veiculação de notícias funciona como um espetáculo para formar um falseamento da verdade.

1.1 Estrutura da pesquisa e metodologia utilizada

A partir da compreensão das categorias e do materialismo histórico, é possível entender que a imprensa e os profissionais que trabalham e militam, direta ou indiretamente, neste segmento não produziram ou produzem ideias desvinculadas das condições materiais que o cercam, mas em movimento com a correlação de forças das lutas travadas no interior da sociedade.

Dessa forma, os editoriais analisados foram encarados, ao mesmo tempo, como fonte e objeto. Trata-se de compreender o posicionamento que assumiram diante dos fatos, levando em conta a divulgação de informações, ideias e valores, com potencial para construir consensos.

Para comprovar ou refutar a hipótese de que os editoriais contribuíram para avançar a agenda neoliberal e, assim, contribuíram para a mercantilização da educação, realizou-se a coleta no acervo digital do Jornal Folha de S.Paulo, disponibilizado pela Biblioteca Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Maringá, no período de 2016.

Para filtragem do tema, coletaram-se amostras inicialmente das páginas A2 e A3, escolhendo as datas do dia posterior aos acontecimentos marcantes e votações relacionadas ao processo de *impeachment* no congresso e senado, levantando em tabela as opiniões em destaque na página A3.

Posteriormente, usou-se as palavras-chave “educação”, “reforma”, “BNCC” e encontrou-se um total de 4.787 resultados. Desses resultados, optou-se por selecionar os editoriais de domingo, coletando os que continham opiniões diretamente relacionadas à educação, chegando-se, assim, ao universo pesquisado ($n = 104$).

Para organizar os procedimentos de análise qualitativa, optou-se por utilizar o processo metodológico, composto em quatro etapas, as quais são descritas em sequência.

Na primeira etapa foi realizado levantamento e leitura integral da amostra, 104 editoriais, sendo selecionados os textos que expressavam opinião descritiva sobre a educação e política, chegando a 96 editoriais.

Na segunda etapa foi construído o Quadro 1, que apresenta a data da publicação, o tema da opinião no editorial e o nome destacado como título do editorial,

destacado com cores: vermelho (editoriais que tratavam do tema *impeachment*), verde (editoriais que tratavam do tema agenda neoliberal) e amarelo (editoriais que tratavam do tema educação), indicando-se, ainda, o *link* de acesso a matéria, para garantir transparência e acesso facilitado aos dados levantados.

Na terceira etapa, após qualificar as amostras, por meio da Análise de Conteúdo, “[...] da qual é possível estabelecer uma relação de conceitos e procedimentos que podem ser aproveitados para o jornalismo” (Carvalho, 2013, p. 6), os textos analisados foram testados na hipótese aqui mencionada: a Folha contribuiu para avançar a agenda neoliberal e com o processo de mercantilização da educação?

Para isso, foram comparados “elementos do texto que de algum modo propõe uma forma de interpretar os fatos” (Carvalho, 2013, p. 22), com o possível interesse particular de quem escreveu a opinião diante da sua profissão, sendo avaliados favoráveis ou desfavoráveis a reformas educacionais cruzado com as opiniões referente ao processo de *impeachment* e das reformas de base (agenda neoliberal).

Como quarta etapa, para demonstrar os resultados obtidos, foram apresentados recortes dos textos, fragmentos que reforçam a comprovação ou refutação da hipótese levantada, com o objetivo de exemplificar os posicionamentos mencionados.

Os estudos sobre o papel da imprensa na formação de valores e na difusão de determinados projetos de sociedade, cuja perspectiva teórico-metodológica assume o pressuposto filosófico do materialismo histórico, consideram que a produção presente nos periódicos é a síntese de múltiplas determinações dentro de um contexto de antagonismo social, ou seja, não se trata de um fenômeno isolado ou ideal, mas sim fruto das relações sociais de uma sociedade de classes.

Neste estudo entende-se que o processo do golpe não finalizou com a passagem da faixa presidencial para Temer; ao contrário, esse momento histórico dá continuidade ao movimento conservador de caráter global. Para compreender esse balanço da história, foram estudados documentos oficiais atinentes ao período posterior ao golpe, os quais rapidamente possibilitaram o avanço da agenda conservadora, consolidada com certa facilidade frente a um cenário de enfraquecimento da classe trabalhadora e fortalecimento da classe dominante, diante da qual a imprensa assumiu um papel decisivo.

A análise dos documentos e das reformas não será completa se compreendida de forma isolada das contradições de uma sociedade profundamente dividida. A

temática investigada situa-se na interpretação da realidade concreta, assumindo como pressuposto filosófico o materialismo histórico e as categorias gramscianas. Essa interpretação permite estudar a forma que as crises cíclicas de superprodução e seus derivados, na história, possibilitam golpes de Estado, em prol da manutenção da exploração do homem pelo homem.

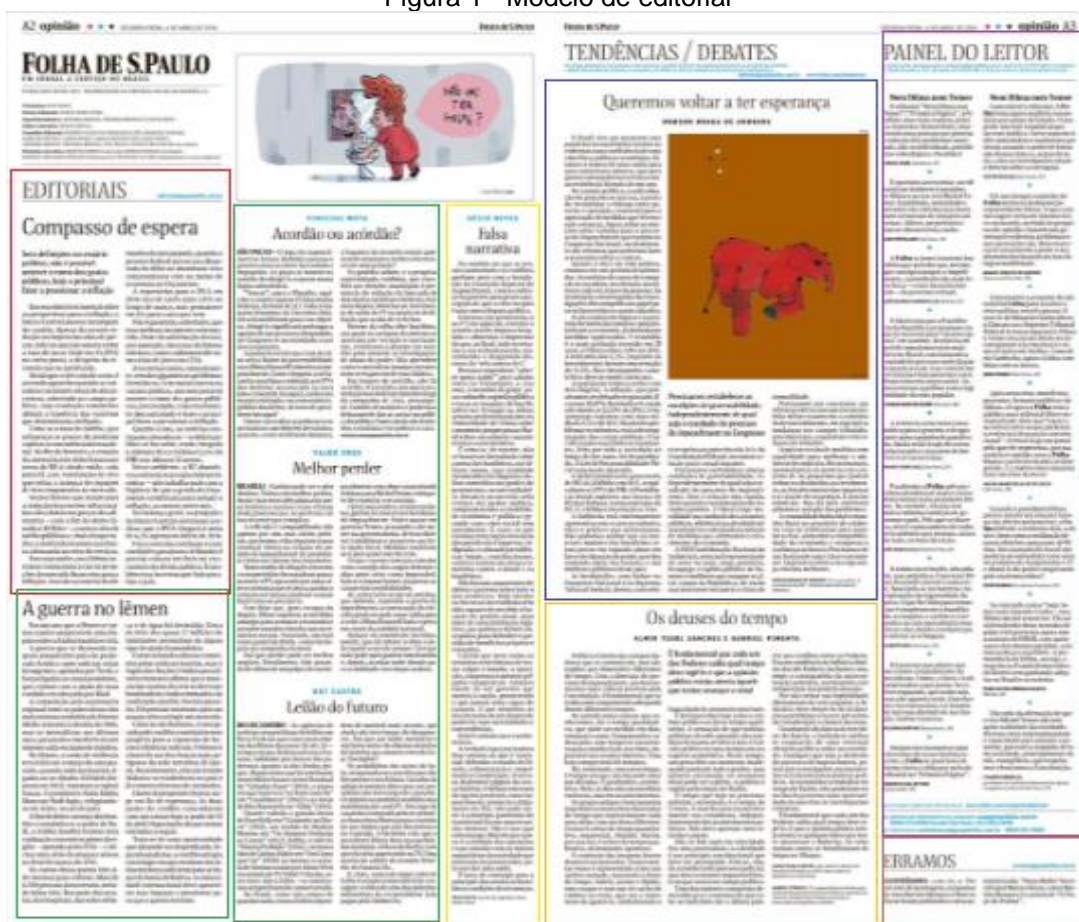
Como forma de interpretar as mudanças ocorridas no âmbito educacional, foi preciso compreender o contexto social e político que alicerçou as mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), corte dos recursos direcionado para a educação, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto dos Gastos, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 95/2016, promulgada em dezembro de 2016 vigorando em 2017.

A proximidade temporal permitirá que a pesquisa seja utilizada posteriormente para interpretação da história política na sociedade contemporânea e pode evitar que tragédias como essa se repitam, tal como essa farsa que se formou.

Outro ponto relevante é a pouca produção acadêmica que se propõe a relacionar o golpe de 2016 com a formação de consenso produzido pela grande mídia e seu caráter educativo e ideológico, avançando a agenda neoliberal que destruiu direitos da classe trabalhadora e aprofundou o processo de mercantilização da educação.

A estrutura editorial é formada por colunas, que se iniciam com a opinião do Jornal a respeito do tema principal abordado no dia, assim a estrutura dos textos se dispõem conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Modelo de editorial

**Legenda:**

	Opinião do Jornal a respeito do assunto tratado na manchete do dia.
	Jornalistas contratados que escrevem periodicamente nos editoriais.
	Convidados, que no período analisado, geralmente são políticos e apresentam uma opinião favorável ao governo petista.
	Opinião em destaque, escrita majoritariamente no período analisado, por empresários.
	Convidados, escritores regulares e membros da instituição, que emitem opiniões diversas sobre a pauta do dia.
	Painel do leitor.
	Correção de informações da edição anterior.

Fonte: Acervo digital da Folha (2024). Legenda elaborada em 2024 pela autora.

A seguir, serão apresentadas as sínteses das reflexões e discussões anunciadas anteriormente.

2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO E O AVANÇO DA AGENDA NEOLIBERAL

O estudo desta seção tem por objetivo identificar o contexto histórico da crise estrutural do capitalismo, delimitando em como a economia brasileira foi atingida, afetando a governabilidade. Por meio de levantamentos bibliográficos, será identificada a agenda neoliberal formada em prol da manutenção desse sistema, apontando como ocorreram os avanços da precarização do trabalho.

Será apresentado como a mídia usou a ferramenta ideológica, utilizada como uma das formas de manter o controle por meio da comunicação. Contribuiu para divulgar notícias relacionadas à política, disseminando uma percepção parcial dos fatos ocorridos em 2016. Sustentou, assim, a agenda neoliberal como uma solução para os desafios econômicos enfrentados.

2.1 A crise estrutural do capitalismo

A crise estrutural do capitalismo é resultado das contradições e desequilíbrios que surgem entre a produção e a distribuição de riquezas produzidas, decorrendo da acumulação de capital. Trata-se de um processo contínuo que exige um crescimento constante da produção e do consumo.

Enquanto a taxa de valorização do capital total, taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é seu único objetivo), sua queda torna mais lenta a formação de novos capitais independentes e, assim, aparece como ameaça ao desenvolvimento do processo de produção capitalista; tal queda promove a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua. [...] Em seu horror à taxa decrescente de lucro, o que importa é o sentimento de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que não tem nenhuma relação com a produção da riqueza como tal [...]; atesta que este não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que, ao contrário, tendo atingido certo estágio, ele entra em conflito com o desenvolvimento ulterior dessa riqueza (Marx, 2017, p. 268).

Essa dinâmica de acumulação baseia-se na expropriação do trabalho assalariado e na busca incessante pelo lucro, gerando desigualdades e instabilidades que se manifestam em crises econômicas periódicas. Portanto, passa por diversas crises, as quais não são temporárias ou conjunturais, mas sim uma crise enraizada na própria estrutura do sistema econômico capitalista.

O filósofo húngaro István Mészáros (2011) aborda a crise estrutural do capital como uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, indicando a ativação dos limites estruturais absolutos do sistema sociometabólico⁵ do capital, referindo-se às relações sociais estabelecidas pelo capital. Assim como o organismo humano tem seu próprio metabolismo para produzir energia, o capital também possui um sociometabolismo, o qual determina o que é produzido no mundo das mercadorias e exerce controle sobre os trabalhadores.

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa [...] estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (Mészáros, 2011, p. 96).

Assim, é necessário superar o antagonismo estrutural destrutivo do sistema do capital e introduzir uma forma de controle do metabolismo social orientada para as necessidades humanas e não para a acumulação de capital.

Neste sentido, a alternativa socialista se define como um conjunto de práticas que cumprem as funções mediadoras primárias da reprodução sociometabólica em base racionalmente constituída e

⁵ Ao falar de sociometabólico, o filósofo István Mészáros faz uma comparação da sociedade capitalista com o funcionamento de um metabolismo, que são reações do organismo com a função de produção de energia, para isso, é necessário que o indivíduo se alimente, faça a digestão, assim é também com capital que ocupa a situação social. Portanto, o capital tem um sociometabolismo enquanto relação social a qual determina o que o mundo produz de mercadorias (energia) e comanda a relação entre trabalhadores e produção.

[conforme as necessidades humanas que mudam historicamente] alterável em sua estrutura, ou seja, sem subjugar os indivíduos ao “poder das coisas”. A viabilidade de ir-se além do capital depende inteiramente dessa importantíssima questão. [...] Isto requer a instituição de formas e estruturas de controle metabólico por meio das quais os indivíduos – empenhados no necessário intercâmbio de uns com os outros e com a natureza, em harmonia com as exigências das funções mediadoras primárias da existência humana possam dar significado às possibilidades da “reprodução ampliada”. Não no sentido de submissão à tirania de uma “ordem econômica ampliada” fetichista, mas ampliando suas próprias forças criativas como indivíduos sociais (Mészáros, 2011, p. 215).

Os graves problemas produzidos pela sociedade capitalista são perpetuados pelo estado moderno que não consegue suplantar essas condições sociais vigentes, e deve garantir a sustentabilidade sociometabólica da reprodução material do capital.

O relacionamento entre produção e consumo é assim radicalmente redefinido em sua estrutura de maneira tal que a necessária unidade de ambos se torna insuperavelmente problemática, trazendo, com o passar do tempo, também a necessidade de alguma espécie de crise (Mészáros, 2011, p. 102).

O capital toma forma por meio da mais-valia⁶, assumindo um caráter destrutivo, em que as crises estruturais estão conectadas umas às outras, de tal modo que, à medida que a produção de bens de consumo aumenta, as crises passam a ser permanentes. As crises capitalistas, que antes se manifestavam pela superprodução, agora demonstram seu problema estrutural (Mészáros, 2011).

Ao descrever a mais-valia, Marx (2017) explica que os trabalhadores produzem mais valor do que recebem em salários, esse processo de produção capitalista, que se baseia na exploração dos trabalhadores, tem a tendência histórica de entrar em crises e ciclos econômicos.

A partir de 1960 e 1970, a crise estrutural se instaura e, em decorrência da globalização em meados de 1990, chega ao paroxismo com o predomínio do capital

⁶ A mais-valia é um conceito desenvolvido pelo filósofo e sociólogo Karl Marx, no século XIX, em sua obra “O Capital”, na qual analisa o modo de produção capitalista. A mais-valia representa a diferença entre o valor total do produto criado pelo trabalhador e o valor equivalente ao custo da força de trabalho do próprio trabalhador. Para entender a mais-valia, é fundamental compreender a teoria do valor-trabalho: o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, assim, os trabalhadores vendem sua força de trabalho aos capitalistas por um salário. O capitalista, por sua vez, detém os meios de produção (fábricas, maquinários, matérias-primas) e organiza o processo produtivo. A mais-valia surge quando o trabalhador, durante sua jornada de trabalho, produz mais valor do que o necessário para cobrir o custo de sua própria reprodução (salário). O excedente gerado é apropriado pelo capitalista como lucro.

financeiro, que já havia sido apontado por Marx (2017). O caráter expansionista do capital seria destrutivo, uma autofagia, visto que produz bens que são descartáveis, de caráter obsoleto na própria produção, feitos propriamente para não durar.

Essa crise se manifesta em diferentes níveis, incluindo a financeira, energética, ecológica e social, enquanto os trabalhadores são explorados pelo capital, estabelecendo a relação entre as crises econômicas e a luta de classes. Em “O Capital”, Marx explica o funcionamento do capitalismo como um todo, na dinâmica das relações entre capitalistas e trabalhadores.

Num sistema de produção em que toda a rede de conexões do processo de reprodução se baseia no crédito, quando este cessa de repente e só se admitem pagamentos à vista, tem de se produzir evidentemente uma crise, uma demanda violenta de meios de pagamento. À primeira vista, a crise se apresenta como uma simples crise de crédito e crise monetária. E, com efeito, trata-se apenas da conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro. Mas a maioria dessas letras representa compras e vendas reais, cuja extensão, que vai muito além das necessidades sociais e acaba servindo de base a toda a crise. Ao mesmo tempo, há uma massa enorme dessas letras que representa apenas negócios fraudulentos, que agora vêm à luz e estouram como bolhas de sabão; além disso, há especulações feitas com capital alheio, porém malogradas; e, por fim, capitais-mercadorias desvalorizados, ou até mesmo invendáveis, ou refluxos de capitais que jamais se realizam. [...] Além disso, aqui tudo aparece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifesta o preço real e seus fatores reais; o que se vê são apenas barras, dinheiro metálico, cédulas bancárias, letras de câmbio e títulos. Principalmente nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do país, como Londres, nota-se claramente essa distorção; todo o processo se torna incompreensível, mas em menor medida nos centros de produção (Marx, 2017, p. 580-581).

O sistema capitalista é marcado por crises estruturais, que constituem um conjunto de mudanças profundas na estrutura da economia e da sociedade, afetando diversos aspectos da vida social, como o emprego, a renda, a distribuição de recursos, a mobilidade social, entre outros que pode ser causada por uma variedade de fatores, como mudanças tecnológicas, instabilidade política e desigualdade econômica.

As crises estruturais são permanentes e estão interconectadas, seu poder é destrutivo e incontrolável, e essa lógica tem se tornado cada vez mais frequentes, devido ao fenômeno da globalização, atenuando as crises estruturais, especialmente com o predomínio do capital financeiro.

Faz parte da natureza do capital apresentar a terrível contradição de seu metabolismo. À medida que se aumenta a velocidade da exploração, cresce o nível de pobreza. Essas contradições são inerentes ao movimento dialético do capital. Percebe-se que existe um movimento desigual e combinado, aumentando os bilionários ao mesmo tempo em que se expande o número de miseráveis.

[...] a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas (Mészáros, 2011, p. 105).

A solução não pode ser encontrada dentro do próprio sistema capitalista, uma vez que tem se aprofundado, dificultando encontrar condições de superação, pois, as condições desse sistema são objetivas e subjetivas, o que se observa é a histórica disjunção entre produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital, levando a uma inevitável “generalização da miséria [...] ampliando suas características destrutivas e recolocando como imperativo vital para o futuro da humanidade exigindo mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado” (Mészáros, 2011, p. 610).

À medida que a expansão acelerada da produção e circulação leva a crises constantes, com períodos cada vez menores entre as crises, é observado que estas, tornam-se simultâneas no mundo globalizado, ocorrendo em diferentes países devido à alta competitividade e produção contínua.

Outro fator relevante na contemporaneidade é o avanço tecnológico, que desempenha um papel importante na expansão da exploração da força de trabalho, resultando em investimentos no chamado capital fixo, ou seja, novas formas automatizadas de produção, como máquinas, robôs e inteligência artificial. Esses novos instrumentos fazem com que a produção seja maior, mas também, diminuem a necessidade de trabalhadores.

Devemos ter em mente que as realizações problemáticas do sistema do capital emergem de uma estratégia autocontraditória que ingênua ou assustadoramente ignora as exigências de um adequado “domínio do homem sobre suas condições de existência orgânica e inorgânica” como a precondição necessária de um domínio humano socialmente viável sobre as forças da natureza [...] comparadas ao dinamismo do

capital, que tende desde o seu início para sua dominação e sua articulação globais, são suficientemente claras as limitações estruturais das formas anteriores de produção [...] (Mészáros, 2011, p. 609).

Conforme já exposto, as estruturas do capital estão permanentemente em crise, sem tempo suficiente para recuperação entre uma e outra crise. Mészáros (1989), em sua obra “Produção Destrutiva e Estado Capitalista”, aborda que a estrutura do capital é uma autofagia, já que aumenta a exploração, a desigualdade e a destruição da natureza. Ele identifica que o problema está nas estruturas do próprio capital, tornando impossível resolver o problema estruturalmente.

O capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados (ou, mais tarde, por funcionários públicos do Estado de tipo soviético). As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surgem quando se deixa de levar em conta a natureza real do relacionamento entre controlador e controlado (Mészáros, 2011, p. 98).

Ao destruir partes do próprio capital para que este continue existindo, Mészáros (2011), em sua obra “Para Além do Capital: rumo a uma Teoria da Transição” atribui o termo autofágico ao sistema, pois, no passado, essas crises se apresentavam de forma mais espaçada, ocorriam em um período maior entre uma e outra, agora com o avanço da produção em larga escala, as crises se emendam uma a outra, apresentando uma alta produção e competitividade. Mesmo em meio às crises que caracterizam-se como concomitantes, os períodos são encurtados entre uma e outra e, portanto, as estruturas do capital vivem permanentemente em crise.

Para demonstrar a velocidade que as crises no mundo globalizado avançaram nos últimos cem anos, estas serão apresentados em ordem cronológica, indicando como se iniciaram e quais os impactos causados no Brasil, para que se possa compreender a totalidade histórica que levou a recessão financeira brasileira em 2016.

2.2 A grande depressão e os impactos na economia global

Ao longo da história, o sistema capitalista passou por mudanças significativas, no entanto, as crises modernas, no final do século XIX, surgem em ritmo cíclico, demonstrando algumas características comuns como a contração da economia; dificuldade do escoamento da produção industrial; queda no preço dos produtos industrializados; falência de empresas; quebra na bolsa de valores; desemprego; redução de salários e agravamento da tensão social.

A primeira grande crise mundial moderna, que levou a uma longa depressão⁷, entre 1873 e 1895, teve seu início na Áustria e Alemanha, “seu início foi financeira e estourou em Viena, com a quebra da bolsa de valores, seguido de falências de bancos de financiamento austríacos, alemães e norte-americanos” (Coggiola, 2005, p. 9).

Nesses países, juntamente com os Estados Unidos, a depressão esteve ligada à especulação ferroviária e do auge do seu desenvolvimento industrial, vendo-se diante da fragilidade do sistema.

A crise originou-se na Áustria e Alemanha, países que experimentavam um intenso desenvolvimento industrial devido, em parte, às indenizações pagas pela França em virtude da guerra de 1871. Também os Estados Unidos sofreram mais violentamente seu impacto. Os altos dividendos da indústria alemã incrementaram a especulação, que se alastrou para as ferrovias e os imóveis beneficiados pela grande oferta de crédito. Subitamente, porém, os custos aumentaram e a rentabilidade começou a cair (Coggiola, 2009, p. 115).

Logo, o período ficou conhecido como um momento fundamental para compreender a transição dos estágios do capitalismo, demonstrando que as próprias leis de acumulação do capital conduzem às crises, e estas expressam a tendência à autodissolução do capital, como alertado por Marx.

[...] o que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada em meados da década de 1890, passou a ser encarada como um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o

⁷ Existem diferenças entre recessão e depressão econômica, para delinear uma depressão econômica, pode-se considerar quatro características, identificadas pelo professor Cardim de Carvalho: “(a) o fenômeno é internacional; (b) há queda do produto e elevação do desemprego; (c) a crise é de longa duração; e (d) há deflação prolongada de preços.” (Sicsú, 2020, p.4). Para melhor compreensão destas categorias recomenda-se a leitura do artigo: Uma Teoria De Depressões: Comentários. Revista de Economia Contemporânea. Link para acesso: <https://www.scielo.br/j/rec/a/ZRqHHsTXcCTVgMHn8zbPGjd/?format=pdf&lang=pt>

posterior, mais embaraçado, hesitante e, diriam alguns, mostrando já as marcas de senilidade e decadência (Dobb, 1974, p. 300).

Essa era liberal do monopólio industrial inglês, abriu caminhos para o que foi chamado por Lenin, segundo Coggiola, de imperialismo⁸ ou chamado capitalismo monopolista, assume a forma histórica necessária que a unidade econômica do mundo capitalista poderia ter sobre a base do seu desenvolvimento desigual (Coggiola, 2005).

Essa forma tomada pelo capitalismo, intensificou a expansão de impérios fundados com base no colonialismo e, posteriormente, no final do século XIX, na recolonização, gerando a divisão global de terras, expandindo o mercado mundial, esse “movimento de recolonização do planeta permitiu ao capitalismo [...] sair da ‘grande depressão’” (Coggiola, 2009).

A prosperidade econômica no início do século XX, parecia demonstrar uma superação para a crise, o produto industrial nos Estados Unidos demonstrava uma ascensão do capitalismo financeiro, a indústria bélica fornecia armamento para Europa. O acúmulo de capital favoreceu o avanço da tecnologia, dado também pelo fordismo como um novo meio de produção, com ele a exploração da força de trabalho atingiu um novo patamar, acentuando a divisão do trabalho e acelerando a produção.

Os principais efeitos das crises são causados, principalmente, pela superprodução, que leva à queda da taxa de lucro e tem, em consequência, efeitos globais, sendo uma condição estrutural do capitalismo. A existência de crises esporádicas é constituinte de seu modo de ser e se organizar.

Uma parte cada vez maior do capital industrial - escreve Hilferding - não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital.

⁸ Segundo Coggiola (2005), “O uso do termo ‘imperialismo’ tornou-se corrente no último quartel do século XIX, para descrever tanto o processo quanto a conclusão da partilha do ‘mundo colonial’ pelas potências européias. Baseava-se numa analogia formal com os impérios precedentes da história da Europa. O imperialismo capitalista, porém, possuía outra significação histórica. A totalidade do mercado mundial concretiza as leis de movimento do capital, na sua máxima escala e em sua forma última. O mercado mundial dos capitais é uma realidade ao menos desde finais do século XIX, depois da depressão iniciada em 1873. A inovação consiste na modalidade de seu funcionamento: a maior incidência dos investimentos diretos externos, por parte de um capital mais móvel no mercado mundial, que determina a sua estruturação caracterizada por um completo processo de centralização estratégica, articulada e desarticulada em uma concatenação de unidades operativas descentralizadas em todo o planeta. O modo de existência do capital se torna adequado ao seu conceito no mercado mundial”.

Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário - por conseguinte, capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam (Hilferding, 1912, pp. 338-339 *apud* Lenin, 2008, p. 160).

“A segunda maior depressão do capitalismo em escala mundial”, segundo Coggiola (2005), foi a Grande Depressão da década de 1930, que teve início com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 29 de outubro de 1929, e levou ao colapso de muitos bancos, resultando em uma crise financeira generalizada, destruindo em larga escala as forças produtivas.

Essa crise evidenciou a autofagia do sistema, ocasionando uma rápida deterioração das condições econômicas e provocando um aumento alarmante do desemprego, afetando milhões de pessoas que perderam seus empregos.

A realidade demonstra que diversos fatores anunciavam a chegada de uma nova crise, Coggiola (2005), descreve que vários elementos contribuíram para o desalinhamento da Grande Depressão de 1990. A fraqueza do sistema bancário americano e da estrutura de negócios, como fundos de investimento que facilitaram práticas e fraudes desonestas.

[...] a crise de 1929 se deveu à fraqueza do sistema bancário norte-americano, às peculiaridades da sua estrutura de negócios (os *investments trusts* e as *holding companies*) que favoreciam práticas desonestas e fraudes, e, sobretudo, à peculiar psicologia do comportamento do público norte-americano, cronicamente otimista e ingênuo (Coggiola, 2005, p. 2).

A partir de 1919 houve “elevação dos preços internos”, devido a transações comerciais em países que não utilizavam do preço-ouro⁹, levando a uma “bolha especulativa”, o que seria considerado uma política monetária mal planejada, levou à fraqueza do sistema bancário norte-americano. Coggiola (2005, p. 2), descreve que os primeiros recuos da Bolsa de Nova-Iorque, surgiram em 1928, com o aumento nas

⁹ Coggiola (2005, p. 2) explica que “Preço-ouro é uma teoria quantitativa de moeda, em que se quantitativa os níveis de preço com base na inflação e deflação, durante a Primeira Guerra Mundial, grandes países abandonaram o padrão-ouro, devido a expansões monetárias e fiscais, as negociações passaram a ser baseadas em um preço fixo em relação ao ouro, como forma de estabilizar a economia, portanto eram as reservas de ouro de cada país que refletiam suas balanças de pagamento, esse padrão visava manter a paridade cambial, mantendo uma balança comercial equilibrada”.

compras de ações, iniciando um aumento “puramente especulativo”, essa foi uma fraqueza do sistema bancário americano e da estrutura de negócios.

As declarações otimistas dos “homens de negócios” alicerçaram a corrente especulativa no sentido da alta. Os grandes “capitães da indústria” afirmavam alto e bom som sua esperança no futuro da atividade econômica e, portanto, dos lucros. Mas, no dia 12 de junho de 1928 verificou-se um primeiro recuo da Bolsa de Nova York: nesse dia, mais de 5 milhões de ações mudaram de mãos. Registraram-se quedas de 23 pontos. Mas a alta recomeçou a partir de julho, e a campanha para as eleições presidenciais escorou-se em promessas de prosperidade: os republicanos afirmavam que a eleição do candidato democrata marcaria “o advento de uma depressão em 1929” (Coggiola, 2005, p. 2).

O impacto da queda do mercado de ações de 1929, provocou uma queda significativa nos preços das ações e na confiança dos investidores, aliado a este fator, havia uma crise agrícola, devido a condições climáticas desfavoráveis, levando a uma diminuição na produção agrícola.

A crise agrícola golpeava, sobretudo, pequenos e médios agricultores: a renda agrícola caiu de 16% para 9% da renda nacional. O setor agrícola, para piorar a situação, sofreu as conseqüências de fatores climáticos desfavoráveis no período. A migração para as cidades se acentuou, os preços industriais aumentaram devido à política protecionista (generalizada em todos os países industrializados): o marasmo agrícola foi, nos anos 20, um fator de desequilíbrio da *prosperity* americana (Coggiola, 2005, p. 2).

Com o enfraquecimento da confiança dos investidores, em 1929 houve um impacto significativo no mercado de ações, com uma queda acentuada nos preços, fazendo com que muitos investidores sofressem perdas financeiras substanciais. A queda significativa e abrupta nos preços de ativos financeiros, expôs as vulnerabilidades e os riscos do mercado de ações.

A perda de confiança no mercado de ações e na economia em geral levou muitos investidores a retirar seus investimentos, exacerbando a crise econômica. O declínio na confiança dos investidores gerou um efeito cascata nos gastos dos consumidores e no investimento empresarial, à medida que indivíduos e empresas se tornaram mais cautelosos e hesitantes em se envolver em atividades econômicas.

A “prosperidade” havia mostrado finalmente sua fragilidade e seu caráter cada vez mais especulativo: o valor global das ações passara de 27 a 67 bilhões entre 1925 e 1929, com uma alta de 20 bilhões só nos nove primeiros meses de 1929 (alguns portfólios de investimentos se valorizaram 700% em poucos meses), um crescimento cada vez maior do que o da produção. No início de outubro de 1929, alguns investidores começaram a apostar “na baixa”: o movimento se estendeu, e no final do mês o pânico se generalizou; quem podia, vendia, e muitos pequenos investidores se suicidaram (Coggiola, 2011, p. 11).

O declínio no investimento e nos gastos do consumidor exacerbou ainda mais a crise econômica, criando um ciclo de *feedback* negativo de redução da atividade econômica e declínio da confiança de novos investidores, levando a implicações para o setor financeiro, pois os bancos enfrentaram a perda de depósitos e lutaram para fornecer crédito a empresas e indivíduos.

Os bancos reduziram os créditos: milhares de empresas foram então à falência (22.900 em 1929; 31.800 em 1932). A venda a crédito quase desapareceu: a produção industrial caiu 45% (69% nas indústrias de base). Resultado: os lucros afundaram (US\$ 2,9 bilhões em 1929; 1,67 bilhões em 1930; 667 milhões em 1931; 657 milhões em 1932). A renda nacional caiu de 87,4 bilhões em 1929 para 41,7 bilhões em 1932: a massa salarial, de 50 para 30 bilhões. Os preços caíram 30%, na média (50%, os preços agrícolas): a renda agrária caiu 57% entre 1929 e 1932. O desemprego disparou: 1,5 milhão em 1929; 4,2 milhões em 1930; 7,9 milhões (16% da força de trabalho) em 1931; 11,9 milhões (24% da PEA) em 1932; 12,8 milhões em 1933, quando já atingia 25,2% da mão-de-obra: o capitalismo se evidenciava um regime destruidor de forças produtivas, incompatível com a sobrevivência física da maioria da população (Coggiola, 2011, p. 11).

O decréscimo na confiança dos investidores desempenhou um papel significativo no aprofundamento e prolongamento da crise econômica de 1930, contribuindo para o desemprego generalizado e as dificuldades econômicas, uma vez que houve queda na produção industrial, a qual desencadeou um efeito dominó em toda a economia, causando um declínio à medida que as empresas reduziram sua produção ou encerraram suas atividades completamente.

A crise de 1930 foi sendo superada, por meio de uma combinação de intervenção governamental e mudanças políticas que implementaram várias medidas como: estímulo fiscal foram introduzidos para impulsionar a atividade econômica e criar empregos; ajustes de política monetária foram feitos para estabilizar as moedas e promover o crescimento econômico; programas de obras públicas para estimular a

atividade econômica e criar empregos. A cooperação internacional e os acordos comerciais, como o sistema de Bretton Woods, ajudaram a estabilizar as moedas e promover o crescimento econômico.

Apesar das medidas adotadas, o impacto das ações estatais na economia americana após a crise de 1929 não resultou em uma recuperação completa, mesmo havendo uma melhora gradual. O *New Deal*¹⁰ ajudou a conter a crise e foi um preâmbulo para a melhoria econômica alcançada no final da Segunda Guerra Mundial.

[...] Roosevelt fez aprovar uma série de leis que, por insistência do próprio Roosevelt, foram nomeadas de *New Deal* (Novo Acordo, inspirado no *Square Deal*, nome dado pelo ex-presidente Theodore Roosevelt à sua política econômica), fornecendo ajuda social às famílias e pessoas que necessitassem, e criando empregos através de parcerias entre o governo, empresas e consumidores. Nos anos sucessivos, diversas agências governamentais foram criadas para administrar os programas de ajuda social. A mais importante delas foi a *Federal Agency Relief Administration*, que seria responsável pelo fornecimento de fundos aos governos estaduais, para que os empregassem em programas de ajuda social (Coggiola, 2011, p. 14).

O *New Deal* tinha como objetivo combater a crise econômica, usando a intervenção do Estado, baseando-se nas ideias de John Maynard Keynes. Foram implementadas medidas que iam contra os ideais liberais; o keynesianismo foi desenvolvido para superar a crise, argumentando que o governo deveria desempenhar uma gestão ativa, intervindo na política fiscal e nos gastos públicos. Essa intervenção estatal ajudaria a combater o desemprego e a recessão.

[...] O papel do regime de Roosevelt consistiu em “salvar” temporariamente o capitalismo. Em função deste objetivo abandonou o tradicional *laissez-faire*, doutrina dos EUA e em particular do próprio partido democrata. Ele utilizou os recursos financeiros do Estado para socorrer as empresas bancárias e comerciais e fez votar as leis que restringiram a concorrência e permitiram a alta dos preços, favorecendo o capital monopolista. Ao mesmo tempo, e ainda que nem

¹⁰ Segundo Coggiola (2011, p. 9), “O *New Deal* não foi inicialmente uma tentativa de estimular a economia e desencadear a recuperação através da despesa pública, ideia que apenas foi aflorada: consistiu em medidas destinadas a operações de salvamento ou de saneamento, que visavam sobretudo ajudar o mundo dos negócios, associadas a programas de apoio ao emprego”. Na sua obra *A Política Fiscal e os Ciclos Econômicos*, de 1941, o economista Alvin Hansen, um dos primeiros seguidores de Keynes nos Estados Unidos, explicou “Em grande parte, o governo federal [na época do *New Deal*] empenhou-se num programa de salvamento e não num programa de expansão positiva. O programa de salvamento tomou a forma de um refinanciamento da dívida rural e urbana, de uma reconstrução da enfraquecida estrutura capitalista dos bancos e de um apoio à ferrovias falidas ou à beira da falência” (Hansen, 1941, p. 86).

todos os capitalistas o percebessem, manteve o descontentamento das massas trabalhadoras urbanas e rurais aos limitado dentro de uma política de concessões freqüentemente ilusórias e de promessas demagógicas: aprovou, por exemplo, um sistema de aposentadoria e de seguro-desemprego sob o controle do governo (Coggiola, 2011, p. 14).

No setor agrícola, o Estado comprava e eliminava os excedentes para controlar os preços, fortalecia os sindicatos para lutar pelos direitos dos trabalhadores e implementava medidas de bem-estar social, além de fortalecer os sindicatos. O Estado também criou agências reguladoras que supervisionavam bancos e aumentavam seus gastos para combater a crise.

[...] Para conter a crise, o Estado virou açambarcador, banqueiro e “produtor”, comprando e estocando (ou destruindo) a produção agrícola, salvando o sistema bancário através de uma “socialização das perdas” (impondo ao Tesouro - isto é, aos contribuintes - as bancarrotas dos bancos e o saneamento financeiro), outorgando créditos, comprando participações acionárias, criando firmas públicas, orientando os investimentos, favorecendo as fusões: segundo Fritz Sternberg, “o Estado começou a preencher a função outrora preenchida pela expansão do capital, assim como pelos setores ‘protegidos’ da economia, criando um novo setor econômico imunizado e garantindo uma melhor harmonização do crescimento da produção e dos mercados (Coggiola, 2011, p. 17).

O governo implementou programas de bem-estar social, como benefícios de desemprego e assistência pública, para apoiar as pessoas afetadas pela crise. O programa *New Deal*, levou a expansão da intervenção governamental na economia, visando estimular a recuperação econômica por meio de reformas.

A recuperação também foi facilitada pelos avanços tecnológicos, pelo aumento da produtividade e pela reconstrução das indústrias após a crise, a recuperação foi um processo gradual e complexo, que levou vários anos e variou em diferentes países e regiões.

2.3 O neoliberalismo e a crise de 2008

O capitalismo contemporâneo possui características distintas relacionadas à reestruturação produtiva, neoliberalismo, abertura comercial e financeira. Caracteriza-se por uma complexidade financeira na qual as empresas buscam financiamento e alianças para manter seu controle e inovação.

Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014), no livro “A crise do neoliberalismo”, apresentam que esses processos têm um papel significativo na configuração atual do sistema econômico global. Está relacionado à reestruturação produtiva e à liberalização financeira. Na configuração atual do sistema econômico global, o aumento na taxa de lucro e a diminuição do tempo de rotação do capital são elementos-chave para a acumulação no capitalismo contemporâneo. O aumento na taxa anual ou periódica de lucro é alcançado por meio do incremento da rotação do capital, além da diminuição do tempo de rotação do capital, que tem impacto na taxa de lucro e permite criar novas bases de acumulação.

Uma nova forma histórica de valorização, chamada por Marx (2017) de “capital fictício”, está relacionada à constituição, à venda, hoje, de direitos e apropriações no futuro. O capital fictício é aquele que não preexiste, mas é baseado em expectativas futuras de apropriação sobre um valor ainda não produzido.

O capital fictício constitui um tipo real, mas construído com base em expectativas e ficções. A constituição fixa do capital, por meio desse processo de capitalização, permite ao capital adentrar o terreno produtivo.

Essa dialética entre o capital fictício e o capital fixo é central no capitalismo contemporâneo e inverte o sentido tradicional do capital, visto que o valor é produzido antes da sua apropriação. Na forma fictícia de valorização, o que preexiste é a expectativa futura de apropriação sobre um valor ainda não produzido.

O capital fixo permite acelerar o tempo de rotação do capital, diminuindo o tempo de rotação do capital e contribuindo diretamente para aumentar a taxa de lucro. Isso leva a um superacúmulo de direitos de apropriação sobre um valor não produzido na mesma magnitude, o que pode levar a uma redução da taxa de lucro, ocorrendo porque cada proprietário desses direitos terá uma parcela menor do valor produzido. Essa redução da taxa de lucro é chamada de disfuncionalidade do capital fictício.

A lógica de valorização fictícia não é específica apenas ao setor financeiro, mas contamina todo e qualquer tipo de capital, seja no setor primário, secundário ou terciário. Assim, é um problema sistêmico que envolve o superdimensionamento da esfera financeira em detrimento da esfera produtiva.

Foi por meio dessa lógica de superacúmulo e direitos de apropriação sobre um valor não produzido na mesma magnitude que resultou na crise financeira de 2008. A contradição presente na lógica de valorização fictícia se manifestou no mercado imobiliário subprime americano.

A crise financeira de 2008 foi um colapso do sistema financeiro global, que começou em meados de 2007 e se intensificou posteriormente. Foi uma das piores crises financeiras desde a Grande Depressão de 1929 e teve um impacto significativo na economia mundial.

A crise teve origem no mercado imobiliário dos Estados Unidos, particularmente no mercado de hipotecas subprime¹¹, em decorrência da elevação da inadimplência e da desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros associados às hipotecas americanas de alto risco.

Muitas empresas, incluindo algumas das maiores instituições financeiras dos Estados Unidos, estavam altamente alavancadas, o que significa que haviam emprestado uma quantia significativa de dinheiro para financiar seus investimentos (Duménil; Lévy, 2014). A crise se espalhou para outros países, levando ao aumento da demanda por títulos públicos e levou à realização de ajustes fiscais, cortando gastos em áreas como saúde e educação.

Além disso, a crise expôs a vulnerabilidade do sistema financeiro global à interconexão e interdependência dos mercados financeiros internacionais. Ela enfraqueceu a posição dos EUA como potência econômica dominante (Duménil; Lévy, 2014).

Por exemplo, em uma crise estrutural marcada pela automatização de processos produtivos, é comum que as classes mais vulneráveis, como os trabalhadores de baixa qualificação, sejam os mais afetados pela perda de empregos.

¹¹ Essas hipotecas eram frequentemente concedidas com taxas de juros variáveis que aumentavam significativamente após um período inicial de pagamento baixo. Muitas dessas hipotecas foram agrupadas em títulos chamados CDOs (*Collateralized Debt Obligations*) e vendidos para investidores em todo o mundo. Como essas hipotecas eram de baixa qualidade, muitas pessoas acabaram por não conseguir pagar as prestações, o que levou a uma grande quantidade de execuções hipotecárias e a uma queda acentuada nos preços dos imóveis. Essa queda nos preços dos imóveis afetou as empresas financeiras que haviam investido em CDOs e outras formas de dívida vinculada ao mercado imobiliário.

Já as classes mais privilegiadas, como os donos de empresas e investidores, podem se beneficiar dessas mudanças, aumentando ainda mais a concentração de renda e poder.

A dialética da sociedade civil envolve a análise de como as forças econômicas e sociais em conflito moldam a vida social e a história humana. A luta de classes é a principal força motriz da mudança social (Marx, 2017). A disfuncionalidade e aceleração do tempo é central no neoliberalismo, que tem como característica a disfuncionalidade do capital fictício que tende a reduzir a taxa de lucro e, por outro lado, o capital fixo permite acelerar o tempo de rotação do capital.

Essa análise das classes sociais permite compreender como a crise estrutural afeta diferentes grupos sociais e como esses grupos respondem às mudanças na estrutura social e econômica. Para superá-la, Mészáros (2011) propõe colocar em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas. Isso significa substituir o modo de intercâmbio humano controlado por um conjunto de determinações materiais fetichizadas pelo modo de intercâmbio humano controlado pelos próprios produtores associados.

[...] a dimensão positiva da alternativa socialista não pode se tornar realidade a menos que se encontre um equivalente racionalmente controlável e humanamente compensador de todas essas funções vitais da reprodução individual e social que devem ser realizadas – de alguma forma – por todos os sistemas de intercâmbio mediador produtivo. [...] assegurar e salvaguardar as condições objetivas de sua reprodução produtiva sob circunstâncias que mudam inevitável e progressivamente, sob a influência de sua própria intervenção através da atividade produtora – a ontologia unicamente humana do trabalho – na ordem original da natureza, que só será possível se envolver plenamente todas as facetas da reprodução humana produtiva e a complexa dialética do trabalho e da história da reprodução autoprodutiva. Assim, não há como escapar do imperativo de estabelecer relacionamentos estruturais fundamentais pelos quais as funções vitais da mediação primária sejam exercidas enquanto a humanidade sobreviver (Mészáros, 2011, p. 212).

Assim, faz-se necessário superar o antagonismo estrutural destrutivo do sistema do capital e introduzir uma forma de controle do metabolismo social que seja orientada para as necessidades humanas e não para a acumulação de capital.

Neste sentido, a alternativa socialista se define como um conjunto de práticas que cumprem as funções mediadoras primárias da reprodução sociometabólica em base racionalmente constituída e (conforme as necessidades humanas que mudam historicamente) alterável em sua estrutura, ou seja, sem subjugar os indivíduos ao “poder das coisas”. A viabilidade de ir-se além do capital depende inteiramente dessa importantíssima questão. [...] Isto requer a instituição de formas e estruturas de controle metabólico por meio das quais os indivíduos – empenhados no necessário intercâmbio de uns com os outros e com a natureza, em harmonia com as exigências das funções mediadoras primárias da existência humana possam dar significado às possibilidades da “reprodução ampliada”. Não no sentido de submissão à tirania de uma “ordem econômica ampliada” fetichista, mas ampliando suas próprias forças criativas como indivíduos sociais (Mészáros, 2011, p. 215).

Segundo Bresser-Pereira (2010), o capitalismo neoliberal, que emergiu em meados de 1970 como um novo regime de acumulação por meio da financeirização do capital, denominado de “capitalismo financeiro”¹², ocorrendo a especulação financeira, atribuindo um valor simbólico, influenciado por instituições financeiras referente à real produção de bens e serviços, com objetivo de maiores lucros a curto prazo, tendo como uma característica fundamental a influência das instituições financeiras nas políticas econômicas.

No entanto, a fusão dos capitais bancário e industrial, sob o controle dos bancos, não se concretizou, o que se materializou foi a globalização financeira, consistindo na liberalização dos mercados financeiros e em grande aumento dos fluxos financeiros ao redor do mundo.

Esse processo levou a uma inovação na venda de ativos imobiliários, pois possibilitou o acesso à casa própria para pessoas sem históricos de crédito e inadimplentes. Isso fez com que houvesse uma valorização financeira imobiliária, gerando, a médio prazo, a saturação dos investimentos no mercado imobiliário.

O neoliberalismo constitui-se do capitalismo baseado em finanças, que pode ser compreendido como um arranjo financeiro, no qual a criação de riqueza financeira é artificialmente gerada. Isso significa que essa riqueza financeira não está associada à riqueza material ligada à produção de bens e serviços reais.

¹² Capitalismo Financeiro é um termo utilizado pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, e se refere a uma fase específica do desenvolvimento do sistema capitalista em que o setor financeiro desempenha um papel proeminente na economia. Nessa fase, as instituições financeiras, como bancos e mercados financeiros, exercem uma influência significativa sobre a alocação de recursos e o funcionamento da economia.

Além disso, o conceito de neoliberalismo não se restringe somente a uma forma de liberalismo econômico, mas também abrange uma ideologia que se opõe aos grupos sociais menos favorecidos, aos trabalhadores e à manutenção do estado de bem-estar social.

O capitalismo é intrinsecamente instável, mas uma crise tão profunda e danosa como a atual crise global era desnecessária: poderia ter sido evitada se um Estado democrático mais capaz tivesse resistido à desregulamentação dos mercados financeiros (Bresser-Pereira, 2010, p. 4. Tradução nossa).

No Brasil, a adoção de políticas neoliberais intensificou-se a partir da década de 1990, durante os governos de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso. Eles herdaram os dividendos do período da ditadura brasileira. Houve uma ampliação de projetos que visavam o crescimento econômico do Brasil, por meio de iniciativas relacionadas à privatização de empresas estatais sob a justificativa de modernização econômica. A partir do Programa Nacional de Desestatização (PND), os principais setores privatizados incluíram empresas do setor elétrico, siderurgia, mineração, óleo e gás e telecomunicações.

[...] o Brasil passou a ser um dos principais receptores de investimentos internacionais a partir da segunda metade de 1990. Inicialmente, a entrada de IED estava ligada ao processo de privatizações que atraiu considerável montante de capitais externos com a transferência de empresas estatais para o setor privado. Esse fenômeno foi reflexo também da realização de reformas econômicas que reduziram, consideravelmente, as barreiras para a entrada de investimentos de curto e longo prazo (Manzi, 2018, p. 165).

Diante da fragilidade econômica que o país enfrentava, a implementação do Plano Real, em 1994, tinha por objetivo reduzir a inflação que era um problema que assolava o Brasil desde 1980.

A introdução da nova moeda cumpriu seu principal objetivo, que era a redução do processo de hiperinflação que afligia a economia brasileira desde a década de 1980. Para tanto, o governo buscou realizar um ajuste fiscal e monetário que estabilizou os preços por meio de uma “âncora cambial”, que também fixou a nova moeda ao dólar. A nova estratégia surtiu efeito e a taxa de inflação reduziu-se fortemente a partir de 1994 (Manzi, 2018, p. 162).

A partir de meados de 2000, começa a se notar uma expansão econômica, concomitante a isso, o governo Lula apresenta um PIB (Produto Interno Bruto) crescente, quase duas vezes maior ao governo anterior de Fernando Henrique Cardoso.

A partir de 1999, o governo federal passou a registrar superávits primários próximos de 3% do PIB em contraposição ao período 1995-1998, quando o resultado primário das contas públicas ficou na média ao redor de -0.4% do PIB. Nos anos seguintes, a administração Lula inclusive aumentou as metas de superávit primário para patamares próximos de 3.4% do PIB entre 2003 e 2010 e com exceção de 2009, quando a meta foi reduzida para 2% do PIB em virtude dos efeitos da crise global sobre a economia brasileira (Manzi, 2018, p. 166).

Cechin e Montoya (2017) explicam que a crise financeira de 2008 foi um colapso do sistema financeiro global que começou em meados de 2007 e se intensificou em 2008. Trata-se de um evento histórico que segue os passos de outras crises que surgiram ao longo da história do capitalismo. No entanto, foi uma das piores crises financeiras desde a Grande Depressão de 1929 e teve um impacto significativo na economia mundial.

Del Roio (2014), em “A dialética da sociedade civil”, faz uma análise de como as forças econômicas e sociais em conflito moldam a vida social e a história humana, e como a luta de classes é a principal força motriz da mudança social. Essa análise das classes sociais permite compreender de que forma a crise estrutural afeta diferentes grupos sociais e como esses grupos respondem às mudanças na estrutura social e econômica.

Com resquícios advindos da crise imobiliária de 2008, o Brasil enfrentava uma recessão econômica que teve início em 2013 e se aprofundou em 2016, resultando em uma queda significativa no PIB (Produto Interno Bruto) e um aumento do desemprego, experimentando a chamada “segunda onda de impactos”.

Não tardou para que a deterioração econômica refletisse nos principais indicadores socioeconômicos, gerando uma forte regressão do PIB, seguido pela inflação indiretamente proporcional, isto é, acabou disparando sem alcançar em nenhum momento o centro da meta de inflação referente a 4,5%, acompanhado pelo nível de desemprego (Xavier, 2020, pp. 58-59).

Os impactos da crise imobiliária de 2008 refletiram na economia brasileira, que sofreu os efeitos dessa conjuntura global, como um país cuja dependência econômica é evidente.

O neoliberalismo tem sido implementado na política econômica brasileira desde os governos posteriores à Ditadura Militar. Logo, as reformas políticas visavam a estratégia de estabilização macroeconômica, com reformas estruturais e privatizações, além da abertura comercial e financeira.

A implementação dessas políticas reforça os mecanismos de transferência de valor e aumenta a dependência do Brasil em relação ao mercado mundial capitalista. Essa relação de dependência é iniciada no período colonial, quando sustentava a Europa com a extração de metais preciosos, matéria-prima essencial para a manutenção do sistema manufatureiro europeu.

A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas. [...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2017, p. 327).

A dialética entre produção e apropriação do valor é fundamental para entender as especificidades das economias dependentes¹³, que são caracterizadas por

¹³ Para o economista Bresser-Pereira (1997, p. 133) a dependência refere-se à transferência do “excedente econômico para os países centrais” e a condição periférica a “um comércio do tipo do período primário-exportador nos quadros da divisão internacional do trabalho”. O termo economias dependentes referem-se a sistemas econômicos que têm uma forte dependência de fatores externos, seja de outros países, regiões ou setores específicos da economia. Essa dependência pode se manifestar de várias maneiras e em diferentes níveis, influenciando a estabilidade e o desenvolvimento econômico de uma nação. Podendo ser relacionada aos recursos naturais; exportações; financeiro; tecnológico; comercial. Economias dependentes são suscetíveis a riscos externos e choques econômicos fora de seu controle direto. A diversificação da base econômica e a busca por maior autossuficiência são estratégias frequentemente adotadas para reduzir essa dependência e aumentar a resiliência econômica.

processos de transferência de valor, essa transferência ocorre entre diferentes economias dentro da divisão internacional do trabalho.

A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho (Marini, 2017, p. 327).

A teoria marxista da dependência busca compreender as particularidades do capitalismo dependente, reconhecendo que essas economias estão sujeitas às mesmas leis fundamentais do capitalismo, mas possuem características distintas em relação às economias imperialistas. A superexploração do trabalho constitui o fundamento da dependência (Marini, 2017).

Nas economias dependentes, os processos de transferência de valor e a acumulação de capital são centrais, e a divisão internacional do trabalho desempenha um papel importante na conformação dessas economias. O conceito de transferência de valor explica como o valor do que é produzido em uma economia pode ser apropriado por outra, sendo um processo fundamental nas economias dependentes. Essas economias não fazem parte do centro da acumulação mundial de capital e possuem suas próprias particularidades.

[...] o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se interrelacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas (Marini, 2017, p. 331).

Existem vários mecanismos pelos quais ocorre a transferência de valor nos capitalismos dependentes. No mesmo setor, há competição entre capitais mais produtivos das economias centrais e capitais menos produtivos das economias dependentes pela apropriação do mais-valor produzido (Marini, 2017).

Os setores mais produtivos nas economias centrais tendem a capturar parte dos lucros gerados por setores com menor produtividade nas economias dependentes. Empresas transnacionais ou monopolistas relacionadas às economias centrais têm maior capacidade de manter preços de mercado acima dos preços de produção, o que resulta em superlucros. Além disso, existem mecanismos de transferência de valor relacionados a investimentos diretos estrangeiros e fluxos financeiros, como pagamento de juros, *royalties* e dividendos.

[...] por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho (Marini, 2017, pp. 331-332).

Os mecanismos de transferência de valor são condicionantes estruturais da dependência, esses condicionantes estruturais podem ser aprofundados ou aliviados pela conjuntura externa da economia mundial, esses determinantes estruturais nunca são resolvidos ou criados pela conjuntura, são inerentes ao capitalismo dependente.

A seguir será apresentado o cenário político brasileiro em 2016, demonstrando os caminhos que formaram o golpe político, como uma estratégia de avançar a agenda neoliberal, contando com o apoio em parte parlamentar considerável que demonstrava a insatisfação administrativa com a eleição democrática da presidente Dilma Rousseff, o golpe foi articulado por parlamentares e teve apoio jurídico com a operação Lava Jato e a tentativa de reduzir a imagem da presidente aos supostos atos de corrupção no Partido dos Trabalhadores.

Será demonstrado como esse arranjo articulado político para remover a presidente, foi construído midiaticamente com apoio da imprensa, que colocou em pauta e em manchetes o mandato da presidente.

3 A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE E O AVANÇO DA AGENDA NEOLIBERAL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO

Esta seção objetiva compreender os caminhos que levaram ao golpe político, parlamentar, jurídico e midiático, ocorrido em 2016, contra a então presidente eleita democraticamente Dilma Rousseff, demonstrando como o avanço de uma agenda neoliberal, defendida por uma bancada conservadora no congresso, esteve vinculado a este processo e evidenciar as Reformas que avançaram para um desmonte de serviços públicos, com destaque para Reforma do Ensino Médio.

Para isso, foi necessário construir o percurso que levou a tal situação. Existe uma dificuldade ao se analisar a história sem tomar o devido distanciamento dos fatos e se tratando de um passado recente, investiga-se nesta seção algumas características ligadas ao avanço da agenda conservadora, defendida por políticos conservadores.

Para essa análise, será apresentado o percurso histórico do Partido dos Trabalhadores e a metamorfose ocorrida na ideologia do partido, demonstrando as contradições ligadas ao discurso em sua fundação até 2016. Caracteriza-se, assim, o movimento pêndulo ao explicitar o segundo mandato de Dilma Rousseff, demonstrando que os interesses do partido, ao conciliar pautas com a direita, eram também ligados ao desmonte da educação pública.

Discorre-se acerca de como a agenda conservadora avançou em seus interesses, com a derrubada ilegítima do governo que usando de uma narrativa neoliberal, deu início a uma série de medidas de desmonte dos direitos dos trabalhadores, incluindo as normas do sistema previdenciário.

Como uma parte fundamental para a resignação ao mercado de trabalho e buscando esvaziar o senso crítico da classe trabalhadora, foi levado adiante pautas que, posteriormente, geraram Reformas Educacionais, tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como no Ensino Médio, que passou a ser formado por itinerários formativos, removendo disciplinas que formam não apenas para o trabalho, mas também constituem a humanização.

Como procedimento de pesquisa, foram analisados, documentos oficiais, como as medidas provisórias ligadas às Reformas; leituras sobre a construção e história do Partido dos Trabalhadores, utilizando como fonte teses e dissertações selecionadas

no banco de dados da Capes e o livro de Mauro Iase “As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento”.

3.1 Quais caminhos levaram ao golpe?

Numa manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregório Samsa deu por si na cama transformado num gigantesco inseto. Estava deitado sobre o dorso, tão duro que parecia revestido de metal, e, ao levantar um pouco a cabeça, divisou o arredondado ventre castanho dividido em duros segmentos arqueados, sobre o qual a colcha dificilmente mantinha a posição e estava a ponto de escorregar. Comparadas com o resto do corpo, as inúmeras pernas, que eram miseravelmente finas, agitavam-se desesperadamente diante de seus olhos.

Que me aconteceu? — pensou (Kafka, 1997, p. 8).

O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu em 1979, como um sistema partidário brasileiro, durante a transição da ditadura cívico-militar para a democracia, quando houve uma onda de protestos organizados pelos operários do final da década de 1970. A iniciativa de sindicalistas desempenhara um papel significativo na construção da democracia brasileira, com a presença da classe operária a agenda do partido era pautada em propostas que representassem a classe trabalhadora.

A proposta de formação do PT foi lançada, de modo formal, no XI Congresso dos Metalúrgicos realizado em Lins (SP), em janeiro de 1979. Os planos iniciais demoraram um pouco para deslanchar em razão de divergências existentes tanto no interior das próprias lideranças sindicais “combativas”, como em razão da atuação de outras organizações mais de esquerda que atuavam no meio operário (Rodrigues, 2009, p. 4).

[...]

Apesar da inexistência de um acordo quanto à natureza do novo partido, prosseguiram os preparativos para a sua formação. Em outubro de 1979, numa reunião de dirigentes sindicais de todo o País, foi criada uma Comissão Nacional Provisória e emitida uma Declaração Política que afirmava o PT como canal de expressão partidária e política de todos os explorados pelo capitalismo (Rodrigues, 2009, p. 5).

A proposta inicial era a de mudar radicalmente as políticas econômicas e sociais, visando a melhora de vida dos menos favorecidos, sugerindo a participação

de setores da sociedade excluídos anteriormente, tendo uma posição considerada populista.

Em sua trajetória, o PT desenvolveu uma relação estreita com o movimento sindical, inicialmente objetivava uma maior representação e participação dos trabalhadores no processo político, com um discurso de representar os interesses destes e desafiar as estruturas de poder existentes, advindo do período de ditadura cívico-militar.

[...] o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos. O PT e a central sindical com a qual está organicamente [...] vinculado, a CUT, constituem os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição brasileira (Keck, 2010, p. 14).

Ao se apresentar, o partido optou por um discurso alinhado às ideologias de um partido socialista, embora não discursava diretamente assumindo tal postura, expressando a luta da sociedade civil contra o autoritarismo. Visava à unidade dos trabalhadores e se apoiou na luta sindical, aparecendo como uma possibilidade de esperança, assumindo um compromisso com a arte, a religião e o espírito patriótico.

[...] Sua fundação, em 1981, nada teve a ver com os comunistas, nem com os grupos de esquerda dominados por intelectuais. A fundação se deveu aos sindicatos mais combativos de São Paulo e de alguns outros Estados, dirigentes das grandes greves de 1978-1980 que abalaram a ditadura militar, intelectuais e militantes de várias tendências de esquerda logo aderiram ao partido, colocando-se sob direção dos sindicalistas, que o criaram. No Brasil e em outros países da América Latina, o PT simbolizou a esperança na atuação de um partido que nascia desvinculado dos vícios do passado esquerdista e trazia o certificado da autenticidade operária. [...] Durante vários anos as resoluções programáticas do partido não deixaram de colocar enfaticamente o objetivo socialista (Gorender, 1999, p. 228).

O PT foi passando por uma metamorfose a partir da campanha presidencial de 1989, arrefecendo-se de pautas esquerdistas, o partido estava em busca do eleitorado da classe média,

[...] A base proletária industrial do ABC paulista e de outros centros industriais sofreu baixas consideráveis, em consequência das práticas

empresariais de enxugamento, da reestruturação produtiva das políticas governamentais. Cresceu o desemprego estrutural, o movimento grevista fraquejou, e a classe operária adotou decididamente um comportamento defensivo. Ao mesmo tempo, os êxitos eleitorais do PT inseriram-se na estrutura legislativa e administrativa do Estado e o fizeram voltar-se cada vez mais para os eleitores de classe média. A perspectiva socialista se apagou, e o PT assumiu a feição e o comportamento moderado de um partido social-democrata (Gorender, 1999, p. 229).

A igreja católica teve um papel fundamental para que o partido ganhasse apoio popular, ajudando desde a criação, com a formação de diretórios, apoio nas eleições pela Pastoral Operária, à Comissão Pastoral da Terra, pastoral popular e, principalmente, apoio dos grupos católicos ligados à “Teoria da libertação”¹⁴. Pierucci (1984), demonstra em sua tese que nas eleições de 1982, em São Paulo, os padres com idade abaixo de 35 anos, eram 83% favoráveis ao PT, demonstrando em sua pesquisa que entre o público mais jovem, o partido havia tomado força.

[...] a esquerda organizada, ativistas católicos, políticos progressistas, intelectuais e representantes de outros tipos de movimentos sociais tiveram e continuam a ter um papel crucial em vários aspectos da organização do partido. Não obstante, foram os vínculos com um movimento cada vez mais autônomo e poderoso dos sindicatos brasileiros em prol de mudanças substantivas que favoreceram a legitimidade inicial do PT, bem como sua capacidade de sobrevivência, apesar de uma conjuntura política adversa (Keck, 2010, p. 19).

Os líderes sindicais também desempenharam um papel significativo na formação e estrutura do partido, reivindicando como pautas fundamentais para a agenda política os direitos dos trabalhadores, a luta contra a desigualdade e a exploração, atuando na busca por justiça social, visando atender às demandas do movimento trabalhista. Seu envolvimento também contribuiu para o compromisso do

¹⁴ “A Teologia da Libertação tem como base o próprio evangelho, ela é fruto do confronto existente entre a fé e a realidade de milhões de pessoas que vivem em uma situação de miséria profunda. Ela é uma teologia popular, realizada a partir do povo e de sua realidade e suas necessidades. O seu grito por libertação de todo e qualquer tipo de opressão seja ela racial que é a sofrida pelos negros, étnica que é sofrida pelos índios ou sexual que é a sofrida pelas mulheres. [...] vê o pobre como sujeito de sua própria libertação, sabe, portanto, que ele é capaz de se organizar e de lutar em busca de melhores condições de vida. Ela entende também que estar ao lado dos pobres é solidarizar-se com ele, é então lutar sua própria luta. Este é o seu significado e sua essência, estar com Deus é estra com os pobres. A fé deve ser uma fé salvadora e libertadora, capaz de produzir mudança para aqueles que precisam” (Noronha, 2012, pp. 190,191).

partido com a organização popular, a autonomia e uma abordagem política da classe operária.

A linha política do PT foi moldada pelas experiências e perspectivas de líderes sindicais que estavam ativamente envolvidos no movimento trabalhista e nas lutas sociais, entre eles, ganhou destaque Luís Inácio da Silva,

[...] Começando nos subúrbios industriais do ABC paulista, o coração da indústria automobilística, as greves espalharam-se por outros setores industriais e de serviços por todo o Brasil. Surgiram novos líderes, entre eles, o carismático Luís Inácio da Silva, conhecido por toda a parte como Lula. Ele, que começou em São Bernardo do Campo, tornar-se-ia o primeiro presidente do PT. Para muitos dos que defendiam a formação de um novo partido político de base popular [...], o surgimento de novos e autênticos líderes operários mudou o foco do diálogo. A partir de então, a participação desses sindicalistas seria decisiva para a formação de um partido que se dizia representante dos trabalhadores (Keck, 2010, p. 19).

O partido tinha como objetivo capacitar e mobilizar a classe trabalhadora e os grupos marginalizados por meio de sua agenda política, a formação do PT moldou sua agenda política para priorizar os interesses da classe trabalhadora, a justiça social e a participação popular na política. Entretanto, passou por várias metamorfoses em sua ideologia e estratégias políticas, de uma negação da consciência de classe e dos grupos de classe, para se tornar um partido que visa impedir o fim das políticas de austeridade salarial, embora tenha enfrentado desafios para manter a unidade dos trabalhadores devido aos esforços dos empregadores para romper com as estruturas sindicais.

Essas mudanças significativas ao longo dos anos, demonstram que ao surgir como um partido que visava representar os interesses da classe trabalhadora e lutar por seus direitos. Porém, com o tempo, a ideologia do PT foi se moldando a uma abordagem mais pragmática, com foco no sucesso eleitoral e na conquista de poder dentro das estruturas legislativas e administrativas do estado, “começou a ser

dominado pela institucionalidade”, disse Vladimir Palmeira¹⁵ (1997, p. 319), em entrevista e, acrescentou, quando questionado sobre a liderança de José Dirceu¹⁶:

É uma luta contra o enquadramento do PT em moldes tradicionais, pela democratização do partido. Estamos nos transformando num partido de funcionários. Não há mais militância voluntária no PT. A estrutura do partido é completamente burocrática, não engloba mais aquilo que a gente dizia que era a alma do PT, que era uma certa luta social, uma certa participação voluntária (Palmeira *apud* Azevedo; Maués, 1997, p. 320).

As mutações do partido já estavam sendo anunciadas na década de 1990, em 1993 surgiram denúncias de corrupção dentro do partido, feitas pelo petista Paulo de Tarso Venceslau, que passou a ser investigado e foi expulso do partido. Em 1995, outras denúncias foram feitas pelo assessor da campanha de Lula em 1994, César Benjamin, no X Encontro Nacional do PT.

[...] apontou publicamente um processo de corrupção generalizada no PT, envolvido em jogos escusos, abandonando princípios éticos, ainda formalmente venerados, mas já desrespeitados alegremente na prática. Vaiado e ameaçado de agressão, o denunciante preferiu sair do Partido antes de sofrer um processo de expulsão. [...] Muitos já admitiam que germinavam verdadeiras máfias à sombra de prefeituras petistas do interior de São Paulo, fazendo todo o tipo de negócios e de negociatas, como licitações fraudadas, extorsões e propinas de diversos tipos, freqüentemente ligadas às concessões de serviços públicos (coleta de lixo, linhas de transporte urbano, etc.) para carrear finanças para o Partido (Aarão, 2007, p. 512).

Essas transformações em direção a uma postura mais moderada, conciliadora e reformista, apelando aos eleitores da classe média e adotando um comportamento

¹⁵ “Vladimir Palmeira, foi um dos 15 presos trocados pelo embaixador norte-americano em decorrência do sequestro deste último por grupos de esquerda, em setembro de 1969. Banido do país pelo regime militar. Retornou ao Brasil em 1979, com a Anistia. Em 1982, foi candidato ao Senado pelo PT do Rio de Janeiro. Presidente estadual do partido no período 1985-87, foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990. Liderou a bancada petista na Câmara dos Deputados, em 1993. Em 1994, disputou a prévia que escolheu o candidato do PT ao governo fluminense. Derrotado, cumpriu uma promessa feita há tempos e não disputou um terceiro mandato federal” (Azevedo; Maués, 1997, p. 301).

¹⁶ José Dirceu é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito líder do partido em 1995 e ocupou durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu ocupou o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil de 2003 a 2005. Dirceu ficou envolvido no chamado “Escândalo do Mensalão”, que eclodiu em 2005. O escândalo envolvia o pagamento de propinas a parlamentares em troca de apoio político. Como resultado, José Dirceu foi acusado de corrupção ativa e formação de quadrilha. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) o condenou por corrupção ativa e formação de quadrilha. Em 2013, Dirceu foi condenado no processo do Mensalão e acabou sendo preso. Posteriormente, em 2015, ele foi condenado novamente na Operação Lava Jato, desta vez por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

mais defensivo em resposta aos desafios enfrentados pela classe trabalhadora, levou aos sucessos eleitorais do PT nas eleições, levando Lula à presidência em 2002 e 2006, e Dilma em 2010 e 2014. Isso permitiu que eles se tornassem mais influentes no governo e nos processos legislativos, permitindo-lhes ora articular a luta contra as reformas constitucionais propostas pelo governo, ora apoiar mudanças que beneficiava bancos, empresários e latifundiários.

O PT preparou-se profissionalmente para a campanha de 2002. Na condição de grande partido, que já era, arrecadou finanças consideráveis. Em seguida, moderou o discurso político, um processo que já vinha se desdobrando, desde a campanha de 1994, mas que alcançaria, em 2002, com a Carta aos Brasileiros [...] (Aarão, 2007, p. 519).

A carta aos Brasileiros foi vista como uma estratégia política para reduzir a resistência de setores mais conservadores à candidatura de Lula. Publicada em 22 de junho de 2002, assegurava, com um discurso moderado, as metas e o programa de governo, demonstrando compromisso em manter a estabilidade econômica e a responsabilidade fiscal, respeitando os contratos firmados pelo governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre as quais as privatizações de empresas estatais. Essa carta foi considerada um elemento-chave para tranquilizar parte do mercado financeiro e conquistar o apoio necessário para a vitória eleitoral¹⁷ de Lula em 2002.

Após a vitória, o governo manteve no congresso propostas que haviam sido enviadas por FHC, relacionadas às reformas da previdência e tributária, “na saúde e na educação, setores considerados prioritários pela tradição nacional-estatista, não houve nenhuma iniciativa importante, decepcionando expectativas e esperanças” (Aarão, 2017, p. 521).

A partir de 2005, o governo seria engolfado por escândalos em série, despejados por um de seus melhores aliados no Congresso, Roberto Jefferson, líder do PTB, que acusava o governo de pagar propinas mensais a dezenas de deputados em troca de apoio e de votos – o mensalão (Aarão, 2017, p. 522).

¹⁷ “Lula foi eleito, no segundo turno, batendo José Serra, do PSDB, com 52,4 milhões de votos. O PT elegeu a maior bancada do Congresso Nacional – 91 deputados federais, projetando a figura do parlamentar mais votado do país, o senador Aluizio Mercadante, com cerca de 10,5 milhões de votos” (Aarão, 2017, p. 17).

O partido foi cada vez mais exposto em participação de pagamento de propinas e lavagem de dinheiro, envolvimento com jogos de azar¹⁸, a imprensa formou um grande palco para condenar os acusados de corrupção vinculando diretamente a imagem de Lula. Formaram-se inquéritos e Comissões Próprias de Investigação (CPI), para apurar as denúncias, compondo um verdadeiro espetáculo para a sociedade. “Um espetáculo de ódio de classe que há muito não se via, jorrava agora com a força das fúrias represadas e dos sentimentos recalçados” (Aarão, 2017, p. 530).

O PT e Lula desgastaram-se enormemente. Em meados de 2005, as pesquisas apontavam um tal decréscimo no patamar de popularidade do Presidente que o *impeachment*, que chegara, em certo momento, a ser cogitado pelas oposições, foi deixado de lado, ao menos temporariamente. Ninguém imaginava que Lula, naquelas condições, fosse ousar a reeleição. Se o tentasse, seria massacrado. Mais valia, ao invés de derrubá-lo, deixá-lo apodrecer (Aarão, 2017, p. 530).

O Partido dos trabalhadores, no entanto, lançou Lula à candidatura da presidência de 2006, tendo um alto índice de aceitação, para isso abriu mão de importantes figuras políticas, dentre eles os ministros José Dirceu, chefe da Casa Civil de 2003 a 2005, e Antonio Palocci, chefe da Fazenda de 2003 a 2006, e afastou importantes lideranças como o presidente do partido José Genoíno.

As políticas públicas mediadas pelo governo foram outro fator que fortaleceu a reeleição de Lula, em um país em que a fome e a miséria eram alarmantes, houve medidas importantes para a redistribuição da renda nacional.

[...] os efeitos de certas políticas públicas com grande impacto social: o Bolsa-Família, o crédito consignado, o aumento do salário mínimo em proporção maior que a inflação, a diminuição dos impostos sobre os gêneros da chamada cesta básica e também dos que incidiam sobre materiais de construção (cimento). Além disso, é preciso considerar a curva ascendente do emprego, formal e informal, propiciado pela retomada, embora modesta, do desenvolvimento econômico, e as políticas de estímulo e de financiamento, adotadas nas áreas de cultura e da ciência e tecnologia, atenuando críticas e reivindicações das comunidades envolvidas (Aarão, 2017, p. 20).

¹⁸ O assessor direto de José Dirceu, na época chefe da Casa Civil do Governo, Valdomiro Diniz, foi flagrado por tráficos escusos com bicheiros no Rio de Janeiro, em 2004.

A imprensa teve um papel significativo na formação da opinião pública sobre o PT, Lula enfrentou polêmicas e críticas durante as eleições de 2006, a imprensa, frequentemente, destacava os escândalos de corrupção envolvendo o PT, como o escândalo do Mensalão¹⁹, que teve um impacto negativo na reputação do partido.

Apesar da imprensa expondo as denúncias de forma unilateral, Lula venceu as eleições em 2006, ao receber um número significativo de votos no segundo turno da eleição presidencial. Ele obteve 58.295.042 milhões de votos²⁰, o que representou 60% dos votos válidos.

A vitória de Lula está atrelada ao poder de oratória e na capacidade de se conectar com as pessoas por meio de sua personalidade carismática e estilo de comunicação, um líder que sabe negociar, aberto ao diálogo e à discrepância, construtor de consensos. Em seu governo, implementar programas sociais como o Bolsa Família, que forneceu assistência financeira a famílias de baixa renda, e que ajudou na redução da pobreza e da desigualdade, resultou em melhores condições de vida para muitos brasileiros, contribuiu para sua popularidade entre as comunidades pobres e marginalizadas e atenuou seu discurso populista.

Em 2010, Dilma Vana Rousseff, secretária de Finanças de Porto Alegre, ministra de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, presidente do Conselho da Petrobras e ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula, foi escolhida pelo partido para prosseguir a disputa eleitoral, concorrendo ao cargo em uma disputa acirrada, em sua candidatura. O foco era em sua trajetória política e sua vida pessoal, apresentando-se como uma candidata destemida, enfrentando os debates, que foram levados para um discurso de que ela seria apenas uma sombra para que Lula continuasse seu governo.

A campanha foi pautada em reforçar os programas de assistência social desenvolvidos nos oito anos do governo Lula, como o Minha Casa, Minha Vida,

¹⁹ Mensalão foi um caso de corrupção política que veio à tona no Brasil em 2005. O termo "mensalão" foi usado para descrever um esquema de pagamento de propinas a parlamentares em troca de apoio político ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O esquema envolveu desvio de recursos públicos para financiar campanhas políticas e comprar o apoio de congressistas. Empresários ligados a agências de publicidade repassavam dinheiro a parlamentares em troca de apoio político. Esse dinheiro era usado para financiar campanhas eleitorais e garantir a lealdade de membros do Congresso ao governo. O caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em um processo conhecido como "Ação Penal 470". Vários políticos importantes, incluindo José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, e José Genoíno, ex-presidente do PT, foram condenados por crimes como corrupção ativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

²⁰ Apuração do 2º turno das eleições apresentado pelo Jornal Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://eleicoes.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/presidentes2.html>

Programa de Aceleração do Crescimento, Luz para Todos, programas que envolviam a melhoria de vida com água potável em regiões do Nordeste, ProUni, FIES.

No segundo turno ela enfrentou discurso sexista na imprensa que a reduzia a estereótipos negativos, além dos fortes ataques a necessidade de privatizar empresas estatais, em prol da economia.

Apesar de um segundo turno conflituoso, Dilma venceu José Serra, com 56% dos votos e se tornou a primeira presidente mulher no Brasil. Em seu primeiro mandato foi alvo da imprensa por ter discursos confusos e tratada como piada na grande mídia, a tentativa de desmoralizar seu governo, também ocorria por meio de insinuações de que a gestão era feita por Lula nos bastidores.

Já na disputa pela reeleição em 2014, enfrentou resistência popular, no ano anterior o governo já havia sido alvo de escândalos relacionados à corrupção na Petrobrás e depois dos protestos, em 2013, pela redução da passagem dos transportes coletivos, teve sua popularidade atingida.

Mesmo em uma situação conflitante que ressaltava os problemas de recessão econômica que o país passava, advindos da crise imobiliária dos Estados Unidos em 2008, com uma inflação crescente, foi para o segundo turno contra Aécio Neves (PSDB), e venceu democraticamente a disputa eleitoral com 51% dos votos, começando a governar com forte oposição no congresso e popular.

3.1.1 A defesa de uma agenda neoliberal como resposta aos impactos da crise

O cenário do Brasil nos primeiros oito anos de governo petista foi considerado próspero para a economia, considerando fatores socioeconômicos, principalmente ligados à redução da desigualdade social. Projetos como o Bolsa Família contribuíram para a redução da pobreza e reforçaram o acesso à educação e à saúde.

No entanto, houve diversas contradições ao longo dos mandatos do governo, e as mudanças levaram à resistência em manter o Congresso alinhado aos interesses federais. Mais adiante, será aprofundado, então, como a depressão econômica atingiu o crescimento econômico do Brasil, desvelando as contradições dentro das propostas do Partido dos Trabalhadores, levando ao golpe que retirou a presidente eleita

democraticamente Dilma Rousseff do governo e à aprovação de uma agenda neoliberal.

Nesse contexto, as classes sociais assumem uma centralidade fundamental na análise da crise estrutural. Isso ocorre porque as mudanças na estrutura econômica e social afetam de forma desigual as diferentes classes sociais, criando novas desigualdades e aprofundando as já existentes.

Por exemplo, em uma crise estrutural marcada pela automatização de processos produtivos, é comum que as classes mais vulneráveis, como os trabalhadores de baixa qualificação, sejam os mais afetados pela perda de empregos. Já as classes mais privilegiadas, como os donos de empresas e investidores, podem se beneficiar dessas mudanças, aumentando ainda mais a concentração de renda e poder.

Dessa forma, para Marx, a dialética da sociedade civil envolve a análise de como as forças econômicas e sociais em conflito moldam a vida social e a história humana, e a luta de classes é a principal força motriz da mudança social.

Essa análise das classes sociais permite compreender como a crise estrutural afeta diferentes grupos sociais e como esses grupos respondem às mudanças na estrutura social e econômica.

Com resquícios provenientes da crise imobiliária de 2008, o Brasil enfrentava uma recessão econômica, que teve início em 2013 e se aprofundou em 2016, resultando em uma queda significativa no PIB (Produto Interno Bruto) e um aumento do desemprego.

Diante da resistência do Partido dos Trabalhadores em levar adiante as reformas pretendidas pelas classes dominantes, verifica-se a composição de um amplo arco de alianças com vistas ao golpe que derrubaria a presidente Dilma Rousseff.

Porém, a marcha golpista não se deu somente em 2016, visto que teve seu início entre os protestos de 2013 e as eleições de 2014, que marcaram o fortalecimento das pautas conservadoras representadas, também, por partidos e lideranças que deram sustentação aos governos do Partido dos Trabalhadores nos anos anteriores.

Com a derrota de Aécio Neves (PSDB), formou-se um discurso de fraude eleitoral e de indignação contra a “corrupção” do PT e das esquerdas. Essa foi a senha necessária para a formação de um arco de alianças que incluiu o empresariado

nacional, amplos segmentos religiosos conservadores, conglomerados internacionais, classes médias e setores da burocracia estatal vinculados.

Tal como ocorreu em 1964, o golpe de 2016 expressou uma ação intencional que destituiu o reformismo por governos alinhados com os interesses dos Estados Unidos. De forma análoga ao passado, a bandeira da anticorrupção e do combate ao comunismo também foi amplamente utilizada, mesmo que não houvesse nenhum sinal evidente de avanço ou uma ruptura revolucionária em nossas terras.

O ano de 2016 foi marcado no Brasil por um grave revés quanto à possibilidade de promover uma transformação social em sentido igualitário. A destruição da Presidente da República que chegara ao posto pelo voto popular, por meio de um *impeachment* sem respaldo na Constituição vigente, mostrou que a democracia eleitoral passava à condição de uma ordem tutelada por grupos poderosos. O governo que emergiu do golpe dedicou-se a implementar, em ritmo acelerado, políticas de restrição de direitos, recusando qualquer debate público sobre elas e desprezando a evidente insatisfação da maioria da população (Miguel, 2018, p. 7).

Em 31 de agosto de 2016, foi materializado o golpe que impediu arbitrariamente a continuidade do governo de Dilma Rousseff, eleita dentro das regras do jogo. Não pode ser compreendido como um “raio em um céu azul”. Seus vínculos com os interesses econômicos do imperialismo são notórios, particularmente, quando se considera a crise de 2008, que aprofundou o processo de reestruturação produtiva do capital e as disputas geopolíticas no contexto internacional, com interesses econômicos que se estenderam ao Brasil, como o pré-sal e a relativa autonomia da política externa brasileira.

Internamente, o contexto foi permeado por disputas entre diferentes frações de classe da burguesia, o que incluiu o empresariado do agronegócio, os setores do capital rentista e os agentes do capital internacional.

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, que pôs abrupto fim aos governos do Partido dos Trabalhadores em agosto de 2016, ocorreu diante de um contexto de profunda comoção e crise política, a tempestade perfeita que produziu muitos efeitos num curto espaço de tempo, entre eles o correr da aparentemente impossível pauta da Reforma Trabalhista, que contou com forte sincronia ideológica e prática entre governo e grande mídia, bem como com ataques à legitimidade dos atores sindicais. (Fontainha; Rodrigues; Fernandes, 2021, p. 798).

Coube a uma significativa parcela da imprensa comercial, como no caso da Folha de S.Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo, Revista Veja, etc., a criação do “consenso” em defesa da ordem ameaçada pela gestão do Partido dos Trabalhadores, o que significou a defesa da ruptura institucional.

Ainda que em 2016 a burguesia não tenha recorrido aos blindados das Forças Armadas, ressalta-se que o tema da corrupção foi amplamente utilizado como um artifício para desqualificação não apenas do PT, mas também de todos os projetos identificados com as forças populares.

O tema da corrupção, enfatizado pela mídia, teve o objetivo de tirar de cena não apenas o “inimigo de classe”, mas também de não mudar a estrutura política, o núcleo causador da corrupção. Por isso, o interesse de “fulanizar” a corrupção, concentrando-a apenas em pessoas e não no sistema político, na “novelização” da política, de transparecer um conflito entre mocinhos e bandidos (Souza, J. 2016, p. 50).

Vitorioso, o golpe não tardou em iniciar as reformas pretendidas pelo capital. O governo de Michel Temer (2016-2018) adotou uma agenda liberal, aprofundando uma série de medidas para tentar mitigar os efeitos da crise, incluindo a redução das taxas de juros, redução dos gastos públicos em áreas sociais e a aprovação de reformas estruturais, como a reforma da previdência.

A PEC nº 241/2016, ou PEC do Teto de Gastos, foi uma proposta de emenda constitucional apresentada, em 2016, pelo governo de Michel Temer, com o objetivo de limitar os gastos públicos por 20 anos. A PEC estabelecia que, a partir de sua aprovação, o aumento dos gastos públicos federais estaria limitado à inflação do ano anterior pelos próximos 20 anos. Isso significa que os gastos com saúde, educação, segurança pública e educação poderiam ficar congelados por duas décadas. A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 2016, e promulgada como Emenda Constitucional nº 95/2016.

Porém, o teto limite de gastos não foi a única medida de caráter antipopular. A reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, foi apresentada com o discurso falacioso de modernização da lei trabalhista para torná-la mais flexível, visando estimular a economia e gerar empregos. Na prática, no entanto, tratou-se de um processo que objetivava a intensificação da exploração da força de trabalho. Nesses termos, pode-se afirmar que a Reforma Trabalhista, por meio da lei nº 13.467, forjou os marcos legais para:

I. Terceirização: a reforma trabalhista permitiu a terceirização irrestrita em todas as atividades das empresas, possibilitando a contratação de trabalhadores terceirizados para realizar qualquer tipo de atividade, inclusive as atividades-fim.

II. Jornada de trabalho: a reforma trabalhista permitiu a negociação de jornadas de trabalho de até 12 horas, com 36 horas de descanso. Antes da reforma, a jornada máxima permitida era de 8 horas por dia, com um limite de 44 horas por semana.

III. Férias: a reforma trabalhista permitiu que as férias sejam divididas em até três períodos, desde que um deles tenha pelo menos 14 dias consecutivos. Antes da reforma, as férias deveriam ser concedidas em um único período de, no mínimo, 10 dias corridos.

IV. Banco de horas: a reforma trabalhista permitiu que o empregador negocie diretamente com o empregado a compensação das horas extras trabalhadas, em um prazo máximo de seis meses.

V. Acordos coletivos: a reforma trabalhista deu maior peso aos acordos coletivos entre empregados e empregadores, permitindo que as negociações prevaleçam sobre a lei em algumas situações.

Dessa forma, a reforma enfraqueceu a proteção dos trabalhadores, principalmente os mais vulneráveis, como os terceirizados e os trabalhadores intermitentes. Além disso, permitiu a negociação direta entre empregadores e empregados em diversos pontos, como jornada de trabalho, banco de horas e férias, o que pode resultar em condições de trabalho desiguais e abusivas.

Essas mudanças nas contratações não estimularam a criação de novos empregos, como prometido. Pelo contrário, houve uma redução na quantidade de empregos formais no país após a aprovação da reforma, e muitos dos novos postos de trabalho criados são precários e mal remunerados. Além disso, permitiram a terceirização de atividades-fim das empresas, o que precarizou ainda mais as condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados e reduziu a qualidade dos serviços prestados.

Contrariando as expectativas dos idealizadores da reforma trabalhista, o balanço de um ano e meio de sua implementação aponta para uma economia estagnada e sem evidências de recuperação: a atividade produtiva segue em marcha lenta, os investimentos esperados não se concretizaram, o desemprego continua elevado (pelo quinto ano seguido) e a informalidade voltou a crescer depois de um longo período em queda (Teixeira, 2019, p. 55).

A exploração do trabalho no sistema capitalista ainda ocorre na sociedade contemporânea. Além disso, defende a luta dos trabalhadores e a solidariedade como formas de resistência e transformação social.

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como superexploração da força de trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, processo esse que atinge não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais (Antunes, 2018, p. 62).

Apesar das mudanças na economia e na tecnologia, as desigualdades sociais e a exploração do trabalho ainda existem e se agravaram. Antunes (2018) descreve como a globalização e a financeirização da economia levaram à precarização do trabalho e ao aumento da informalidade, tornando mais difícil para os trabalhadores garantir seus direitos e sua segurança no emprego.

Hoje, dados o crescimento e a circulação da força de trabalho imigrante, que se intensificam exponencialmente em dimensões globais, aumenta ainda a superpopulação relativa e, por consequência, o exército de força sobrando global de trabalho. Nessa contextualidade, ampliam-se ainda mais os mecanismos de exploração, intensificação e precarização da classe trabalhadora, uma vez que a destruição dos direitos sociais conquistados passa a ser uma imposição do sistema global do capital em sua fase de hegemonia financeira (Antunes, 2018, p. 62).

A ofensiva do capital contra o trabalho conduz a uma série de estratégias e políticas adotadas pelos empregadores para aumentar seus lucros e reduzir custos, às custas dos trabalhadores, gerando um impacto negativo na qualidade de vida da classe trabalhadora e na economia como um todo. Isso reduz o poder de compra da população e reforça as desigualdades sociais e econômicas.

Para entender o movimento dialético em sociedade, faz-se necessário compreender a primeira ação do trabalho na produção de materiais para satisfazer as necessidades humanas. Ou seja, ao produzir os bens materiais, o ser humano elabora e organiza socialmente sua produção em uma “sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa” (Manacorda, 2007, p. 58), possibilitando a consciência humana.

A formação dessa consciência, portanto, não é casual e natural; ela é produzida conforme a realidade dos detentores das propriedades privadas que governam as ideologias perante seus interesses econômicos e sociais. Desse modo, o ser humano só

[...] é homem na medida em que deixa de identificar-se, à maneira dos animais, com a própria atividade vital na natureza; na medida em que começa a produzir as próprias condições de uma vida humana sua, isto é, os meios de subsistência e as relações que estabelece com outros homens ao produzi-la na divisão do trabalho; na medida em que conhece e quer a própria atividade e a configura como uma relação não limitada a apenas uma parte da natureza, mas, pelo menos potencialmente, como uma relação universal ou onilateral com toda a natureza como seu corpo orgânico; e na medida, afinal, em que humaniza a natureza, fazendo da história natural e da história humana um só processo modifica-se a si mesmo, cria o homem e a sociedade humana (Manacorda, 2007, p. 74).

Ao realizar essa ação, os seres humanos precisam pautar-se em uma formação humana que não priorize somente o aspecto econômico na produção da vida, mas também o processo fisiológico-psicológico. Isto é, uma educação cuja finalidade está na formação de indivíduos pertencentes e participantes de uma vida em comunidade, na qual a ciência operativa contemple a essência do Homem genérico no domínio da natureza e na compreensão do todo relativo ao trabalho.

Naturalmente, a educação não poderia passar imune diante dos interesses das classes dominantes. Sem dúvida, a escola mantida pelo Estado, ou seja, a escola frequentada pelos trabalhadores e seus filhos, foi ainda mais precarizada.

Nesse sentido, com base na análise da Reforma do Ensino Médio vigente em na atualidade, é possível afirmar que o governo neoliberal brasileiro busca formar trabalhadores que não tenham acesso ao conhecimento elaborado. Na verdade, trata-se de criar obstáculos à emancipação dos trabalhadores.

3.1.2 As contradições no PT referente ao discurso de melhorar a educação

A educação é uma prática social permanente na vida do ser humano, acompanhando-o desde o nascimento até a morte, por meio de um processo

constante, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades ocorre de modo não linear, como também não ocorre, necessariamente, na escola.

O sistema educacional, no entanto, é fruto de um processo histórico e cultural, que foi desenvolvido em meio às relações sociais, existindo em uma sociedade antagônica, com grupos econômicos distintos. A relação de como a educação deve ser ofertada pelo estado, passa por estas construções sociais distintas e a história demonstra como foi a luta dos trabalhadores pela construção da escola pública enquanto um espaço de educação formal e basilar dos seus filhos.

O Partido dos Trabalhadores, defendeu em seu discurso desde a sua criação, que a melhoria da educação era uma de suas bandeiras principais. Dentre as propostas estavam: a reformulação da educação profissional para que se integrasse com ao ensino médio; criação de um programa eficaz de alfabetização; acesso ao ensino superior. No entanto, ao longo de seus governos, houve críticas de que as políticas educacionais implementadas não foram eficazes como projetado ou não alcançaram os resultados esperados.

A educação é um espaço em disputa. De um lado, a classe dominante, que não pode impor esta forma societária apenas pela força, precisa também do consenso, por isso, atua diretamente sobre o projeto educacional em curso. Do outro, a classe dominada, que confronta o projeto educacional hegemônico apresentando também o seu lado da história e as suas necessidades enquanto classe em suas propostas.

Na sociedade neoliberal, os fundamentos elementares para uma vida em sociedade e para o desenvolvimento do ser humano são ensinados na contraditória escola do capital, que também é frequentada pelos filhos da classe dominada. Este espaço em disputa é elementar para a formação da consciência de si mesmo, do mundo e de seus problemas.

Portanto, ao buscar interpretar o caminho político, relacionado à educação, feito pelo PT em sua trajetória de governo, é essencial entender como a classe trabalhadora recebe o projeto educacional, e quais as contradições ocorreram sem eximir dessa análise a relação com as instituições privadas de ensino e seu interesse no projeto educacional elaborado pela classe dominante, sobrepondo o desenvolvimento humano que é delimitado apenas pelos desejos desta classe.

Algumas das contradições no discurso do PT em relação à educação incluem a falta de investimento adequado, a má gestão de recursos, a falta de valorização dos professores e a persistência de problemas estruturais nas escolas públicas.

Os embates em torno da construção de uma educação para todos os níveis de formação, sobretudo a inclusão da classe trabalhadora no ensino superior, ocorreram nos governos posteriores à Ditadura, em uma tentativa de sanar os inúmeros problemas relacionados a obter mão de obra qualificada que pudesse acompanhar o desenvolvimento que o Brasil parecia estar passando.

A escola pública, universal, gratuita e laica, que foi arduamente defendida pelos trabalhadores, tomou uma forma metamorfoseada ao ser assimilada pela burguesia e, assim, passou a assumir a função de formar cidadãos brasileiros em uma escola para todos.

Em 1984, Darcy Ribeiro em seu livro “Nossa escola é uma calamidade”, apresentava duras críticas à educação brasileira, principalmente no que diz respeito a sua atuação na formação de cidadãos. Além disso, o antropólogo apresenta de forma pormenorizada os problemas, dos mais simples aos mais complexos, presentes na educação brasileira, com o objetivo de fazer a defesa da necessidade de se construir uma escola que atue efetivamente na produção de uma civilidade, contra o embrutecimento social e a própria barbárie. Nos termos do autor,

Nosso desafio é criar no Brasil, aqui e agora, o que chamo de Pequena Utopia e que, para mim, é o grau de desenvolvimento social generalizado a toda a população que têm tantos países com o mesmo nível de desenvolvimento econômico que o nosso. Falo daqueles países em que todo mundo come todo dia; em que todo cidadão e toda cidadã de mais de 14 anos que pretenda trabalhar encontra um emprego; em que todas as crianças fazem o curso primário (Ribeiro, 1984, p. 8).

Com o enfraquecimento da ditadura civil-militar, a retomada da organização dos trabalhadores e o processo de redemocratização abre-se um novo horizonte para os rumos do país, inclusive, para sua educação, que, com a Constituição de 1988, reitera seu compromisso com a formação do cidadão brasileiro. Nesse cenário, a escola do capital parecia finalmente tomar contornos mais nítidos no Brasil.

É preciso tomar consciência de que a educação escolar brasileira, embora tenha avançado em alguns aspectos com o governo petista, apresenta problemas de proporções gigantescas que necessitam de sua efetiva resolução. Mais que isso, é preciso encarar o problema da não formação almejando a emancipação ou mesmo para a cidadania e as brechas que isso abre para uma educação voltada à formação de sujeitos embrutecidos para o mercado de trabalho.

Nas sociedades de classe, em especial no modo de produção capitalista, o processo de apreensão dos conteúdos elementares para a realização do acesso a tal patrimônio se dá, principalmente, na educação escolar, a qual, como supracitado, nem sempre foi frequentada pela classe trabalhadora.

O ser humano, a partir do trabalho e de um longo processo de desenvolvimento, passou a produzir a sua existência por meio da transformação consciente da natureza para suprir as suas necessidades. O processo de hominização inaugura um novo estágio de manifestação do ser – o ser social e, assim, o desenvolvimento do ser humano deixa de ser regido pelas leis biológicas e passa ser regido pelas leis sócio-históricas.

Cada indivíduo aprende a ser um homem; porque o que “a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana”. Assim, ao nascer o homem se defronta com um mundo pronto, construído pelas gerações que antecederam-no, que precisa ser apreendido. Desse modo, o que fica marcado é que as práticas especificamente humanas são apreendidas no decurso da vida por meio do processo de apropriação da cultura. Tal processo é permanente. À medida que o ser humano assimila a realidade em que está inserido ele se transforma físico-psiquicamente e transforma também esta realidade por meio do trabalho, por meio de uma ação teleológica (Leontiev, 1978, p. 285).

Os postulados de Marx e Engels (2007), em *A Ideologia Alemã*, apresentam que a ideia é fruto da matéria, em outros termos, a subjetividade tem sua base na objetividade. Isso se dá porque a consciência do ser humano é produzida socialmente e tem como seu determinante, em última instância, as relações estabelecidas para a produção da vida, afinal, “a consciência é, naturalmente, antes de tudo consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente” (Marx; Engels, 2007, p. 35, *itálicos originais*). Corroborando com as ideias anunciadas por esses grandes pensadores, Leontiev (1978, p. 281) aponta que “o homem definitivamente formado possui já todas as propriedades biológicas necessárias ao seu desenvolvimento sócio-histórico ilimitado”.

A forma como se organiza a produção da existência, as relações estabelecidas para se realizar o trabalho, podem impossibilitar esta libertação e esse desenvolvimento ilimitado. Nas sociedades fundadas na propriedade privada e na

divisão do trabalho “as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes” (Marx; Engels, 2007, p. 36).

Nessas formas societárias, as classes dominantes conseguem acessar todo o patrimônio cultural da humanidade, por se beneficiarem dos produtos do trabalho realizado pelas classes dominadas que, via de regra, não conseguem acessar e usufruir de tal patrimônio. Para os autores, é preciso suprimir esta divisão do trabalho e a propriedade privada para que toda a humanidade de fato se liberte, assumindo uma organização da produção da vida que não seja baseada na exploração do outro e que tem seus produtos socializados entre os produtores.

Historicamente, a classe dominante brasileira utiliza a discussão sobre o projeto educacional para esboçar o seu projeto de país, como pode ser observado na primeira entrevista coletiva as principais rádios em 2003, o discurso de Lula, deixa claro que as propostas educacionais estão alinhadas com empresas privadas.

Por exemplo, na questão da alfabetização, eu estou convencido de que, se nós dependermos da estrutura oficial do sistema de educação no Brasil, vamos levar anos para alfabetizar. Mas, se começarmos a fazer o que estamos fazendo, acordos e convênios... Por exemplo, estamos fazendo acordo com o setor da construção civil, em que cada obra que estiver sendo realizada, cada acampamento para a construção civil terá uma sala para alfabetizar os empregados. Fizemos um acordo com a Associação Brasileira de Supermercados, em que eles se comprometeram a alfabetizar todo e qualquer funcionário analfabeto e a sua família como um todo. Fizemos acordo com a UNE, que vai participar. Porque, veja, se você adotar a participação da sociedade, e cada um assumir a responsabilidade de fazer um verdadeiro mutirão pela alfabetização, você conseguirá muito mais sucesso do que se ficar dependendo da estrutura oficial (Acervo Folha, 2003).

Com o objetivo de formar um novo ideário de brasileiro em consonância com as transformações econômico-políticas que ocorriam no mundo, a educação defendida pelo PT apresentava, de forma explícita, o vínculo com o empresariado na construção de um projeto educacional.

O perigo de obedecermos à lógica do rendimento e das competências que as empresas querem nos impor é muito grande, porque estamos vivendo sob um capitalismo cada vez mais instável, no qual não só os ciclos econômicos, mas também os ciclos de emprego e as “ondas tecnológicas determinam flutuações na demanda de “competências” difíceis de prever (Laval, 2019, p. 105).

A educação é estratégica no processo de desmonte do setor público, ao se aliar ao setor privado, seguindo os preceitos neoliberais, o governo petista se afasta da esquerda e se demonstra alinhado com uma política centro-esquerda, alimentando os tubarões da educação, como são chamados os grandes empresários da educação privada.

Ao conceder bolsas de estudo ao estudante oriundo do ensino público e de baixa renda, as instituições ficam isentas de determinadas taxações de tributos, essa relação entre o setor público e privado, evidencia uma mercantilização do ensino superior, pois os investimentos nas universidades públicas são cada vez menores.

Nesse novo contexto a política educacional assume o caráter de um neoconservadorismo. Diante do mote do “Estado mínimo” passa-se a considerar a “decadência da escola pública” como resultado da incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso advoga-se, também na educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado. Essas proclamações ditas neoliberais continuam sendo difundidas na conjuntura atual, acentuando o entendimento de que o Estado atravessa uma crise profunda com perspectivas sombrias para a educação pública e para a própria democracia (Saviani, 2020, p. 29).

Embora as propostas de ensino no governo petista, não se apresentem como um grande risco para esse modo de produção, haja vista que sua finalidade última não é a emancipação humana, mas a formação para a cidadania alcançando o horizonte da emancipação política, ela não deixa de ser contraditória, formada no antagonismo de classes e um espaço em disputa.

Como aponta Ribeiro (1984, p. 24), “há um pré-requisito do Estado democrático moderno, há necessidade elementar de edificação nacional, que é assumir a responsabilidade de formar a cidadania pela educação através de uma rede pública de ensino”. Segundo este autor, uma educação que forme cidadãos é completamente aceitável dentro do modo de produção capitalista e diversos países desenvolvidos a colocaram em prática.

Nesse sentido, os trabalhadores conscientes da luta de classes tencionam para que a escola do capital cumpra com sua função de repassar o conhecimento sócio-historicamente construído e formar para a cidadania, porque entendem que perder isso é abrir brechas para a roda da história girar ao contrário. Segundo Marx e Engels (1983, p. 94), “a democracia não teria nenhuma utilidade para o proletariado se não

servisse de maneira imediata para realizar algumas medidas que atacam diretamente a propriedade privada e asseguram a existência do proletariado”.

As políticas neoliberais as quais o governo petista se apropriou durante o governo, visam a, oficialmente, tornar o ensino superior eficiente em formar mão de obra, ao inserir o indivíduo em universidades privadas. Também se difunde uma ideologia de que o neoliberalismo é capaz de realizar melhor o fornecimento de ensino que gere uma falsa igualdade, difundindo um objetivo progressista falseador da realidade em que cada indivíduo possa levar suas capacidades o mais longe possível com a ajuda da iniciativa privada.

A educação ofertada no ensino privado está adequada às demandas do capitalismo, não tem a preocupação de formar uma consciência social, mas manter a alienação para que seja projetado trabalhadores ao mercado, reduz o indivíduo às características de sua ocupação funcional, impedindo-o de realizar todas as suas potencialidades humanas.

A escola prepara proletários e a universidade prepara dirigentes, tecnocratas e gestores da produção capitalista. Sucedem-se as gerações assim formadas, substituindo-se uma pelas outras na sociedade dividida em classes e hierarquizada [...] A escola e a universidade propagam o conhecimento e formam as gerações jovens segundo padrões que convém tanto ao patronato como à paternidade e ao patrimônio. Há disfunções quando o saber crítico inerente a todo o conhecimento dá origem a revoltados. Às funções maciças da escola e do liceu sobrepõe-se a função elitista da universidade, que filtra os candidatos, desencoraja ou afasta os que se desviam, permite o establishment. Assim, os três graus de ensino (primário, secundário e superior) não entram apenas como efeitos ou produtos na divisão social do trabalho, doutrina já exposta, por vezes em nome da crítica liberal e moderada. Eles fazem parte dela como causas e razões, como funções e estruturas e subordinam-se aos diversos mercados capitalistas (o das mercadorias, que estimula a produção – o do trabalho, que fornece os trabalhadores (Lefebvre, 1973, p. 59).

O Programa Universidade para Todos - ProUni é um programa do Governo Federal, que tem como objetivo o acesso ao ensino superior, após constatar que estudantes de baixa renda tinham dificuldades para ingressar na universidade, o governo Lula, desenvolveu a MP 213/2004 e, institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005, destinado a estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas, com renda per capita que não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

A oferta dessas bolsas integrais ou parciais concedia às Instituições Privadas de Ensino a isenção fiscal de tributos, a justificativa para essa concessão de impostos, era resolver o problema de ingresso de estudantes de baixa renda e ocupar as vagas remanescentes da rede privada de ensino, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

O programa foi ao encontro da demanda de acesso ao ensino superior gratuito, não atendida pelas instituições públicas, e com a determinação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001) de aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos, no ensino superior, de 12% para 30%, até o final da década, mas de um modo tal que a participação do setor público fosse igual ou maior a 40% do alunado (Cunha, 2014, p. 366).

O discurso para a compra de vagas nas instituições privadas baseava-se na afirmação de que “ponderavam que as universidades públicas são muito onerosas e elitistas e que, por isso, melhor seria alocar recursos públicos para adquirir vagas no mercado”. (Leher, 2010, p. 382). Entretanto, por trás desse discurso havia um interesse em favorecer uma burguesia prestadora desses serviços, que entende a educação como mercadoria, portanto, não é um compromisso e nem um objetivo desta a formação do sujeito crítico e sim o lucro que esse sujeito pode fornecer. Dessa forma, constatou-se

[...] a redução do papel do Estado a agente avaliador e regulador do ensino superior, o aumento da participação da sociedade – leia-se mercado – na definição dos projetos e investimentos públicos (parceria público-privada), a adoção de medidas afirmativas e de uma política de cotas para compensar o elitismo do ensino superior, o financiamento público para IES particulares e a flexibilização do sistema de ensino superior (Trópia, 2009, p. 2).

O detrimento da Universidade Pública é um dos problemas centrais do Estado, visto que objetivou-se investir mais nas Instituições Privadas de Ensino, mesmo que sob justificativa de acesso à educação de nível superior. Além dos gastos reduzidos, a Universidade Pública o programa fomenta o apoio popular ao discurso neoliberal, em que defende a privatização de empresas estatais, argumentando a eficácia da iniciativa privada na gestão das empresas, sob um discurso de eficiência, é a consolidação de uma “hegemonia às avessas”, como descreve o sociólogo Francisco de Oliveira, a classe dominante usa estratégias de exploração do capital com

programas que fortalecem seu poder, fazendo que a classe trabalhadora permaneça servindo os interesses neoliberais. Lula soube usar bem de programas que fomentaram essa hegemonia.

[...] ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de condottiere e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa (Oliveira, 2010, pp. 24-25).

A oferta de vagas nas Instituições privadas reforça a hegemonia neoliberal, mantendo as diferenças sociais, a pobreza passa a ser funcionalizada, prepondera a ideia de formar para o mercado de trabalho. Pode-se associar essa gestão da pobreza às críticas feitas por Gramsci, a educação “interessada”, em que as propostas de leis que visam o ensino voltado para as massas, com interesse de formar para os interesses do capital, nas tentativas de barrar à massa estudantil brasileira a entrada ao ensino superior de público, o governo brasileiro não tem interesse em formar pessoas emancipadas, humanizadas, mas apenas uma massa de trabalhadores que aceitam a exploração da sua força de trabalho.

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem sem ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista (Oliveira, 2010, p. 27).

O que move as indagações acerca destes investimentos é a motivação política em manter o desmantelamento da Universidade Pública, pois os recursos investidos no setor privado, poderiam ter sido destinados a um investimento que gerasse mais Universidades Públicas e, com elas, mais acesso a uma educação que não só busca formar profissionais, mas produzir ciência e tecnologia, fruto das pesquisas feitas nestas instituições.

Assim como a manutenção das Universidades Públicas já existentes que estão cada vez mais sucateadas pelos cortes de verba, os quais crescem a cada ano, independente do governo vigente, o interesse nesse desmonte é a privatização total destas instituições, sem compromisso com a qualidade ofertada no setor privado que serve ao Capital, a educação é mercadoria.

O ProUni é um meio de financiar as instituições privadas que não se manteriam sozinhas sem o fomento governamental, em grande maioria, as instituições que se vinculam ao programa, “as instituições de menor qualidade, que contam com um alto índice de inadimplência, isso é uma espécie que tende a funcionar como uma de bóia de salvação num setor que vive uma crise profunda” (Leher, 1998). A compra dessas vagas nas Instituições Privadas garante o lucro e o crescimento do patrimônio dos empresários da educação superior.

O que se vê dessa simbiose público-privado é a educação sendo usada como mercadoria, sem a preocupação de uma formação de qualidade que promova a acumulação de conhecimentos históricos, culturais e de formação humana, distante de diminuir as desigualdades, aumentando a ideia de que o que é de iniciativa privada é de qualidade, fazendo com que a hegemonia do capitalismo prospere, enquanto se investe cada vez menos nas Universidades Públicas.

[...] a seletividade da educação brasileira aumenta, apesar do crescimento do setor público: educação básica pública para as crianças e jovens de mais baixa renda, educação superior pública e gratuita para os demais de alta renda. Até o momento, as políticas de ação afirmativa, que beneficiam alunos provenientes de escolas públicas, combinadamente com critérios raciais, não foram suficientes para alterar essa perversa inversão na arquitetura do sistema educacional (Cunha, 2014, p. 374).

Assim, o ProUni contribui para a redução da regulação do Estado no ensino superior, provendo um ensino sem rigorosidade científica, bem como a manutenção do neoliberalismo para manter o ingresso de jovens oriundos da rede pública. Ainda, não garante a permanência destes e nem a formação, retira investimentos que deveriam ser destinados a Universidade Pública com o discurso de que essa não promove retorno financeiro.

A luta pela emancipação dos trabalhadores pelos trabalhadores é, sem sombra de dúvidas, uma defesa da humanidade na contemporaneidade. É preciso que as

escolas do capital atuem efetivamente na construção de sujeitos democráticos que, conscientes da História, realizem a negação contínua e cotidiana da barbárie.

Se este trabalhador tomar consciência de que o modo de produção capitalista semeia os problemas sociais e colhe a barbárie, não é responsabilidade da escola. Esta responsabilidade histórica é dos trabalhadores organizados que disputam a consciência das camadas populares contra a ideologia dominante e procuram apontar para o caminho da emancipação humana.

Esta classe, forjada historicamente sobre a morte dos povos originários, da escravidão negra, do patriarcalismo e da exploração, como aponta Ribeiro (1984), jamais se preocupou com a educação das camadas mais populares e, desde que a escola para todos foi instituída legalmente, atua na perspectiva de controlá-la pelo cabresto.

O que fica evidente no discurso do Partido dos Trabalhadores, é que existem propostas para que a educação avance, fala-se de melhorar a educação básica e superior e se apresentam propostas que incluem a parceria com o setor privado. A contradição aparece nos interesses das parcerias, pois, o empresariado, representa a classe dominante, detém o poder do Capital e com essas parcerias, tiram proveitos dos recursos públicos e, ainda, insere a ideologia burguesa nas práticas pedagógicas. Uma educação que não é ofertada para a emancipação e humanização dos trabalhadores, mas, para a mão de obra do mercado de trabalho.

3.2 Avanços da agenda neoliberal: mudanças na BNCC e o novo ensino médio

Para pensar em educação é preciso partir das perguntas: O que é educação? O que se quer e o que se espera da educação?

Educação é uma prática social permanente na vida do ser humano, acompanhando-o desde o nascimento até a morte e que, por isso, todo ser humano é educado, sendo possível apontar que o desenvolvimento de todas as suas potencialidades físico-psíquicas se dá por meio de um processo constante.

Entende-se que ao falar em educação não se está falando, necessariamente, em escola. Essas construções sociais são distintas e a história demonstra, com implacáveis exemplos, como foi a luta dos trabalhadores pela construção da escola pública enquanto um espaço de educação formal e basilar dos seus filhos.

Quando se refere à educação escolar, busca-se desenvolver um processo de formação integral do indivíduo, que visa não apenas o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, mas também a formação de valores e atitudes.

A educação deve ser um instrumento de transformação da sociedade e de promoção da justiça social, como apresenta Brandão (2007, p. 4) “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

Pensar nessas indagações levam voltam o olhar para a história da educação no Brasil, marcada pela dualidade e negação do acesso ao conhecimento por parte das classes dominantes.

As ideias sobre educação versam a relação escola, sociedade, Estado e Igreja que se pauta na produção da vida material que condiciona o modo social, político e espiritual da vida, ou seja,

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência (Marx, 1987, pp. 29-30).

Por meio da objetividade presente na materialidade humana, via fenômenos históricos, políticos, econômicos e culturais se determina a consciência humana,

A educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é, então, uma atividade humana partícipe da totalidade da organização social. Essa relação exige que se a considere como historicamente determinada por um modo de produção dominante, em nosso caso, o capitalista. E, no modo de produção capitalista, ela tem uma especificidade que só é inteligível no contexto das relações sociais resultantes dos conflitos das duas classes fundamentais. Assim, considerar a educação na sua unidade dialética com a sociedade capitalista é considerá-la no processo das relações de classe, enquanto essas são determinadas, em última instância, pelas relações de produção. Do antagonismo entre as classes, uma delas emerge como dominante e tenta a direção sobre o conjunto da sociedade, através do consenso. Assim, a classe dominante, para se manter como tal, necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam as suas formas de dominação, sem o que as contradições do próprio sistema viriam à luz do dia (Cury, 2000, p. 13).

Apesar dessas iniciativas, o sistema educacional brasileiro ainda enfrentava muitos desafios em 2014, incluindo a falta de recursos para escolas públicas, a falta de professores qualificados em algumas regiões do país e a necessidade de melhorar a qualidade da educação em geral. No Ensino Médio, que já enfrentava a baixa qualidade e os altos índices de abandono, segundo a UNICEF (2022), quase metade dos alunos (48%) afirma que deixou de estudar porque tinha de trabalhar fora.

Dificuldades de aprendizagem aparecem em patamar também elevado, com 30% afirmando que saíram “por não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades”. Esses problemas se aprofundaram na pandemia de Covid-19²¹, quando 5,1 milhões de estudantes brasileiros ficaram sem acesso à educação.

Pautas discutidas no congresso que se apoiam no discurso de melhorar o sistema educacional através de mudanças curriculares, deixam passar, o problema

²¹ Causada pela disseminação do coronavírus SARS-CoV-2 e à doença resultante, COVID-19, no território brasileiro. A pandemia teve início no final de 2019, na cidade de Wuhan, na China, e rapidamente se espalhou por todo o mundo. No Brasil, os primeiros casos foram confirmados no final de fevereiro de 2020 e logo o vírus se disseminou rapidamente em todo o país. As autoridades enfrentaram dificuldades em estabelecer medidas de controle e contenção da doença, o que agravou o número de infectados e mortos no primeiro semestre. O sistema de saúde sobrecarregou devido ao aumento no número de casos graves, levando a um colapso sanitário. Para conter a propagação do vírus, a medida mundialmente empregada foram *lockdowns* parciais ou totais, distanciamento social, uso obrigatório de máscaras. Nas escolas, a adaptação foi gradativa e o sistema de aulas remotas foi aplicado como medida para continuar o ano letivo, o que gerou uma enorme defasagem de ensino e o aumento da evasão escolar.

primário reconhecido pela maioria dos brasileiros, que é o subfinanciamento da educação pública. A falta de recursos adequados para as escolas é considerada um obstáculo fundamental para a qualidade da educação.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), “é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2018, p. 7). Esse documento que determina o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola, passou por mudanças após o golpe de 2016, com o governo de Michel Temer, que buscou alterar o projeto educativo em andamento para centrar em competências que estabelecem um modelo de ensino prescritivo, aprovada em dezembro de 2017, para o ensino infantil e fundamental, por meio da Lei nº 13.415, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 2017a).

As profundas alterações no currículo, vieram antes mesmo das mudanças na BNCC, com a Medida Provisória 746/16, que alterava o financiamento público a organização curricular do ensino médio, inspiradas em teorias comportamentais, tem por objetivo avaliar de forma eficientista e formar para o mercado de trabalho, sem desenvolver a formação crítica e emancipatória, atendendo as demandas neoliberais. (Brasil, 2016a).

Em novembro de 2018 foi aprovado o novo currículo do Ensino Médio, A BNCC apresentava um ensino flexível, com opções de trajetórias diferentes para cada estudante, conforme seu interesse, consubstanciando a reforma, com sua aprovação, os currículos estaduais e distrital tiveram que ser modificados para se adaptar à nova Lei e a BNCC.

O projeto inicial da Reforma do Ensino Médio, em 2013, foi apresentado pelo deputado federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, e já tinha os elementos centrais da reforma atual. Porém, o que se viu a partir de 2016 em diante foi o desmonte dos avanços duramente conquistados por meio das lutas e mobilizações das entidades de classe.

Representando os interesses privatistas, o Governo de Michel Temer, além das reformas citadas anteriormente, aprovou a reformulação do ensino médio, com a promessa de aumentar a carga horária e alterando a estrutura curricular. O novo modelo, reduz as disciplinas básicas de formação como: Artes, Filosofia, Sociologia, Educação Física, substituindo-as pelos chamados “itinerários formativos” e pelas disciplinas “eletivas” com uma proposta ligada ao empreendedorismo, seguindo os

interesses da agenda liberal, revestido do discurso de permitir aos estudantes escolherem uma formação mais direcionada às suas preferências e habilidades.

A formação escolar ofertada pelo Estado é pautada na agenda neoliberal, visando as exigências do mercado de trabalho. Logo, o esvaziamento de formação que possa humanizar o homem possibilita a manutenção do poder da classe dominante sobre a classe trabalhadora, sendo espaço de disputas entre as classes sociais, pela hegemonia sobre o conhecimento.

O conhecimento sistematizado é disputado, pois a hegemonia estatal sobre escolhas do currículo, limitam o acesso ao conhecimento de como, quando e quem terá acesso ao ensino, selecionando os que podem e os que não devem questionar a organização social imposta.

Em 2014, o Ministério da Educação iniciou a elaboração de documentos objetivando “direitos e objetivos de aprendizagem”, dando início ao PNE²² (Plano Nacional de Educação) que tem duração de dez anos, respaldado na Lei nº 13.005/14. Já no início do governo de Michel Temer, os documentos relacionados ao PNE que já estavam na fase de consulta pública, apropriam-se do rumo das pautas ali tratadas e tratam a política curricular como competências, que ampliam as desigualdades educacionais, reduzindo a formação do ensino médio por meio de uma proposta pautada em eixos formativos.

[...] a BNCC passaria a determinar os conteúdos dos exames. Essa é uma das justificativas para sua existência: garantir maior fidedignidade às avaliações. Isso nos leva a uma lógica paradoxal a partir da qual nos vemos como que andando em círculo: dos exames para o currículo e do currículo para os exames (Silva, 2018, p. 46).

A formação por competências resgata pareceres atribuídos à educação em 1998, que mesmo reformulado, ainda se alinha com a ideia de competitividade,

²² O PNE com vigência de dez anos, tem por metas, segundo o art 2º: Art. 2º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

propondo uma educação que forme para as mudanças no mundo do trabalho, e estabelecendo uma lógica para o controle social por meio de disciplinas que ensinam, por exemplo, a ter resiliência, ou mesmo, fomentam o discurso de meritocracia aliado ao empreendedorismo.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2008, p. 8).

As mudanças na BNCC do ensino médio, causaram discussões por todo Brasil, noticiada a medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, e posteriormente, a lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, as mudanças impostas sem a devida discussão com educadores, causou um impacto por estar contido um discurso utilitarista, ao tratar de itinerários formativos que esvaziavam o conhecimento científico e humanista, para tratar de uma formação “técnica”, aos moldes do empreendedorismo. Como exemplo o inciso 11 da MP 746:

§ 11. A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação a que se refere o inciso V do *caput* considerará:

I - a inclusão de experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; e

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (Brasil, 2016a).

Essas alterações no currículo, disfarçam-se pela preocupação em manter os alunos interessados nos estudos e resolver a alta evasão de adolescentes no Ensino Médio, que teve o discurso salientado após a pandemia de covid-19. Por sua vez, especialistas da área de educação demonstram uma preocupação com a contradição imposta nessa mudança do currículo, ao limitar e controlar a experiência dos sujeitos dentro e fora do ambiente escolar, seja pelo itinerário formativo desconexo da formação crítica e pelos dispositivo de avaliação de desempenho, que juntamente ao novo modelo de ensino, controlam o que é ensinado.

Nos dispositivos que orientam as proposições curriculares com base em competências, prepondera, assim, uma concepção de formação

humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania. Esse discurso é marcado, também, pelo não reconhecimento da dimensão da cultura como elemento que produz, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. A noção de competências, ora como resultado de uma abordagem biológica e/ou inatista da formação, ora em virtude de seu caráter instrumentalizador e eficientista, consolida uma perspectiva de educação escolar que, contraditoriamente, promete e restringe a formação para a autonomia (Silva, 2018, p. 11).

Entre as principais mudanças trazidas por essa lei estão: Ampliação da carga horária mínima do ensino médio, que passou de 800 para 1.000 horas anuais; Flexibilização do currículo, que passou a ter uma parte comum e outra diversificada; Priorização das áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas no currículo comum; Incentivo à formação técnica e profissionalizante no ensino médio; Possibilidade de que até 20% da carga horária seja cumprida a distância; Fim da obrigatoriedade de disciplinas como filosofia, educação física, artes e sociologia, que passaram a ser optativas.

A reforma do ensino médio, gerou um retrocesso educacional, por meio da análise da MP 746/2016, o autor demonstra que esta medida tem suas raízes em reformas anteriores, mostrando a despreocupação do governo vigente em 2017, com um ensino adequado, tecendo críticas ao que seria o “notório saber”²³, prática educacional por profissionais sem a formação para a docência, mas que possuem práticas que denotam conhecimento, segundo a reforma. Isto posto, a proposta desse projeto parte do seguinte problema: por que na chamada “era da informação” verifica-se o avanço de um projeto educacional que esvazia os conteúdos escolares.

A reforma exclui disciplinas que poderiam auxiliar na compreensão das relações sociais, constituindo-se em mais um instrumento de naturalização das desigualdades e tornando visíveis os prejuízos na aprendizagem dos alunos e nas condições de trabalho dos professores. Não por acaso, disciplinas como a filosofia e sociologia são marginalizadas ou suprimidas dos currículos escolares, cedendo espaço à ideia de empreendedorismo.

²³ “De acordo com o § Único do Art. 66 da Lei nº 9.394/96, o “notório saber”, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico. Não incumbe ao Conselho Nacional de Educação conceder qualquer título acadêmico, a ele cabendo apenas a audiência em grau de recurso. No caso de instituições isoladas de ensino superior, os candidatos ao “notório saber” deverão se dirigir a universidades que satisfaçam os requisitos estabelecidos no Art. 1º desta resolução” (Brasil, 1997).

O conhecimento como saber verdadeiro dos mecanismos de exploração, não é imanente à classe social, por isso ela precisa dele, já que sem ele não atinge a concepção da totalidade social. A classe enquanto tal não conhece o funcionamento global, a maneira de gerir uma sociedade e nem sempre conhece o produto que a ultrapassa. Mas o saber é também o lugar da contradição (Cury, 2000, p. 45).

Dessa maneira, o conhecimento e a explicação do real, bem como a produção das ideias se apresentam em disputa entre as classes sociais. Em nenhum momento, a burguesia defenderá a socialização do conhecimento. A sua apropriação privada é um dos pilares da dominação de classe. Nesse sentido, a reforma apresentada como modernizante tem como seus objetivos reduzir o potencial crítico existente nas escolas.

A promessa feita com a reforma é de que o aluno saia do ensino médio com uma formação técnica ou profissionalizante, que não condiz com a realidade, pois sem profissionais adequados para a formação, os ditos “professores” com “notório saber”, assume uma responsabilidade sem o compromisso com a qualidade e sem a preocupação de metodologias de ensino, sem garantia de aprendizado.

No Paraná, as escolas públicas, foram destinadas aos seguintes itinerários formativos, como um eixo comum:

As Unidades Curriculares Comuns do Ensino Médio Regular, compõem a Parte Flexível Obrigatória - PFO do Currículo e são destinadas a todos os estudantes. No Ensino Médio Regular temos três Unidades Curriculares: Projeto de Vida, Educação Financeira e Pensamento Computacional (Paraná, 2023a, p. 9).

As Unidades Curriculares ofertadas pelo Estado, apresentam a preocupação de ofertar 80 aulas anuais, tendo em comum o objetivo de fazer com que os alunos desenvolvam “Identificar a média salarial, rotina do trabalho, vantagens e desvantagens das profissões e formação na Área [...]” (Paraná, 2023b, p. 17). Essa é a preocupação central em todos os eixos formativos, fazer que em boa parte do currículo seja desenvolvido a noção de valor no mercado de trabalho, fomentando que o empreendedorismo e o sucesso profissional dependem da força de vontade e da inovação ao fazer escolhas.

A agenda neoliberal, afeta tanto as políticas educacionais quanto às práticas pedagógicas, levando a uma diminuição do financiamento público para as instituições

educacionais, com cortes de verbas, que nos últimos anos, o governo federal tem realizado cortes significativos no orçamento destinado à educação.

Essa nova base curricular, afeta desde a educação básica até as universidades públicas, os cortes orçamentários, têm impactado diretamente na qualidade do ensino e na capacidade das instituições em oferecer serviços de qualidade.

Agrava-se, com a nova BNCC, a desigualdade na educação, pois as mudanças na forma como a educação é concebida e implementada, tem afetado a formação da juventude proveniente da classe trabalhadora que fica reduzida a ser mão de obra técnica, nesse projeto educacional reducionista, é embrutecedor por não atuar na formação da consciência e no pensamento crítico, deixando esses jovens a mercê dos retrocessos constantes, impostos pela burguesia.

A condição dos professores diante destas circunstâncias também é um ponto que deve ser destacado, uma vez que o seu trabalho cada vez mais, encontra-se em condições que os obriga, devido à redução da sua carga horária, a ensinar as novas matérias do itinerário. Tal situação gera um sobretrabalho, pois ao aceitarem as disciplinas sem parâmetros concretos, são instruídos a seguir as apostilas²⁴ que destinam e controlam o que é ensinado, um exemplo, as do Estado do Paraná. Essa nova rotina e essa submissão a nova matriz curricular, gera adoecimentos, estresse e agrava a desvalorização deste profissional.

Aliado à reforma do currículo do Novo Ensino Médio, a BNCC, que foi aprovada em 2018, tornou obrigatórias apenas as disciplinas de português e matemática nos três anos do Ensino Médio, deixando de livre escolha para as escolas, ofertarem as demais disciplinas, que podem ser flexibilizadas.

Os alunos do terceiro ano, acabam saindo com o maior prejuízo relacionado ao ensino, pois a maior parte do currículo foi substituído por disciplinas superficiais, do novo itinerário formativo, como por exemplo: Projeto de Vida e Empreendedorismo.

Com isso os alunos deixam de acessar as disciplinas fundamentais para a formação crítica de sua consciência, deixando a formação humana, para atender aos interesses do novo mercado de trabalho, também mais flexível e precário.

²⁴ O Estado do Paraná, forneceu os itinerários formativos, com direcionamentos em apostilas que devem ser usadas como base para o ensino das disciplinas optadas pelo Estado em ser ofertadas, para conhecer o conteúdo, acesse: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/search.php?search=%21collection3701&k=0e26b39e7d>

Todos esses fatores têm contribuído para um desmonte na educação brasileira, comprometendo o futuro do país e prejudicando milhões de estudantes em todo o território nacional.

A crise estrutural do capitalismo afeta diretamente as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, seja por meio da redução do financiamento público para as instituições educacionais, ou por meio da manutenção da ordem social imposta por meio de reformas de base, com objetivo de sucatear a escola pública para favorecer os interesses privados, que vem sendo implantada por sucessivos governos. Por isso, longe de resolver esses problemas, a reforma em curso tende a aprofundar as desigualdades educacionais no país.

Os filhos dos trabalhadores se distanciam do ensino superior público ao se modificar o currículo, perdem conteúdos significativos para um bom desempenho em vestibulares.

Se a ignorância dos trabalhadores era condição para a manutenção tanto da escravidão quanto da servidão, e a modernidade exigia que tivessem um mínimo de conhecimentos, era necessário controlá-los, dosá-los e redirecioná-los para os fins e interesses das elites, de tal modo que não colocassem em risco o status quo. Recentemente, até mesmo o pouco de conhecimento que a escola ainda consegue ensinar, encontra-se sob intenso ataque e querem destruir (Orso, 2019, p. 136).

A BNCC e a Reforma do Ensino Médio geraram uma maior desigualdade na educação, com a formação humana parcial e esvaziada de disciplinas que colaboram com o desenvolvimento crítico, a classe trabalhadora recebe do Estado, uma formação destinada a mão de obra, por meio da qual se ensina que deve aprender a aceitar com resiliência empregos que explorem sua mão de obra, sem questionar as condições, pois, como efeito do novo currículo, as disciplinas ligadas ao empreendedorismo fomentam que o sucesso profissional depende exclusivamente da vontade e inovação do sujeito.

Em curso com esse projeto educacional alienante, o qual atua para uma formação em que a inclusão de camadas populares em seu âmago, que influencie a formação de uma consciência que, em geral, naturalize e adote uma perspectiva acrítica diante dos problemas sociais, uma consciência estagnada que aceita passivamente explicações absurdas sobre a realidade, submetendo-se às imposições e retrocessos contínuos.

Assim, o Novo Ensino Médio é um projeto de educação para o trabalho precário e não para a cidadania, defronta-se uma educação desconectada da história e da cultura, um ambiente propício para o surgimento de indivíduos antidemocráticos. Nesse sentido, como Marx alertou, a história tende a se repetir como farsa.

4 FOLHA DE S.PAULO: UM JORNAL A SERVIÇO DE QUEM?

Esta seção tem como objetivo apresentar o objeto empírico da dissertação, abordando brevemente a trajetória do jornal Folha de S.Paulo, demonstrando sua orientação editorial. Reconhecer a evolução histórica do jornal e as transformações estruturais que ele passou é crucial, uma vez que esses aspectos influenciam a maneira como o jornal aborda a temática pró-golpe enfrentado por Dilma Rousseff em seu editorial, no ano de 2016 e compreender quais os impactos na formação de uma agenda conservadora, principalmente relacionada à área educacional.

A escolha do Jornal foi feita por meio de seleção entre os jornais de circulação²⁵ em território nacional, cque estivesse disponível em diversos locais públicos, como recepções, escolas, bibliotecas, atingindo uma parcela considerável de leitores. A Folha de S.Paulo apresentou uma ampla distribuição na região de Maringá e possui um histórico de jornalismo comprometido com a atualidade, apresentando grande proporção de material para análise da temática proposta.

Outro fator que destacou a escolha da Folha de S.Paulo foram os princípios editoriais²⁶ 8 e 9, os editoriais da Folha de S.Paulo, exerceram influência na construção do ambiente favorável ao golpe sofrido por Dilma Rousseff em 2016, com intenção de avançar a agenda conservadora a favor da mercantilização da educação?

Para analisar a hipótese, realizou-se uma pesquisa qualitativa, tendo os editoriais da Folha de S.Paulo como objeto, estruturou-se a fundamentação em três momentos fundamentais: 1) como etapa descritiva realizou-se uma seleção por meio de filtros que delimitaram o universo coletado, utilizando as palavras “*Impeachment*”, “Reformas”, “crise econômica”, delimitada no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, buscando editoriais do dia seguinte as datas de votação e movimentação do processo de *impeachment* no congresso; 2) etapa central da pesquisa, realizou-se a análise qualitativa de amostra dos editoriais de segunda-feira;

²⁵ O mais recente levantamento sobre a venda e circulação do jornal, feita em 2023:

<https://www1.folha.uol.com.br/circulacao-verificada/>

²⁶ 8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão

9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário (Folha, 2022).

e 3) como estratégia adicional à análise qualitativa do material empírico, elaborou-se um quadro comparativo entre as hipóteses e as descobertas.

Para demonstrar a frequência e a estrutura que o periódico narra a realidade, construiu-se um quadro com o levantamento feito entre dezembro de 2015 e dezembro de 2016. O critério para filtragem de dados foi apurar a opinião em destaque na página A3, escolhendo as publicações de domingo (dia de maior circulação do jornal) e segunda-feira, ou dias posteriores às datas que ocorreram movimentação no congresso, diante do processo de votação do *impeachment*.

Referente à estrutura dos editoriais, elaborou-se uma figura explicativa de como são apresentadas as opiniões nas páginas A2 e A3. (Figura 1). A página A2, inicia pela opinião do veículo de comunicação, sem assinatura, demonstrando os interesses dos acionistas e patrocinadores, que, na concepção gramsciana, são os intelectuais orgânicos²⁷, na sequência são apresentadas quatro opiniões de jornalistas que escrevem semanalmente em dias alternados e uma coluna estreita que, geralmente, apresenta a opinião de algum político ou pessoa pública, nessa coluna encontrou-se, na maioria dos editoriais analisados, a opinião favorável ao governo petista.

Na página A3, há a opinião em destaque acompanhada de uma ilustração ligada ao tema, essa opinião tem o maior espaço da página e em grande maioria dos editoriais analisados é escrita por empresários, juristas e políticos que, em grande maioria, apresentam uma opinião favorável ao *impeachment* e motivos pelos quais as reformas precisam ser feitas. São opiniões que expressam com ironia e desdém a gestão do governo de Dilma e, nesses casos, apresentam o único caminho viável para a saída da crise econômica: reformas de base, principalmente a previdenciária e a trabalhista.

Abaixo do destaque encontra-se uma opinião que varia entre o assunto política e outros temas sociais, com uma opinião, geralmente, amena ao que foi reforçado na capa e na opinião em destaque e ao lado o painel do leitor, com respostas do leitorado a matérias do dia anterior. Abaixo, finalizando a página são apresentadas as correções de erros de informação encontradas na edição do dia anterior.

²⁷ Para Gramsci, os intelectuais orgânicos são os que surgem no cerne da produção econômica tendo capacidade técnica, é um especialista homogêneo a classe social que o gerou e são responsáveis por manter a administração da hegemonia das classes dominantes (Manacorda, 2019).

A Folha atua nos rumos do país como os grandes meios de comunicação da imprensa com grande articulação de ideias que demonstram os interesses particulares dos empresários acionistas e patrocinadores do veículo, usando,

[...] o aprofundamento está no uso ideológico que os jornais fazem de si mesmos, em detrimento do uso informativo. Porque este está superado. Então, como eles estão compensando a perda da função informativa? Eles estão ampliando a função ideológica (Kucinski, 2009, p. 81).

Para Jamerson Souza (2016, p. 217), a base social da ideologia conservadora brasileira está calcada no “desprezo pela institucionalidade democrática; o ‘aristocratismo’ ou ‘elitismo’, que se expressa no cotidiano como pré-conceito e ódio de classe; o elogio da desigualdade social e da concentração de poder político e econômico, entre outros.”

O jornalismo investigado aqui, é categorizado como opinativo, “a necessidade sociopolítica de distinguir os fatos das suas versões” (Melo, 2003, p. 42), a função do editorial é emitir diálogo com outros empresários e influenciar indiretamente na opinião pública, voltando o direcionamento das pautas a sociedade política, tendo como a centralidade pautas do Estado sendo debatidas por empresários ou segmentos partidários.

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes “AB” (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta (Azevedo, 2006, p. 29).

Portanto, tratar-se-á, a seguir, sobre a parcialidade dos editoriais no Jornal Folha de S.Paulo, tendo em vista que o princípio de que o jornal é neutro diante da realidade e que emitem diferentes opiniões a respeito da realidade, será demonstrado que existe uma estrutura no período estudado que prova o contrário.

Assim, com a intenção de contribuir com este estudo, esta seção encontra-se dividida em descrever o papel educativo da imprensa, contextualizar brevemente a história da Folha de S.Paulo; apresentar em seguida, as características do jornal estudado e sua história. Na sequência, há contextualização do papel educativo da imprensa e, para finalizar a seção, apresenta-se como a narrativa construída no jornal no período de um ano analisado (de dezembro de 2015 a dezembro de 2016), e seus conteúdos em consonância com os interesses econômicos, políticos e sociais de empresários contribuíram para a construção de uma agenda conservadora e favoreceu o processo de mercantilização da educação.

4.1 O papel educativo da imprensa

Faz-se necessário explorar os estudos sobre a relação da imprensa em seu caráter educativo para compreender sua ligação com a construção de um país alinhado aos interesses da classe dominante.

Baseado na categoria de hegemonia do filósofo Antonio Gramsci, analisou-se o papel educativo da imprensa e seu aparato ideológico na construção do discurso apresentado como anticorrupção para defender pautas neoliberais e avançar a agenda proposta pela classe dominante.

Ao analisar a realidade social, é preciso tomar como pressuposto a perspectiva de totalidade, Gramsci denomina como estrutura e superestrutura, forças atuantes na história, que, embora autônomas, atuam em uma relação dialética²⁸, sem que haja separação das esferas cultural, social, política e econômica, esses espaços os quais conservam as estruturas de poder e de produção capitalista.

A cultura, por um lado, é superestrutura frente à produção social das mercadorias. Por outro lado, ela mesma é estrutura ou participa da estrutura, seja enquanto produção específica, parte da produção social, seja enquanto aspecto cultural da determinação econômica do valor da força trabalho (Baratta, 2004, p. 147).

²⁸“[...] mas se pode falar de dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (Gramsci, 2007, p. 26).

O marxista italiano compreende que a superestrutura é complexa e dinâmica, usada para manter a hegemonia²⁹ e, assim, a dominação da classe trabalhadora, usando de artifícios culturais e que podem ser repressivos, para disseminar a ideologia dominante, ampliando o poder do Estado, sendo usado, sobretudo, como um caráter educativo, “na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização”, assim, “o Estado, também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e taylorização [...] (Gramsci, 2007, p. 28).

A grande imprensa atua para conformar e cristalizar um imaginário político, no qual organiza as notícias e, sobretudo, a opinião em seus editoriais, respaldando os interesses dos grandes empresários que patrocinam o periódico. O intuito é formar um consenso que se torna uma prática cultural e moral, ao fomentar que o embate nos editoriais analisados eram anticorrupção, a intencionalidade é avançar pautas ligadas às relações de produção.

[...] não se poderia subestimar o papel da mídia, [...] nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política. Sem dúvida que é preciso evitar ver as coisas de maneira excessivamente simplista. [...] é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de idéias ou à adoção de comportamentos convenientes. Que o cultural prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiraram estratégias (Berstein, 1998, p. 357).

Os editoriais possuem esse papel de atuar como opiniões que emitem ideias e influenciam diretamente na esfera cultural e na capacidade de formular um campo de visão social que submete os leitores a compreender a práxis política de uma determinada forma, ao mesmo tempo, que se fortalece ao fomentar a polarização política, evidenciando problemas convenientes para formar uma imagem pública de

²⁹ Hegemonia é a capacidade de direção política e cultural de construir uma visão de mundo a ser incorporada pelas demais classes (Simionatto, 2004). É como manter poder sobre a sociedade pelo controle dos meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. Como descreve Acanda (2006), a hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social.

acordo com os interesses disputados nesse espaço. Gramsci (2005, s./p.) explica que “os jornais do capitalismo teriam feito vibrar todas as cordas dos sentimentos pequeno-burgueses; e são esses jornais que asseguram a existência do capitalismo o consenso e a força física dos pequeno-burgueses e dos imbecis”.

A imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era sua ressonância no contexto social (Carvalho; Araújo; Gonçalves Neto, 2002, p. 72).

A imprensa seria para o intelectual uma “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica e ideológica”, assim exerce o papel de manter a ideologia da classe dominante, dentro dessa estrutura, “Tudo o que se pública é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora” (Gramsci, 2006b).

[...] os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores (Gramsci, 2005, s./p.).

O jornal assume um papel educativo ao desenvolver e organizar a opinião pública diante de fatos narrados propositalmente para assegurar a concepção ideológica defendida pelo empresariado, que patrocina o periódico, para deter o poder de informar a classe trabalhadora, desorganizar a classe e manter a hegemonia.

[...] a imprensa torna-se um centro de formação e reprodução de uma classe intelectual dirigente, educada a partir de uma concepção de mundo que nortearia as suas ações no campo cultural e político. Pode-se, desta maneira, considerar estes intelectuais como “orgânicos”, ou seja, que tem a capacidade de expressar as demandas e interesses de uma classe social de forma a torná-la homogênea e consciente de sua função no plano econômico, político e social (Bravo; Oliveira, 2009, p. 11).

Posto que a imprensa tem papel educativo e usa a circulação em massa das ideias impressas no jornal, passa-se a compreender qual a narrativa circulou nos editoriais da Folha de S.Paulo, durante o período delimitado neste estudo no ano de 2016, para demonstrar como circulou a construção ideológica pró-golpe e com isso o avanço da agenda neoliberal, favorável ao desmonte da educação pública.

Acho que pode melhorar e ampliar a parte acima.

4.2 História do jornal Folha de S.Paulo

A relevância de reconhecer a trajetória histórica do jornal e as mudanças mais significativas no discurso apresentado no periódico, está no fato de que essas características editoriais terem um impacto significativo na forma como o jornal aborda os assuntos em sua seção de opinião, favorecendo a narrativa pró-golpe, como uma alternativa para a crise financeira que levou o Brasil e a América a uma recessão econômica.

Apresenta-se nesta seção um breve resumo descritivo da história do jornal, selecionando acontecimentos que se caracterizaram relevantes para o objetivo da pesquisa, escolheu-se destaques aos posicionamentos políticos adotados pelo periódico, para demonstrar as contradições e possibilitar a conclusão da hipótese 1.

O jornal foi fundado por Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha, em 19 de fevereiro de 1921, na cidade de São Paulo, com o nome “Folha da Noite”, informava os trabalhadores assalariados urbanos, tinham acesso às notícias nos bondes, onde começou a circulação do periódico. A redação foi estabelecida no centro de São Paulo e a impressão ocorreu nas oficinas de O Estado de S. Paulo, já que os fundadores eram jornalistas deste. Após o fechamento do vespertino do Estadão ocorrido após a Primeira Guerra, Costa e Cunha propuseram a distribuição de um novo periódico: “Jornal da Tarde”, assim, a impressão e distribuição do novo jornal foram assumidas pela empresa. Júlio Mesquita Filho, principal figura do “O Estado de S.Paulo”, onde escreveu seu primeiro editorial (Folha, 2001a; Azevedo, 2016; Albuquerque; Holzbach, 2008).

O que distinguia a Folha de outros veículos era a linguagem simples e um estilo mais leve, “que contrastava com a sisudez e austeridade dos demais jornais”, como dizia Cunha. Seus fundadores achavam que o jornal deveria se manter independente em relação a partidos e adotar uma linha flexível, mudando de opinião sempre que fatos novos assim o exigissem, já que posições assumidas no passado não eram pretexto para a “estagnação da razão” (Folha, 2001a).

Comprada por Octaviano Alves de Lima, em 1931, pertencente a uma família de fazendeiros de café, a linha editorial passou a se dedicar aos temas ligados ao agronegócio, deixando as questões urbanas em segundo plano (Folha, 2001a; Albuquerque; Holzbach, 2008).

Em 10 de março de 1945, com o nome Folha da Manhã, os empresários ligados ao capitalismo industrial, José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles, assumem a direção da Folha com o discurso de “defender a democracia e manter absoluta imparcialidade em relação a partidos e intransigente defesa do interesse público” (Folha, 2001a).

O discurso empregado em uma época de extrema agitação política é de imparcialidade, mas a estratégia é mercadológica na intenção de ampliar o público pagante e chamar a atenção da classe média, dando uma nova cara ao jornal. “Durante a gestão de Nabantino, o jornal manteve a defesa da livre iniciativa, mas enfatizando a necessidade de adotar políticas sociais”. Como escreveu Nabantino, “teremos de ficar no centro, é verdade, mas olhando para a esquerda e dando-lhe mil atenções” (Folha, 2001a).

A Folha trocou de comando outra vez em 13 de agosto de 1962, vendida ao empresário do ramo de correção de valores da Estação Rodoviária de São Paulo, Octavio Frias de Oliveira, investiu no jornal com seu sócio Carlos Caldeira Filho, com experiência, juntos buscaram sanear as finanças da empresa, abrindo quatro frentes de atuação: a melhoria da distribuição, a expansão empresarial, a modernização tecnológica e a disputa por anunciantes. (Folha, 2011; Albuquerque; Holzbach, 2008).

Em 1964, a Folha teve papel ativo no apoio ao Golpe, registrado nos editoriais da época,

[...] a **Folha** apoiara editorialmente o movimento militar que depôs o governo constitucional de João Goulart, na virada de março para abril de 1964. [...] A **Folha** apoiou a deposição de Goulart porque considerou ter havido esquerdização do governo. Em 2 de abril, um

editorial indagava: “Por que haveriam os comunistas de dominar o Brasil e dar o tom da política nacional?” [...] (Folha, 2001b).

“Liberal, a **Folha de S.Paulo** apresenta hoje aos seus leitores uma página de editoriais que marcam o pensamento dominante em sua direção, mas faz questão de incluir em suas páginas artigos de outros comentaristas que defendem, por vezes, pontos de vista diversos [...], dando ao seu leitor a possibilidade de encontrar opiniões diversas, que possa cotejar e julgar, aceitando-as ou desprezando-as” (Folha, 2001b).

Não demorou a apresentar seu histórico contraditório, ao ir se aproximando dos estudantes e da esquerda, com editoriais questionadores, assim, não demorou para serem suspensos entre 1972 e 1977.

A partir de 1976, de forma explícita nos editoriais, publicado em 27 de março de 1983, “Por eleições diretas”, o jornal destacou o movimento Diretas Já, em busca da redemocratização do Brasil, salientando a importância da retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República no Brasil. A campanha em prol das diretas, levou a Folha a se consolidar como o diário brasileiro de maior circulação neste período. Para Kucinski (2000), a defesa de padrões democráticos estava baseada em apelo de mercado, uma estratégia para combater seu maior adversário conservador: O Estado de S. Paulo.

“Quando, alguns meses antes, propus que a **Folha** apoiasse a proposta das diretas lançada pelo Montoro, quase fui escorraçado”, conta o jornalista João Russo, então editor de Política. Mais tarde, depois de adotar a proposta de Frias Filho e entrar em campanha, a posição se inverteu, e o jornal passou a pressionar o governador para que o movimento tivesse, de verdade, um caráter popular. [...] A **Folha** começara a fazer pesquisas de opinião pública em 1983, sob a coordenação do sociólogo Reginaldo Prandi, da Universidade de São Paulo (USP). Prandi elaborou uma metodologia para medir opiniões e intenção de voto de modo rápido e sem perda da precisão científica. Em 1984, o departamento de pesquisa do jornal recebe o nome de Instituto Datafolha – hoje uma empresa do Grupo Folha-e começa a tornar-se a principal referência em levantamentos eleitorais no país. [...] Com as diretas para presidente, que o jornal queria para 1984 e vieram só em 1989, termina um ciclo do país e do jornal. A transição para a democracia significou para a **Folha** a passagem para a condição de jornal mais influente do Brasil” (Folha, 2001c).

O primeiro projeto editorial, intitulado “A Folha e alguns passos que é preciso dar”, destacava a necessidade de fazer editoriais com: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os

fatos. Essa iniciativa foi significativa para o jornalismo brasileiro, por demonstrar compromisso profissional com a informação, e eram “condições efetivas de independência frente aos interesses políticos particulares” Albuquerque; Holzbach, 2008, p. 109).

Uma segunda linha de apropriação deste discurso se refere a outras reformas jornalísticas, as quais, embora realizadas em outros contextos históricos e dotadas de características diferentes, reivindicam para si a continuidade do legado da reforma original. Particularmente importante, deste ponto de vista, é o modo como o fazem os ideólogos da reforma da Folha de S. Paulo, ocorrida na década de 1980 (Albuquerque; Holzbach, 2008, p. 108).

O “Projeto Folha” e o “Manual de Redação”, inaugurados em 1984, são marcos de um posicionamento profissional com intuito de documentar seus valores. Por influência do Jornalismo americano, passam a exercer um apartidarismo, marcando a modernidade industrial, cujo o produto final está sujeito às leis de mercado, de acordo com a avaliação de Albuquerque e Holzbach (2008).

Mais do que um texto técnico, destinado a ensinar os procedimentos jornalísticos que o jornal considerava corretos, o manual da Folha de S. Paulo se constituiu um manifesto político sobre o lugar que caberia ao Jornalismo em geral, e à Folha em particular, ocupar na nova democracia brasileira (Albuquerque; Holzbach, 2008, p. 151).

A Folha foi consolidando os moldes do jornalismo pós-ditadura, por meio dos editoriais que apresentavam informações e demonstravam as técnicas usadas para consolidar as notícias. Assim, também foi demonstrando suas contradições e mudanças de acordo com o momento político que o Brasil passava, oportunizando enfatizar escândalos políticos que remetem a uma imprensa tendenciosa, voltado a formar um palco midiático diante da informação.

Quase poderíamos dizer que a lista de [...] “incômodos para os jornalistas” por um lado, os desconfortos cuja representação pública foi explicitamente fabricada para servir aos interesses dos jornalistas e, por outro lado, as formas de mal-estar que, espontaneamente, atraem os jornalistas porque são “fora do comum” ou dramáticas e comoventes, e que correspondem assim à definição social, comercialmente lucrativa, do acontecimento digno de ser manchete a mídia. Assim, a forma como escolhem e lidam com estes desconfortos talvez diga tanto sobre o próprio ambiente jornalístico como sobre os grupos de que falam (Champagne, 1991, tradução nossa, p. 65).

Os editoriais da Folha de S.Paulo demonstravam entusiasmo ao noticiar atritos políticos e escândalos envolvendo a administração de Fernando Henrique Cardoso, Lula e, posteriormente, Dilma Rousseff, ligando os presidentes ao envolvimento com a corrupção.

O sensacionalismo midiático ficou escancarado quando em uma entrevista³⁰ do petebista Roberto Jefferson concedida à jornalista Renata Lo Prete, em 2005, levou a conclusão intrínseca à matéria, acusando o presidente Lula de envolvimento no mensalão³¹. A entrevista rendeu prêmio ESSO³² de jornalismo de 2005, que foi bastante criticado por outras imprensas, por considerar manipulativa a exposição tendenciosa da entrevista. Outro ponto fundamental a ser destacado, é que o prêmio é patrocinado por uma multinacional de óleo e gás, o que leva ao questionamento em qual o real interesse em fomentar o jornalismo investigativo a favor de seu negócio.

A Folha tem investido desde 1982 em capturar a essência de seu leitorado por meio de pesquisas realizadas pelo Datafolha, usando por base a pesquisa de 1988, desde então, o levantamento ocorre a cada dois anos, apresentado na Figura 2.

³⁰ A entrevista original não foi encontrada nos arquivos digitais da Folha de S.Paulo, mas anexou-se a imagem do jornal com a manchete da entrevista e usou-se para análise a matéria de comemoração as grandes entrevistas, feita em 2020, que pode ser acessada pelo link: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/02/entrevista-de-roberto-jefferson-a-folha-revelou-o-esquema-do-mensalao.shtml>

³¹ Esquema de corrupção que, por meio de pagamentos de mesadas a parlamentares, garantia apoio ao governo petista no Congresso em 2003 e 2004.

³² O Prêmio Esso de jornalismo, é uma forma conceituada, por promover premiações na história da imprensa brasileira por décadas e é patrocinado pela marca Esso, companhia de óleo & gás, dona de três linhas de negócio da empresa no País oferecem serviços denominado B2B.

Figura 2: Gráfico de leitores do jornal Folha de S.Paulo
 Dos 1.731.000 leitores do jornal Folha de S.Paulo - (Grande São Paulo):
 Classe econômica Sexo



Fonte: Target Group Index - Kantar IBOPE - 2018 - Leitores do jornal Folha de S.Paulo - Grande São Paulo

Fonte: Pesquisa do IBOPE, divulgada no Jornal Folha de S.Paulo, em 2018. Disponível em:
http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml

Segundo esses dados, em 2018³³, o leitor típico da Folha tinha idade entre 30 e 60 anos, um padrão de renda intermediário, sendo a classe categorizada pelo jornal como B e C, predominantes. A grande maioria dos leitores possuía formação superior, sendo do gênero masculino.

Ao longo do tempo a produção do jornal passou por várias mudanças internas e externas, essas contribuições impactam a maneira que as publicações foram feitas, tomando parcialidade sobre assuntos políticos importantes, pois, como uma empresa, a Folha de S.Paulo serve aos interesses da mercantilização e tem como leitorado majoritariamente um público masculino, de classe média e conservador.

Assim, na sequência apresenta-se como foi exposta a construção da narrativa pró-golpe no projeto editorial.

³³ http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml

4.3 Os editoriais na narrativa pró-golpe

O golpe jurídico, midiático e parlamentar que a presidente Dilma Rousseff (PT) enfrentou, gerou instabilidade para a política brasileira e intensificou a crise política e institucional. Influenciada pelos escândalos de corrupção evidenciados na Operação Lava Jato, deflagrada em 2014, a investigação levou dezenas de políticos e empresários a prestar esclarecimentos sobre lavagem e desvio de dinheiro público envolvendo a Petrobras³⁴.

A ex-presidente esteve à mercê do jogo político das elites empresariais, enfrentando o desafio de seguir seu segundo mandato, que foi interrompido precocemente, após o primeiro ano com dificuldades em aprovar projetos no congresso, formado por uma maioria conservadora, tal qual outros processos democráticos tiveram suas rupturas em 1937 e 1964 por golpes militares.

A interferência da vez veio trajada de um discurso midiático que narrava um governo corrupto e amoral, cuja administração da máquina pública estava destinada a uma crise sem precedentes. O início da comoção social veio em forma de manifestos populares devido ao aumento da passagem do transporte público, mas logo foi ganhando outras justificativas, fundamentando-se fortemente na Operação Lava Jato.

Sob o comando do juiz federal do Paraná Sérgio Moro, a operação foi responsável por diversas ações penais. Em 2017, o juiz emitiu sua primeira sentença contra Lula pelo caso do tríplex do Guarujá, que, por falta de provas, foi posteriormente anulada pelo Supremo Tribunal Federal.

O escândalo midiático, respaldado em ações jurídicas, acionou o movimento de golpe no congresso, que clamava por um fim da corrupção na política começando pelo *impeachment* da presidente Dilma, acusada de cometer pedaladas fiscais em sua campanha eleitoral. Portanto justifica-se o golpe ocorrido em 2016 ter as instâncias: midiático, jurídico e parlamentar.

Ao analisar os editoriais do jornal A Folha de S.Paulo, evidencia que o processo de Golpe avançasse com apoio popular, criando um consenso pró-golpe na

³⁴ A Petrobras é uma empresa estatal brasileira cuja sua principal finalidade é a exploração e produção de petróleo e seus derivados e de gás natural. Fundada no ano de 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas, atualmente é administrada também por acionistas privados. Para saber mais: <https://petrobras.com.br/quem-somos/perfil>

sociedade, que, em parcela significativa, apoiou o espetáculo montado para retirada de poder do que era chamado de “ameaça comunista”.

O pedido de *impeachment* por crime de responsabilidade fiscal, foi feito pelos advogados e parlamentares, Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, apoiados pela oposição ao governo petista e pelo movimento de rua pró-*impeachment*. O pedido foi acolhido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em 02 de dezembro de 2015, nesse período os editoriais da Folha de S.Paulo, relacionados à política, apresentavam diversas opiniões sobre o rumo do processo, demonstrando os possíveis destinos da presidência, ressaltando a dificuldade de governabilidade diante da forte oposição no congresso.

Em relação às pedaladas, a acusação disse que não foram apenas atrasos operacionais porque o débito do Tesouro com os bancos públicos se acumulou por longo tempo e chegou a valores muito altos. Segundo os juristas, o acúmulo dos débitos serviu para fabricar superavit fiscal que não existia e para criar uma situação positiva das contas públicas que não era verdadeira. O objetivo das “pedaladas”, como afirmaram, teria sido, portanto, esconder a real situação fiscal do país (Brasil, 2016c, s/p).

Dilma não se calou diante da abertura do pedido de cassação de seu mandato e esclareceu que não havia nada a esconder, logo, não faria barganhas com o congresso. Durante essa conturbada situação política, os editoriais sugerem a intenção da presidente abandonar o partido, como também divulgaram escândalos sugerindo que Dilma participava de lavagem de dinheiro com empreiteiras, conforme apresentado pela Figura 3.

Figura 3: Matéria: Dilma cogitou deixar o PT no auge da crise, no fim do ano passado

o impeachment

ENTENDA A TRAMITAÇÃO DO PEDIDO DE IMPEACHMENT | REPERCUSSÃO | PETROLÃO | OPERAÇÃO ZELOTES

Dilma cogitou deixar PT no auge da crise, no fim do ano passado

DANIELA LIMA
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

01/02/2016 @ 02h00

 Compartilhar
 




 OUVIR O TEXTO
  Mais opções

A presidente Dilma Rousseff cogitou se licenciar do PT e propor a composição de um governo suprapartidário no momento em que a fratura entre ela e a cúpula de seu partido se tornou exposta, em dezembro do ano passado.

As conversas sobre um afastamento formal da legenda à qual é filiada há 15 anos ocorreram em meio aos debates sobre qual posição os deputados do PT deveriam adotar no Conselho de Ética da Câmara sobre o processo que pode levar à cassação do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Até então, o Planalto tentava convencer os três deputados petistas que integram o colegiado a votar pelo fim da investigação sobre Cunha, para evitar que ele deflagrasse o impeachment.

O PT reagiu. O presidente da sigla, Rui Falcão, pressionou publicamente seus deputados a votarem contra o peemedebista. O fim do impasse é conhecido: Cunha perdeu no conselho e, ato contínuo, acolheu um pedido de afastamento da petista.

O descompasso entre os interesses do Planalto e os da cúpula do PT nunca tinha ficado tão evidente, embora ambos os lados dessem sinais de fadiga há tempos. A crise política e econômica e os desdobramentos constantes da Operação Lava Jato desgastaram a relação entre Dilma e a sigla.

Diversos dirigentes da cúpula petista diziam que a presidente era a responsável por "afundar" a sigla, deixando em segundo plano os escândalos de corrupção que levaram à cadeia quadros importantes, como o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Entre os petistas, havia a avaliação de que o partido não deveria mais compartilhar "o desgaste" do governo Dilma, que vinha defendendo o ajuste fiscal proposto pelo ex-ministro Joaquim Levy (Fazenda), considerado severo, ortodoxo e inadequado pela direção do PT.

Houve, naquele momento, quem defendesse o descolamento completo entre a legenda e o governo.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, ainda acreditava em Dilma. A aliados, Lula confidenciou seus objetivos: salvar sua biografia, a imagem do PT e então o governo da presidente. Mas já admitia que, caso fosse preciso, lutaria para salvar o projeto do partido. Sem ela.

A tese foi debatida dentro do Palácio do Planalto e com parlamentares da base aliada e do próprio PT. Foi consenso que a estratégia até poderia render um suspiro de alívio, mas poderia também ser o atalho para o isolamento completo de Dilma. Ela, então, preferiu não arriscar.

DISTÂNCIA

A fase mais aguda da crise passou, admitem ambos os lados, mas dirigentes do PT afirmam que o partido hoje está mais distante do Planalto do que há um ano. Há uma determinação na cúpula da legenda de se posicionar sempre que a agenda do governo for contra os interesses da sigla.

A defesa da reforma previdenciária, por exemplo, está fora de cogitação para os petistas. Segundo um dirigente petista, naquilo que é "inegociável" com as bases do partido, o PT ficará na trincheira oposta à do governo, mas não haverá ruptura.

A cúpula da legenda avalia ainda que acertou ao forçar o rompimento entre Dilma e Cunha, dando a ela, num momento de pressão, um antagonista desgastado.

Mas reconhece que, à medida que a agenda do impeachment perdeu força, o foco da Lava Jato se voltou para Lula. O PT acredita que há uma operação para comprometer a imagem do petista e impedir sua candidatura em 2018.

leia também

Procuradoria vê indício de fraude em discurso de Dilma sobre estaleiro

Isolada, Dilma encontra apoio em sua ex-inimiga Kátia Abreu

Delatores apontam cinco novas contas de Eduardo Cunha no exterior

Fonte: Acervo Folha (01 fev. 2016).

No dia 11 de dezembro a presidente entra com uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo anulação do processo de *impeachment*, alegando não cometer crime e Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, entra com uma ação semelhante solicitando averiguação do pedido com o objetivo de questionar diversos pontos da lei que regula o impedimento por crimes de responsabilidade no Brasil por meio Lei nº 1.079/1950, capítulo VI: dos crimes contra a lei orçamentária.

O pedido de revogação foi destaque na página A1 do periódico (Figura 4), enquanto nos editoriais apresentavam destaques para o debate favorável ou desfavorável a decisão de improbabilidade fiscal e teciam críticas à liderança de Cunha no congresso.

Figura 4: Capa e editorial da Folha de S.Paulo de 12/12/2015. Dilma cometeu crime de responsabilidade?

Dilma cometeu crime de responsabilidade?

NÃO
Um golpe disfarçado
WADIM DAMOUS

Respondendo sem qualquer hesitação à tentativa de golpe parlamentar a tramitação do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

Uma última promessa: ao contrário do que dizem, o impeachment não é um processo estritamente político. É um processo estritamente jurídico.

É isso mesmo. Não há qualquer fato, ao menos em tese, atribuído a ela que possa ser tipificado como crime de responsabilidade.

Igualmente válida é a tentativa de argumentar que as leis "pedaladas" também foram praticadas em 2005, pois o Congresso aprovou a mudança da meta fiscal, aumentando um déficit de até R\$ 110 bilhões.

Por fim, a competência para o julgamento das contas do governo é do Congresso Nacional, que ainda não se julgou em relação ao exercício de 2014. Mas uma razão, portanto, para que tal fato não possa ser considerado para fins de impeachment.

SIM
Ninguém está acima da lei
CARLOS SAMPAIO

Ao longo desses 13 anos de gestões peraltas, o Brasil foi arrastado para um abismo. Os governos Lula e Dilma Rousseff não só provocaram a pior crise econômica do país, mas também a deterioração de valores.

Lula é investigado pelo Ministério Público Federal por provável tráfico de influência internacional. Seu filho é parte de inquérito da Polícia Federal por ter recebido R\$ 2,5 milhões de um escritório investigado em esquema de compra de medicações prostrativas.

Não bastasse, enfrenta ainda, investigações em duas frentes. Uma, no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a partir de denúncias de abuso de poder econômico e político e suspeitas de que recursos desviados da Petrobras tenham ajudado a financiar a reeleição.

Para o Congresso, a partir da abertura do processo de impeachment, é para esse dilema, e sempre importante ressaltar: o processo é absolutamente legítimo, previsto na Constituição, e se baseia em algo simples: ninguém está acima da lei.

Logo, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias determinam que as leis se cumprem, e se metas fiscais não serão cumpridas, é dever do governo adequar as despesas às receitas, o que não ocorreu, há ilegalidades se concretizaram ao tempo da edição dos decretos.

Desde 1921 **FOLHA DE S. PAULO** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DIETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANOS 15 • SÁBADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2015 • Nº 13.644 EDIÇÃO SP/DF • CIRCULAÇÃO AS 23H58 • R\$ 3,30

Samarco fazia obra na época de rompimento de barragem

No época do vazamento de lama que causou a morte de 16 pessoas e provocou um dos maiores desastres ambientais do país, a mineradora Samarco fazia obras para unificar duas barragens, entre elas a que se rompeu, na região de Mariana (MG).

FOLHINHA
Modelos mirins dividem o tempo entre a diversão e o trabalho. 1

Rito do impeachment opõe Renan a Cunha

BRASIL EM CRISE Para senador, afastamento de Dilma não cabe só à Câmara

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), começou a trazer uma proposta com Edmardo Cunha (PMDB-RR), que comanda a Câmara, sobre que Casa determine o eventual afastamento temporário de Dilma no trâmite do impeachment.

Uma ação no Supremo Tribunal Federal questiona o rito proposto por Cunha, que defende que a presidente seja do cargo logo após a votação dos deputados aprovarem em plenário a abertura do processo e o seu encaminhamento ao Senado.

Em parecer enviado ao STF nesta sexta (10), Renan sustenta que os senadores não seriam obrigados a acatar o entendimento da outra Casa. Paralelo, caberia ao Senado fazer uma votação própria sobre a questão antes de continuar o processo.

No mesmo dia, Dilma e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviaram à Corte documentos com posição igual à de Renan. Janot defendeu ainda que a eleição da comissão que discutirá a deposição deveria ter sido aberta. **Podar A4 e A5**

No dia 13 de março de 2016, o processo aberto gerou a criação de uma comissão especial formada por 65 integrantes e como relator o deputado Jovair Arantes (PTB-2016), para analisar a denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, que teve 10 sessões do plenário para apresentar sua defesa.

Em março, Eduardo Cunha instalou a nova comissão especial e os deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e Jovair Arantes (PTB-GO) foram eleitos presidente e relator, respectivamente. Com o desenrolar do processo na Câmara, Dilma foi perdendo apoio de grandes partidos. Em março, o PMDB rompeu oficialmente com o governo após uma reunião do diretório nacional (Brasil, 2016, s/p).

No mesmo dia (13/03/2016), as ruas foram tomadas por manifestantes pró-*impeachment*, vestidos de verde e amarelo, a classe média era parte maior do público, com muitos empresários patrocinando o protesto, a Folha, já havia noticiado que esperava os protestos nas capitais brasileiras. No dia seguinte, o jornal destinou treze páginas, com destaque na capa, para noticiar os protestos. Segundo o Datafolha, a manifestação foi a maior já registrada, conforme apresenta a Figura 5.

Figura 5: Capa da Folha de S.Paulo do dia 13/03/2016. Ato Anti-Dilma é o maior da história



Fonte: Acervo Folha (13 mar. 2016).

Nos editoriais, o destaque foi a opinião do empresário Rogério Chequer, líder do “Movimento Vem Pra Rua”, em sua perspectiva o protesto era um pilar fundamental para a luta contra a corrupção encontrada na gestão petista. Este cobrou posicionamento político no congresso, como indicado na Figura 6.

Figura 6: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 14/03/2016. Um dia que valerá por anos

O ASSUNTO É MANIFESTAÇÃO

Um dia que valerá por anos

ROGERIO CHEQUER

Com 6,5 milhões de manifestantes pelo Brasil, o dia 13 de março de 2016 entra para a história como a maior manifestação política e social da humanidade. Por qualquer critério que quisermos avaliar — número de participantes, número de cidades, convites ou confirmações no Facebook —, um país nunca reuniu tanta gente nas ruas.

Crianças e idosos, ricos e pobres, nortistas e sulistas saíram às ruas para pedir o fim da impunidade, o fim da farra, o fim de um governo escancaradamente corrupto. E o fizeram de forma surpreendente.

Em um país acostumado a manifestações políticas ideologicamente radicais, pouco conhecidas pelo apreço à organização, à disciplina e ao respeito às leis, pode parecer surpreendente que cinco manifestações nacionais reunindo mais de 10 milhões de pessoas tenham um saldo como as nossas: nem uma única vitrine quebrada.

Os brasileiros, mesmo revoltados, deram um exemplo de cidadania, ordem e civilidade. Isso mostra que há formas pacíficas de se unir uma população em torno de uma causa comum. A imensa maioria dos brasileiros sabe conjugar indignação, protesto e respeito. Novas tecnologias, planejamento e pessoas com valores republicanos muito bem definidos estão levando o Brasil a inovar no campo da participação política. E este é apenas o começo.

Mas o dia 13 de março também traz uma peculiaridade: um novo recorde bizarro do PT. O mesmo partido que foi (e ainda é) protagonista do maior escândalo de corrupção da história da humanidade passa agora a deter também o recorde de ser o inspirador da maior manifestação de todos os tempos. Bicampeão mundial, em corrupção e revolta popular.

E ainda há quem tenha a cara de pau de afirmar que o impeachment não é legítimo. O dia 13 de março escancarou a permanência insistente de uma minoria incompetente, pendurada no abismo, agarrada ao poder em corda prestes a se romper.

Os recordes deste dia, no entanto, não são suficientes para mudar o Brasil de forma sustentável. A mudança do país começa com o impeachment de Dilma Rousseff, mas continua com a renovação política, com o fim da impunidade, com o fortalecimento das instituições democráticas, objetivos de longo prazo do Movimento Vem Pra Rua.

Aqui entra novamente o dia 13 de março, consolidando o segundo pilar do impeachment, o apoio popular, somado ao crime de responsabilidade, já configurado.

Crianças e idosos, ricos e pobres pediram o fim de um governo escancaradamente corrupto. Todos protestaram de forma surpreendente

Restava agora o terceiro pilar, o andamento político do processo. Essa tarefa cabe aos parlamentares do Congresso. O impeachment, desejo do povo, só pode ser implementado por eles. E reunir 342 votos, num governo ainda aparelhado, não é tarefa trivial.

Aqui, o obstáculo. O povo está revoltado de forma generalizada com a classe política, e não faltam motivos para tal. Mas, sem os políticos, nada acontece.

Para conciliar os dois lados, ajuda reconhecer um objetivo comum às duas partes, nesse momento decisivo: a queda constitucional do governo atual e a transição para um governo que consiga recuperar nossa trajetória de crescimento até as próximas eleições presidenciais.

Com essa agenda comum, sociedade e políticos devem, agora, após a confirmação do desejo popular, seguir juntos rumo ao impeachment e à transição. Aos políticos, a sociedade deve oferecer apoio, particularmente ao grupo que está tomando a frente do processo, para que possam formar maioria. À sociedade, os políticos devem oferecer sua luta incondicional, resgatando os objetivos de representatividade descritos em suas funções.

Na fase final, e dierradeira, deste triste capítulo da história do Brasil, só o trabalho conjunto e coordenado entre sociedade e políticos pode nos tirar desta lama de escárnio, incompetência e sofrimento.

E, aí sim, o dia 13 de março será lembrado não apenas como um recorde, mas como o dia no qual o povo brasileiro retomou a esperança no futuro que merece.

ROGERIO CHEQUER, 47, é empresário, líder e portavoza do Movimento Vem Pra Rua



Luciano Veronezi

Fonte: Acervo Folha (14 mar. 2016).

As páginas destinadas ao manifesto tiveram forte apelo a imagens que mostravam as ruas lotadas de manifestantes pacíficos, com diversas matérias sobre o apoio civil ao *impeachment*.

No dia primeiro de abril o editorial apresentava a narrativa de que Dilma estava tentando liquidar o Planalto promovendo um “saldão de ministérios”, na tentativa de manter-se na liderança do governo, conforme exposto na Figura 8.

O editorial que chama atenção na página A2 do jornalista Ruy Castro, a ironia vem servida de realidade, ao tratar do processo de *impeachment*, este fala que o governo se defende usando o termo golpe, mas que isso é uma escolha das instituições públicas, da população insatisfeita e dos empresários.

Figura 8: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 01/04/2016 Um elenco golpista

RUY CASTRO

Um elenco de golpistas

RIO DE JANEIRO - Já vivi vários golpes de Estado e todos me pegaram de surpresa. Nada demais nisto, nunca participei de qualquer governo, nem podia saber que havia um golpe em curso. O incrível é que esses golpes pegaram de surpresa também os governos que derrubaram. Claro —ou não seriam golpes.

O golpe que vem sendo denunciado pelo governo Dilma é diferente. Dá-se à luz do dia, tramado por 73% da população, que desaprova o dito governo, sob as barbas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de membros do STF, da Procuradoria Geral, do Ministério Público, da Polícia Federal, da OAB e de outras instituições da República, que nada fazem para impedi-lo, e obedece a um complexo ritual de trâmites, todos com data marcada com meses de antecedência. E, contrariando a natureza dos golpes, em que os golpistas atuam embaçados e na sombra, neste eles vêm à boca de cena e se identificam publicamente.

Na terça última (29), inúmeras categorias profissionais ocuparam as páginas dos jornais dizendo que gostariam de ver a presidente pelas costas. E se assinaram: fabricantes de sorvete, chocolate, biscoitos, balas, doces e derivados; plantadores de milho, cana e amendoim e produtores de óleos e azeites, leite, soja e macarrão. Sindicatos das indústrias de tintas e vernizes, cerâmicas e olarias, parafusos, porcas, rebites e similares, de artefatos de metais ferrosos e não ferrosos, de curtimento de couros e peles e de extração de mármore, calcários e pedreiras.

Industriais da cerâmica de louça e porcelana, da recauchutagem de pneus e retífica de motores e do beneficiamento de fibras vegetais e descaroçamento de algodão. Alfaítes, gráficos, farmacêuticos, misturadores de adubos, criadores de suínos e controladores de pragas urbanas. Etc. etc. etc.

Nunca se viu um elenco tão variado de golpistas.

Fonte: Acervo Folha (01 abr. 2016).

No entanto, ao se referir ao empresariado é de fato um golpe armado à luz do dia em prol de uma reforma que removesse direitos trabalhistas e aliviasse o cenário de crise econômica, advinda do próprio sistema capitalista.

Aprovou-se o prosseguimento do processo de *impeachment* da presidente, no dia 17 de abril de 2016, após uma sessão conturbada e cheia de ofensas pessoais à presidente, além de saudosismo à Ditadura Civil Militar de 1964, com 342 votos favoráveis ao processo de impedimento de governo de Dilma.

Nesse dia, a Folha publicou como manchete do jornal que a maioria seria a favor do processo de *impeachment*, com destaque na primeira página para a votação e com uma matéria de opinião na coluna Poder chamada: “7 pecados da presidente”, escrita na página A18 pelo jornalista Igor Gielow.

O que chama atenção sobre a opinião em relação ao processo de golpe é que ele se respalda em afirmar um maniqueísmo envolvendo as polaridades políticas, a própria matéria destaca na página principal, faz denotação a bíblia, indicando Dilma como uma pecadora, ou seja, o lado mal do jogo, que enfrenta o lado bom contra a corrupção, contra a esquerda.

Nos editoriais da página A2 (Figura 9), o editorial inicia com o posicionamento oficial da Folha sobre o processo de *impeachment*, indicando serem favoráveis à renúncia da presidente e seu vice, abrindo possibilidade constitucional para uma nova eleição ainda em 2016. Na mesma nota editorial, afirmam que a crise não será solucionada apenas com a saída da presidente, “A crise tem de ser encarada com equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva, atitudes que esta **Folha**, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará por manter” (Folha, A2, 2016b).

Figura 9: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 17/03/2016. Decisão da Câmara

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Decisão da Câmara

Votação sobre impeachment de Dilma, seja qual for o resultado, não resolverá impasse político, moral e econômico do país

Seria exagerado dizer que a crise vivida pelo país neste momento é a mais grave de sua história.

Para lembrar apenas dois exemplos, a que teve seu desfecho no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e a que resultou em duas décadas de ditadura militar, em 1964, conheceram desdobramentos que, hoje, nem os mais pessimistas haveriam de prever.

Em nenhum instante, contudo, foram tão grandes a impressão de complexidade, a carga de paradoxos, a variedade de alternativas e atitudes que a situação vem trazer aos olhos dos brasileiros.

Neste domingo (17), a Câmara dos Deputados vota o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Já representa uma simplificação, entretanto, apresentar assim a decisão a ser tomada. Embora na prática seja disso que se trata, do ponto de vista jurídico e institucional a descrição é inexacta.

Trata-se de votar a autorização para a abertura de um processo por crime de responsabilidade da presidente, a ser ainda examinado, em caso de vitória da oposição, pelo Senado Federal —num prazo que deveria ser abreviado tanto quanto possível.

to surge, até segunda ordem, como um dos vencedores prováveis da batalha do impeachment.

Enquanto isso, o vice-presidente Michel Temer (PMDB), com sua própria eleição contestada no Tribunal Superior Eleitoral e dirigindo uma agremiação habituada às mais rasteiras práticas políticas, prepara-se para assumir o poder.

O quadro lembraria, para utilizar as palavras do poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822), o da “hipocrisia cavalgando um crocodilo”, não fossem igualmente grotescos, mentirosos e reptilianos os protestos de inocência que Lula e seus coadjuvantes reclamam para si.

Sem dúvida uma vitória do impeachment neste domingo significará, para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições.

Se o afastamento da presidente vier a ser confirmado, todavia, ele não representará de imediato a resolução da crise política, econômica e moral em que o país se acha.

Fundado em premissas jurídicas em alguma dose contestáveis, o processo de impeachment é uma medida traumática, projetando para o futuro divisões e inconformismos que em nada contribuem para a travessia, a tudo crer longa, do grave momento econômico.

Em vez desse recurso extremo,

Ainda que de ordem processual, o esclarecimento serve para indicar o grau de minúcia das discussões em curso —e que contrastam com a simples e precisa percepção da ampla maioria dos brasileiros: o governo Dilma Rousseff acabou.

Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso.

O PIB recua, a inflação corrói salários, o desemprego aumenta, o crédito diminui; nenhum desses efeitos ocorreu sem que o dedo de Dilma estivesse entre as causas. Seu apetite intervencionista e sua inépcia gerencial arruinaram estatais como Petrobras e Eletrobras e afugentaram investidores.

Se a certa altura da caminhada Dilma insinuou uma tímida correção de rumos, já era tarde. A oposição fez tudo para barrar suas esporádicas tentativas de reconduzir a economia na direção da boa administração das contas públicas.

Entre os mais ferozes adversários da presidente contam-se figuras políticas notórias pelo envolvimento em diversos escândalos de corrupção, para não mencionar apenas a Operação Lava Jato. Tem-se o mais escarrado exemplo no presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Sobrevivendo no cargo por obra de expedientes que desafiam a credulidade, a paciência e a decência da sociedade, esse réu da Lava Ja-

melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano. Nos termos da Constituição, ela seria convocada em caso de renúncia da presidente e de seu vice —atitude dupla que esta **Folha** defende.

São muitos os desafios que se oferecem ao país, seja qual for o resultado da votação na Câmara, e o governo precisará de renovadas doses de legitimidade para vencê-los. Salvar a economia é a prioridade, mas não será fácil.

Alimentam-se, de um lado, resistências a medidas inadiáveis de restrição nos gastos públicos. De outro, promoveram-se ilusões demagógicas de que a sociedade não iria “pagar o pato”, sendo clara, no entanto, a necessidade de aumentar impostos a fim de restaurar finanças públicas que se aproximam do colapso.

A corrupção, por sua vez, não será vencida num lance parlamentar. Cresce, além disso, o temor de que um governo peemedebista venha a tentar desarmar a máquina investigativa da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, capaz de atingir muitos dos que hoje se pavoneiam na oposição.

Nenhum desses desafios será superado a curto prazo, e de nada ajudarão um clima de exaltação partidária ou eventuais tentativas de abafar a Lava Jato —algo que os brasileiros jamais admitirão.

A crise tem de ser encarada com equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva —atitudes que esta **Folha**, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará por manter.

Fonte: Acervo Folha (17 mar. 2016b).

A Folha denomina ser “neutra”, não tomando partidos e nem tendo favoritismo político, entretanto, aos poucos, vão aparecendo contradições dessa neutralidade nas entrelinhas do jornal. Nos editoriais a lógica é apresentar de quatro a cinco opiniões de oposição política ao PT e contrapor um espaço menor, com uma opinião contrária, geralmente escrita por algum filiado ao próprio partido, o que carrega ainda mais o peso de credibilidade, como se só existisse outro lado da realidade para o próprio partido.

Na edição publicada no domingo em que seria votado entre os deputados o *impeachment* da presidente, na Folha A3 foi apresentado um gráfico que registrava uma alta parcela de participações de leitores, cujo assunto principal entre 9 e 15 de abril era relacionados ao governo e o processo, exposto na Figura 10.

Figura 10: Assuntos mais comentados pelos leitores da Folha de S.Paulo, na semana de 9 a 15/04/2016



Fonte: Acervo Folha (2016).

Dentre as percepções que se destacam é que o governo de Temer seria beneficiado com a decisão, embora houvesse registros de parceria entre os políticos. Na mesma edição, são destacados a esperança de um governo limpo que retoma a fortificação da instituição brasileira, Temer é colocado em pedestal nas matérias de opinião, um salvador para reformas que precisam ser aprovadas com urgência para sair da crise, instaurada, segundo os editoriais, pela incompetência de Dilma.

Dia 26 de abril foi instaurada a comissão no Senado, elegendo como presidente Raimundo Lira (PMDB-PB) e como relator Antonio Anastasia (PSDB-MG). Nesse

mesmo dia o empresário educacional João Batista Araujo de Oliveira, emitiu sua opinião nos editoriais da Folha afirmando esperar uma mudança rápida na educação com a transição do governo, conforme apresentado na Figura 11.

[...] incluir reformas estruturais, que precisam ser feitas no curto prazo, e medidas de transição, para preparar uma segunda fase. [...] poderíamos reduzir desperdícios de bilhões de reais do Fies e Prouni. É fundamental também realizar uma profunda revisão do ensino médio, canalizando recursos do Sistema S para seu financiamento, realizada no bojo de um pacto federativo que viabilizasse a municipalização do ensino fundamental prevista na Lei de Diretrizes e Bases. [...] Na lista de cortes encontram-se praticamente todos os programas iniciados pelo MEC [...]. Isso se aplica ao Pronatec, às creches, ao programa de alfabetização e a todos os outros [...] (Oliveira, A3, 2016).

Figura 11: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 26/04/2016. Educação e a agenda de um novo governo

Educação e a agenda de um novo governo

JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA

A educação pode ajudar ou complicar a superação da crise econômica e política que vivemos? É algo para ser levado a sério por governo, empresariado e sociedade ou deve continuar objeto de ineficientes programas e bolsas de todos os tipos? Depois do estrago feito no setor nos últimos anos, sem contar o aparelhamento, por onde começar?

“Onde estiver o seu tesouro, aí também estará o seu coração.” Estando correto o provérbio, a análise dos gastos de 13 anos de governos petistas e as mudanças de rota de vários ministros da Educação confirmam que nunca existiu uma proposta efetiva para a área, e, se existiu, foi esquecida.

Houve uma certa consistência no período de Fernando Henrique Cardoso, mas nos vários governos estaduais e municipais encabeçados pelo PSDB não se nota nenhuma marca da sigla.

Parece vigorar hoje um grande consenso nacional por mais gastos, fortemente marcado pelo atendimento prioritário às pressões de natureza corporativista.

Na hipótese de vivermos um governo de transição, essa poderia ser a oportunidade de ouro para reiniciar uma política educacional viável e voltada para a eficiência e para a qualidade.

Uma agenda positiva precisaria

Evidências robustas mostram que a qualidade da educação, e não o número de anos de escolaridade, é que promove o crescimento econômico

incluir reformas estruturais, que precisam ser feitas no curto prazo, e medidas de transição, para preparar uma segunda fase. O pacote poderia começar com uma medida inovadora: a criação de um novo marco e estímulos para atrair, formar e manter futuros professores em instituições de elite.

Além de mudar a trajetória, poderíamos reduzir desperdícios de bilhões de reais do Fies e Prouni. É fundamental também realizar uma profunda revisão do ensino médio, canalizando recursos do Sistema S para seu financiamento, realizada no bojo de um pacto federativo que viabilizasse a municipalização do ensino fundamental prevista na Lei de Diretrizes e Bases.

Outras medidas contemplariam uma política vigorosa para a primeira infância, com ações mais eficazes, menos retóricas e alternativas de atendimento. E já que vivemos uma crise, nada mais oportuno do que rever os mecanismos de financiamento do governo federal e da educação em geral. Hoje os recur-

sos obrigatórios estão amarrados por legislações que estimulam a ineficiência; os voluntários estão atrelados à cooptação. São bilhões de reais no ralo.

Na lista de cortes encontram-se praticamente todos os programas iniciados pelo MEC, nenhum deles com avaliação feita —os que passaram pelo processo tiveram resposta negativa. Isso se aplica ao Pronatec, às creches, ao programa de alfabetização e a todos os outros. Só a redação do Enem custa mais de R\$ 100 milhões por ano, sem agregar qualquer informação útil.

Essas propostas seriam uma maneira de recomeçar de forma adequada a discussão das bases curriculares, assunto que depois de anos de rejeição foi assimilado pelas universidades e pelos grupos que apoiam o PT. Rever o PNE (Plano Nacional de Educação) torna-se imperativo, se prevalecer a racionalidade econômica.

Evidências robustas mostram que é a qualidade da educação, e não o número de anos de escolaridade, que promove o crescimento econômico. A educação precisa entrar na pauta da política e da economia, com urgência.

JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA, 67, doutor em educação, é presidente do Instituto Alfa e Beto, organização não governamental que promove políticas educacionais para a primeira infância

Fonte: Acervo Folha (26 abr. 2016a).

Destacou também a participação de empresários que, em muitos relatos divulgados no jornal, diziam-se lesados pela má administração da máquina pública.

Entre as matérias de opinião e notícias sobre o processo de *impeachment* foram ressaltadas a necessidade de avançar com a agenda neoliberal, como alternativa para sair da crise, promovendo reformas que desvinculam as responsabilidades do governo com a classe trabalhadora.

Em 6 de maio, a comissão aprovou o relatório de Antonio Anastasia, favorável à abertura do processo de *impeachment*, por 15 votos a favor e 5 contra. Em 12 de maio, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastou Dilma Rousseff do cargo. A partir desse momento, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, assumiu a condução do processo (Brasil, 2016).

No mesmo dia, Eduardo Cunha foi afastado do seu cargo de presidente da Câmara de deputados, com votação unânime entre os ministros da justiça. A pauta principal dos editoriais da Folha de S.Paulo foi o afastamento e a relação com o processo de *impeachment*, as opiniões a respeito do afastamento do deputado, é que foi tardia, tendo em vista que o pedido de afastamento já havia sido feito em 2015.

Com 55 votos favoráveis e 22 votos contrários, o Senado, no dia 12 de maio de 2016, autoriza abertura de processo de *impeachment*, levando ao afastamento da presidente da República, Dilma Rousseff, pelos próximos 180 dias.

“Temer assume e defende reforma e gasto social” essa foi a manchete da Folha destacando no dia 13 de maio de 2016, que, ao assumir a presidência, a prioridade de Temer, anunciou em seu discurso de posse que priorizaria a reforma trabalhista e previdenciária e faria uma “democracia da eficiência”, com teto de gastos, restabelecendo a economia.

Nos editoriais, o destaque são as opiniões esperançosas em relação ao novo governo, principalmente por parte do empresariado que, representado em seus interesses, apoia a nova gestão, como na opinião de Abram Szajman (Figura 12), o presidente da Federação de comércio e bens, emitiu apoio a Temer e declarou que a reconstrução do Brasil possa ser possível com uma lista de medidas que ele acredita serem necessárias na nova gestão.

- a) Restabelecimento do tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal);
- b) Desvinculação orçamentária e redução do número de ministérios;
- c) Estabelecimento de teto para o crescimento dos gastos públicos, sem aumento de impostos;

- d) Reforma da Previdência, com estabelecimento de idade mínima para aposentadoria;
- e) Desindexação de despesas e revisão da regra de reajuste do salário mínimo;
- f) Reforma trabalhista, com regulamentação da terceirização e autonomia na negociação entre empresas e empregados;
- g) Reforma Tributária, para simplificar o sistema e acabar com a guerra fiscal entre os Estados;
- h) Desburocratização e incentivo à negociação e conciliação;
- i) Maior abertura comercial e adoção de regras claras e estáveis em concessões, para atrair investimento privado em infraestrutura (Szajman, A3, 2016).

Figura 12: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 26/04/2016. Reconstrução da governança

Reconstrução da governança

ABRAM SZAJMAN

Após um angustiante período de dúvidas, de turbulência institucional e paralisia governamental, a instauração do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e sua substituição pelo vice-presidente Michel Temer renovam a esperança de que, finalmente, uma agenda de modernização seja adotada para recolocar o Brasil na trajetória de um crescimento sócio e ambientalmente sustentado.

A crise econômica que vivemos é sem precedentes. O Produto Interno Bruto (PIB) deve recuar 4% em 2016, após ter registrado queda de 3,8% no ano passado. Será a primeira vez, desde a década de 1930, que a economia brasileira registra retração por dois anos consecutivos.

A renda per capita cai pelo terceiro ano seguido, assim como as vendas do varejo paulista, que recuaram 3% em 2014, 6% em 2015 e devem cair 5% neste ano, segundo dados e projeções da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo). A taxa de desemprego chegou aos 11%. Mais de 100 mil vagas formais são eliminadas por mês.

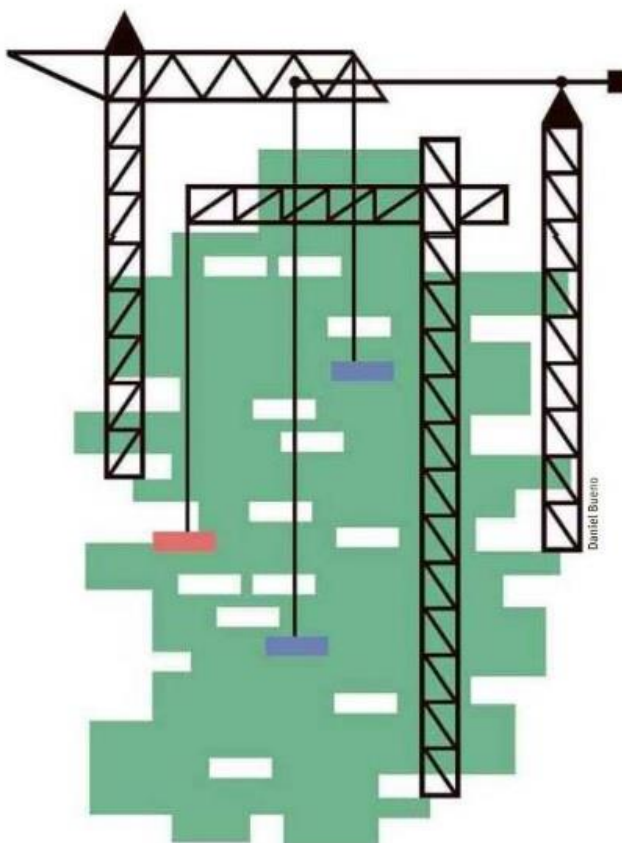
Apesar da depressão da atividade econômica, a inflação segue elevada, os juros estão altos e os bancos não mostram disposição de emprestar. As empresas adiam ou cortam investimentos, enquanto as famílias, com o orçamento cada vez mais apertado, reduzem gastos.

As características da recessão atual diferem, entretanto, daquelas que se dão dentro dos ciclos econômicos, como consequência de períodos de euforia ou reflexo de choques externos. Antes de tudo, a crise brasileira é de confiança e resulta de problemas estruturais, agravados por intervenções governamentais equivocadas.

Reverter esse cenário exigirá liderança, agilidade e colaboração entre os poderes Executivo e Legislativo. Será preciso botar a casa em ordem para incentivar os investimentos que podem dar início a um novo ciclo de crescimento virtuoso.

É urgente enfrentar o problema das despesas crescentes da Previdência, modernizar as leis trabalhistas para estimular a geração de empregos e abrir a economia, de modo a garantir concorrência no mercado interno. A indexação das despesas públicas, a rigidez do orçamento e as políticas de subsídio do BNDES precisam ser revistas.

Trata-se de uma extensa pauta de reformas, que precisará de amplo apoio do Congresso para avançar. Para além dos objetivos políticos de curto prazo e da pressão dos interesses corporativistas, a Fecomercio-



O afastamento da presidente Dilma e sua substituição por Temer renovam a esperança de que uma agenda de modernização seja adotada

cioSP defende as seguintes medidas para reconstruir a governança:

- Restabelecimento do tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal);
- Desvinculação orçamentária e redução do número de ministérios;
- Estabelecimento de teto para o crescimento dos gastos públicos, sem aumento de impostos;
- Reforma da Previdência, com estabelecimento de idade mínima para aposentadoria;
- Desindexação de despesas e revisão da regra de reajuste do salário mínimo;
- Reforma trabalhista, com regulamentação da terceirização e auto-

nomia na negociação entre empresas e empregados;

g) Reforma Tributária, para simplificar o sistema e acabar com a guerra fiscal entre os Estados;

h) Desburocratização e incentivo à negociação e conciliação;

i) Maior abertura comercial e adoção de regras claras e estáveis em concessões, para atrair investimento privado em infraestrutura.

Nada disso será duradouro, porém, sem uma reforma política que reforce os princípios de representatividade e da soberania popular, garantindo, ao mesmo tempo, estabilidade das instituições democráticas. Reduzir os custos das eleições e adotar cláusulas de barreira para os partidos serão passos importantes nessa direção.

ABRAM SZAJMAN, 76, é presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade que gere o Sesc e o Senac no Estado

Aos vinte nove dias do mês de agosto em 2016, Dilma se defende no senado e acusa o processo de ser um golpe armado dentro das instituições políticas, para tirá-la do poder. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, Dilma teve seu mandato cassado, com 75% dos votos do Senado, sem a perda dos direitos políticos, encerrando treze anos do governo petista.

No dia seguinte ao golpe, jurídico, midiático e parlamentar de Dilma, o editorial da Folha publicou:

A prioridade máxima da administração agora confirmada é a recuperação de uma economia em frangalhos. Para tanto, é preciso abandonar as hesitações da interinidade e adotar, como sugeriu o próprio Temer em suas primeiras falas como governante efetivo, atitude mais corajosa e firme. [...]
É, sobretudo, imperativo aprovar no Congresso os projetos de reforma econômica - teto para os gastos públicos e revisão nas regras da Previdência - que se configuram como alavancas sem as quais o Brasil não emergirá da recessão calamitosa em que atolou há dois anos (Folha, 2016a).

Em 21 de agosto 2023, sete anos após o processo de *impeachment*, o caso de improbidade contra a ex-presidente Dilma Rousseff, foi arquivado pelo Tribunal Regional Federal, o Ministério Público não encontrou evidências que levassem a responsabilizar a ex-presidente por crime de responsabilidade. Com o conjunto de fatores políticos e interesses do judiciário na Operação Lava Jato, ficou provado que a intenção de destituir a presidente do comando da República, foi um golpe de Estado, com a intenção de avançar a agenda neoliberal, sendo apoiado pelo congresso e pela imprensa que não apenas noticiou como fortaleceu a ideologia de acabar com a corrupção.

Após análise dos editoriais, constatou-se que A Folha de S.Paulo, é uma empresa que dialoga com o conservadorismo e reforça as pautas reformistas neoliberais. A máscara usada pelo jornal para afirmar sua neutralidade, cai por terra, ao levantar a quantidade e frequência em que os editoriais predominantemente publicaram opiniões e notícias tendenciosas contra o governo petista e favorável a uma agenda neoliberal, contribuindo, por diversas vezes, com a construção da saída para a crise econômica ser feita apenas pela via de reformas que atingiam diretamente a classe trabalhadora.

Ao defender as pautas neoliberais por meio dos editoriais, fica evidente que o jornal prioriza colocar opiniões que favoreçam a ideologia dominante, seja com destaque para o que diz respeito a reforçar os benefícios de reformas como a previdência, trabalhista e educacional, cobrando posicionamento reformista do novo presidente, seja por desmoralizar com ironia assuntos relacionados ao governo de Dilma, eleito democraticamente.

O próprio formato usado nos editoriais, demonstra pela estrutura a disposição do jornal para fortalecer a narrativa antipetista, uma vez que as charges presentes na página A2 e as ilustrações da A3, contam como piada e crítica ao governo de Dilma Rousseff. No decorrer de 2016 “Para continuar exercendo a hegemonia cultural, a mídia precisa preservar margens de consentimento e consenso sociais ao duplo papel de que se investe: o de principal fonte de informação e conhecimento da realidade e o de suposta intérprete de aspirações de seus leitores, ouvintes, telespectadores e usuários.” (Moraes, 2016, p. 125).

4.4 A Folha de S.Paulo favoreceu o processo de mercantilização da educação?

Ao investigar como os editoriais da Folha de S.Paulo, influenciaram na construção do golpe que levou à destituição do governo eleito democraticamente de Dilma Rousseff, faz-se necessário esclarecer a hipótese: as opiniões expressas nos editoriais da Folha de S.Paulo, contribuíram para que avançasse o projeto de desmonte da educação pública, favorecendo a mercantilização da educação?

Para testar a hipótese, elaborou-se o Quadro 1, com o levantamento feito nos editoriais, aos domingos, dia de maior circulação do periódico. Analisou-se de dezembro de 2015 até dezembro de 2016, constatou-se que em 52 versões analisadas, obteve-se 104 opiniões, pois em cada edição havia duas opiniões, salvo as exceções de: 27/12/2015, 03/01/2016, 31/01/2016, 14/04/2016, 10/07/2016, 2/10/2016, 16/10/2016, 6/11/2016, que apresentaram apenas uma opinião, nos dias mencionados.

A pauta: Agenda Neoliberal, contendo opiniões sobre reformas de base e crise econômica representa 25% da amostra coletada, colocou-se como um tema à parte editoriais que se destinavam a educação (8,7%) e *impeachment* (12,5%).

Quadro 1: Amostra coletada de editoriais aos domingos, de dezembro de 2015 a dezembro de 2016

DATA	TEMA	TÍTULO	FONTE:
6/12/15	IMPEACHMENT	PAUSA NA ECONOMIA	https://acesse.one/ACERVOFOLHA06122015
	CORRUPÇÃO	JOGOS CONTRA O CRIME	
13/12/15	AGENDA NEOLIBERAL	LADEIRA ABAIXO	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA13122015
	ESTADO ISLÂMICO	GUERRA E PACIFICAÇÃO	
20/12/15	IMPEACHMENT	RITO ORGANIZADO	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA20122015
	PRAIAS	O SOL É PARA TODOS	
27/12/15	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO FORA DA CAIXA	https://acesse.one/ACERVOFOLHA27122015
3/1/16	DENGUE	BATALHA CONTRA O AEDES	https://acesse.one/ACERVOFOLHA03012016
10/1/16	ESTADO ISLÂMICO	REFORMA INSUFICIENTE	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA10012016
	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	CNJ A PERIGO	
17/1/16	AGENDA NEOLIBERAL	E NÃO SE MOVE	https://acesse.one/ACERVOFOLHA17012016
	EDUCAÇÃO	BURACO NA BASE	
24/1/16	AGENDA NEOLIBERAL	TABELA CONGELADA	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA24012016
	ZIKA EUA	ZIKA EXPORTADA	
31/1/16	AGENDA NEOLIBERAL	O QUE FAZER	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA31012016
7/2/16	ZIKA	DEBATE URGENTE	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA07022016
	SÍRIA	SÍRIA, CRISE MUNDIAL	
14/2/16	CRISE ECONÔMICA	A QUEDA CONTINUA	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA14022016
	PAPA FRANCISCO	O PAPA E O PATRIARCA	
21/2/16	STF	PARADOXO PENAL	https://acesse.one/ACERVOFOLHA21022016
	ICMS	IMPOSTO KAFKIANO	
28/2/16	AGENDA NEOLIBERAL	CONTRA O TEMPO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA28022016
	AVENIDAS DE SP	VIAS ABERTAS	
6/3/16	AGENDA NEOLIBERAL	ESTÁ NO PREÇO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA06032016
	PLANO DIRETOR SP	REGRAS PARA A CIDADE	
13/3/16	AGENDA NEOLIBERAL	LIDERANÇA AVILTADA	https://acesse.one/ACERVOFOLHA13032016

	ZIKA	AINDA MAIS PREOCUPANTE	
20/3/16	IMPEACHMENT	A COMISSÃO E AS RUAS	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA20032016
	ENERGIA	ENERGIA RENOVADA	
27/3/16	IMPEACHMENT	DIZER O ÓBVIO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA27032016
	SANEAMENTO BÁSICO	PARADOXO A SANEAR	
3/4/16	AGENDA NEOLIBERAL	EXPECTATIVAS	https://acesse.one/ACERVOFOLHA03042016
	EDUCAÇÃO	GAMBIARRA PEDAGÓGICA	
10/4/16	STF	SALTO DE MATURIDADE	https://acesse.one/ACERVOFOLHA10042016
	VIOLÊNCIA TORCIDA	TRAGÉDIA NO FUTEBOL	
17/4/16	IMPEACHMENT	DECISÃO DA CÂMARA	https://acesse.one/ACERVOFOLHA17042016
24/4/16	AGENDA NEOLIBERAL	GOVERNOS MÍNIMOS	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA24042016
	ONU	CLIMA DE BOAS INTENÇÕES	
1/5/16	JUROS E DÍVIDAS	ARMADILHA ESTADUAL	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA15052016
	EDUCAÇÃO	AO DEUS-DARÁ	
8/5/16	IMPEACHMENT	CAÇA AO PRIVILÉGIO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA08052016
	EDUCAÇÃO	RÉGUA E COMPASSO	
15/5/16	IMPEACHMENT	RECUPERAR, DESARMAR	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA05052016
	EDUCAÇÃO	NA BASE DA IDEOLOGIA	
22/5/16	AGENDA NEOLIBERAL	ESCRUTINAR A MÁQUINA	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA22052016
	MEIO AMBIENTE	LICENÇA PARA ATROPELAR	
29/5/16	TEMER/LAVA JATO	PRONOMES E POLÍTICOS	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA29052016
	SISTEMA DE SAÚDE	SAÚDE EMPÍRICA	
5/6/16	IMPEACHMENT	RITOS E ESPERAS	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA05062016
	MERENDA	MERENDA PROBLEMÁTICA	
12/6/16	AGENDA NEOLIBERAL	PONTO DE EQUILÍBRIO	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA12062016
	SP	PARQUES DE INVERSÕES	
19/6/16	AGENDA NEOLIBERAL	DEBAIXO DO TETO	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA19062016
	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO	DOENÇA PREEXISTENTE	

26/6/16	REINO UNIDO E A XENOFOBIA	REINO DESUNIDO	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA26062016
	EDUCAÇÃO	COERÇÃO NA USP	
3/7/16	AGENDA NEOLIBERAL	ESCAMBO INTRAMUROS	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA03072016
	SISTEMA DE SAÚDE	BUROCRACIA SEM REMÉDIOS	
10/7/16	AGENDA NEOLIBERAL	RISCOS DO GRADUALISMO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA10072016
17/7/16	IMPEACHMENT	ALGO MELHOR	https://acesse.one/ACERVOFOLHA17072016
	MELHORIA ECONOMIA	OTIMISMO CAUTELOSO	
24/7/16	CAIXA DOIS/CANDIDATURAS	LABORATÓRIO ELEITORAL	https://acesse.one/ACERVOFOLHA24072016
	MELHORIA ECONOMIA	FÔLEGO EMERGENTE	
31/7/16	AGENDA NEOLIBERAL	A MOSCA AZUL	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA31072016
	TRUMP	TRUMP, RISCO MUNDIAL	
7/8/16	AGENDA NEOLIBERAL	OBSOLETA E EXCLUDENTE	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA07082016
	VENEZUELA	IMPASSE NO MERCOSUL	
14/8/16	ELEIÇÕES	SALTO NO ESCURO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA14082016
	AGENDA NEOLIBERAL	REGALIAS NA CASERNA	
21/8/16	OLIMPÍADAS	PRATA NA CASA	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA21082016
	BNDS	BNDES NOS TRILHOS	
28/8/16	IMPEACHMENT	PEDALADAS EM QUESTÃO	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA28082016
	ECONOMIA	O SOCIAL E O ECONÔMICO	
4/9/16	AGENDA NEOLIBERAL	A CRISE É NOSSA	https://acesse.one/ACERVOFOLHA04092016
	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO DE EVIDÊNCIAS	
11/9/16	AGENDA NEOLIBERAL	RESSUSCITAR AS ESTATAIS	https://acesse.one/ACERVOFOLHA11092016
	IGREJA	PARÓQUIAS E CLIENTELISTAS	
18/9/16	AGENDA NEOLIBERAL	FREIO DE ARRUMAÇÃO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA18092016
	ELEIÇÃO, SENADO	MENOS DISTORÇÃO	
25/9/16	IMPEACHMENT	DE DENTRO E DE FORA	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA25092016
	CAMPANHA ELEITORAL	VÍCIOS ARCAICOS	

2/10/16	PROBLEMAS SP	TRANSFORMAR SÃO PAULO	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA02102016
9/10/16	STF	MENOS IMPUNIDADE	https://acesse.one/ACERVOFOLHA09102016
	ELEIÇÃO MUNICIPAL	CORRIDA CARIOCA	
16/10/16	AGENDA NEOLIBERAL	BRASIL EM REFORMAS	https://acesse.one/ACERVOFOLHA16102016
23/10/16	AGENDA NEOLIBERAL	MAIS PRESSA	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA23102016
	GUERRA ORIENTE MÉDIO	A BATALHA POR MOSSUL	
30/10/16	OPERAÇÃO LAVA JATO	DESPISTE O CINISMO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA30102016
	VIOLÊNCIA BRASIL	BRASIL SOMBRIO	
6/11/16	AGENDA NEOLIBERAL	ANTES QUE SEJA TARDE	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA06112016
13/11/16	EDUCAÇÃO	IRONIAS DE TEMER	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA13112016
	CLIMA	SECA 2.0	
20/11/16	RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	PACOTE APERFEIÇOADO	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA20112016
	AGENDA NEOLIBERAL	OTIMISMO ABALADO	
27/11/16	<i>IMPEACHMENT / NOVA GESTÃO</i>	NÃO APRENDERAM NADA	https://acesse.one/ACERVOFOLHA27112016
	<i>FAKE NEWS</i>	A PERNA LONGA DA MENTIRA	
4/12/16	LEGALIZAÇÃO DO ABORTO	O DILEMA DO ABORTO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA04122016
	FUTEBOL	FUTEBOL SOLIDÁRIO	
11/12/16	AGENDA NEOLIBERAL	ROTA INSUSTENTÁVEL	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA11122016
	POLÍTICA ITALIANA	A VEZ DA ITÁLIA	
18/12/16	CRISE ECONÔMICA E INVESTIMENTO NO SETOR PRIVADO	AO MENOS A INTENÇÃO	https://acesse.one/ACERVOFOLHA18122016
	ELEIÇÕES	PEC DA ELEIÇÃO DIRETA	
25/12/16	IMPEACHMENT	DE OLHO NELES	https://l1nk.dev/ACERVOFOLHA25122016
	COLÔMBIA	A FASE MAIS DIFÍCIL	

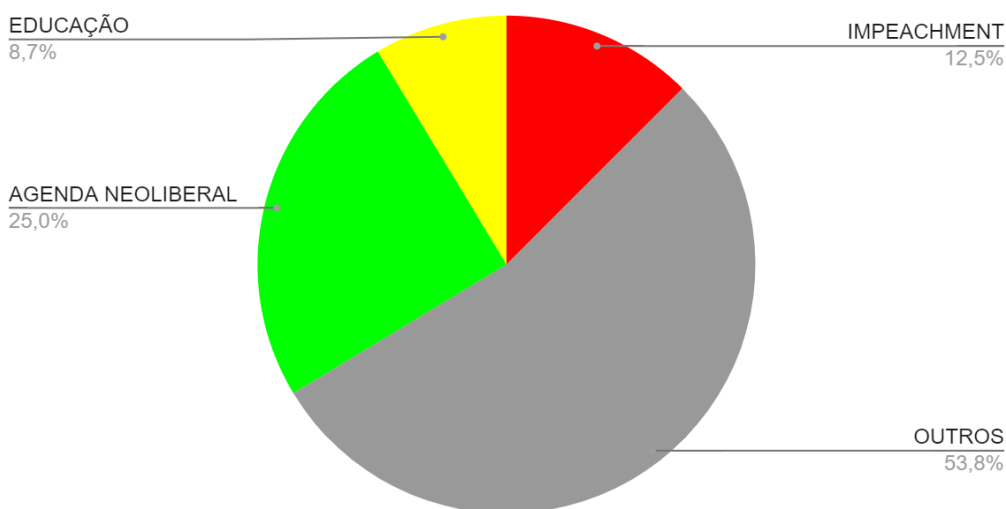
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No levantamento feito, 26 editoriais foram destinados a tratar da agenda neoliberal, tratando da crise econômica e opinando favoravelmente às reformas de base, principalmente a reforma da previdência, que foi mencionada na maior parte das

amostras analisadas. A Figura 13 demonstra as proporções dos assuntos tratados na amostra coletada.

Figura 3: Assuntos tratados nos editoriais pesquisados

TEMAS TRATADOS NOS EDITORIAIS DA FOLHA DE S.PAULO DE DEZEMBRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2016.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O discurso em prol de reformas apareceu sempre como uma solução para a crise econômica e como crítica à ineficiência de Dilma prosseguir com elas,

Diante de um colapso orçamentário de tal monta, torna-se irrealista imaginar que o governo vá conseguir reequilibrar suas contas que dirá obter saldos para o pagamento dos juros de sua dívida sem um novo aumento da já excessiva carga tributária nacional. [...]

Mas ressalte-se, acima de tudo, que a presidente Dilma não terá condições de cobrar esse e outros sacrifícios dos contribuintes se não demonstrar a disposição de encaminhar reformas que permitam a estabilização futura dos gastos públicos, que não poderão poupar previdência, saúde e educação. Esse é o preço político a pagar pela desfaçatez com que levou o Tesouro Nacional à ruína (Acervo Folha, 24 jan. 2016).

O interesse em manter um discurso que coloca a presidente em xeque, em relação a sua capacidade administrativa, é recorrente, demonstrando que o único caminho aceitável para que ocorra uma melhora econômica seja com avanço da precarização do trabalho, ou mudando as regras da previdência.

Em vez de pacotes de crédito, o governo Dilma precisa apresentar um conjunto de reformas do gasto público para devolver rumo ao país. [...] Mas a presidente não apresentou um plano adequado nem mesmo a tempos normais, ainda menos para os dias que exigem um programa de reconstrução urgente. [...]

Não haverá o fundamental engajamento do empresariado enquanto tais projetos estiverem impregnados dos cacóetismos estatistas e outras teimosias da presidente. Mas, acima de tudo, não haverá ambiente para empreendimentos de nenhuma espécie caso não se dê conta do mínimo essencial das reformas do gasto público. A primeira tarefa é conter, ainda que em caráter emergencial, a expansão das despesas obrigatórias com pessoal, aposentadorias, benefícios trabalhistas e assistenciais, entre outros-que consomem quase 90% da receita disponível da União. Para tanto, há que se enfrentar com coragem uma compulsão dos formuladores de políticas públicas no país: a destinação de parcelas fixas da arrecadação a determinados programas e setores, como saúde, educação e uma miríade de exemplos menos importantes (Acervo Folha, 31 jan. 2016).

Outro fator observado, é que, conforme as datas das publicações se aproximavam de votações ou movimentações referentes ao processo de *impeachment*, o editorial se manifestava afirmando ser ceticismo não encarar a recessão financeira, ora culpando o partido, ora a ineficiência da presidente, a defesa da Agenda Neoliberal é constante.

Com o início do calendário político e o turbilhão incessante de escândalos, reavivaram-se as discussões sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff (PT). Só isso bastaria para tornar menos provável a aprovação do tímido programa de reformas do governo, recebido ademais com ceticismo nos mercados e com franca desaprovação em seu partido. As críticas acerbas do PT a esse conjunto ainda vago de medidas levanta mais suspeitas sobre a viabilidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional. A ruína econômica e a fragilidade da presidente alimentam uma a outra (Acervo Folha, 28 fev. 2016).

A reforma da Previdência é apresentada como uma medida fundamental para aliviar os cofres públicos, inclusive usam de ataques pessoais a figura de Dilma, como alguém insignificante e que ela não seria capaz de fazer uma escolha que o Jornal defende constantemente ser uma medida adequada para recuperar a economia.

Dilma deveria resistir às pressões do PT e, quanto antes, apresentar ao Congresso um projeto de reforma da Previdência Enquanto o poder presidencial fibrila como coração à beira do colapso, o desespero para reanimá-lo ameaça fulminar a intenção de reformar a Previdência, raro acerto na extensa lista de erros do governo Dilma Rousseff (PT). [...] Atitudes como essa reforçam a imagem da presidente como figura

pública liliputiana. Prisioneira voluntária de um labirinto de escolhas aviltadas, Dilma parece não enxergar o dano que seu apequenamento provoca no país. [...] Talvez ainda haja tempo de a presidente liderar a única reação capaz de salvar ao mesmo tempo seu governo e sua biografia. Ela passa pela adesão imediata e definitiva à agenda de reformas, entre elas a da Previdência, que podem colocar de volta nos trilhos um país que descarrila (Acervo Folha, 13 mar. 2016).

Quando se levanta a hipótese de que os editoriais criaram mecanismos de criar um consenso público de que o processo de *impeachment* era justificável por mascarar a real intenção de retirada da presidente, busca-se contextualizar que ao se tratar do termo golpe é devido a fatos como o espetáculo apresentado na imprensa que levou a questionar a legitimidade do processo, não apenas por figuras de esquerda, mas também na imprensa estrangeira. A democracia brasileira vai demonstrando suas fragilidades à medida que não agrada os interesses da classe dominante.

Dois dias depois, em entrevista a veículos estrangeiros, repetiu a ladainha. “Não estou comparando com os golpes militares do passado, mas isso [*impeachment*] seria uma ruptura da ordem democrática”, afirmou a presidente, segundo o jornal britânico “The Guardian”. [...] Se o Executivo e o Legislativo gozam de pouco prestígio, se a presidente e lideranças do Congresso contribuem para acirrar os ânimos, cabe ao Judiciário dar o exemplo. Um processo de *impeachment* já é suficientemente traumático; o país não precisa sair da crise com suas instituições desacreditadas (Acervo Folha, 27 mar. 2016).

Assim, ao fazer uma análise comparativa da realidade a narrativa fragmentada que o jornal, por meio dos editoriais foi apresentada, no decorrer do ano em que se estabeleceu o processo, vai ficando evidente a própria defesa de que havia interesses além da possível luta contra a corrupção, ou as peladas fiscais, que foi o respaldo jurídico encontrado para iniciar o avanço do desmonte de serviços públicos.

O *impeachment* é um juízo jurídico-político; foi este último aspecto que prevaleceu. Pelo descalabro econômico, pela profusão de escândalos comandados pelo PT, sobretudo pela perda de toda capacidade governativa, o afastamento de Dilma Rousseff surgia como pré-requisito de uma recuperação urgente.[...] A crise que atravessamos é profunda o bastante para tornar desejável um retorno à fonte de onde a deriva o poder da autoridade política, por meio de consulta à totalidade dos cidadãos (Acervo Folha, 15 maio 2016).

Basta voltar alguns anos, no período eleitoral que precedeu o segundo mandato, para verificar que a defesa de uma nova gestão seria feita a todo custo, incluindo destituir a representante de mais de 51% dos brasileiros que foram às urnas e votaram em Dilma. A crise mundial capitalista é a causa do problema, e o próprio editorial afirma seus interesses abertamente “Nossas agruras são, na maior parte, derivadas de uma política interna tão irresponsável quanto mal formulada, agravada por favores estatais e fraudes. Não há crise mundial para desculpá-las” (Acervo Folha, 04 set. 2016). Veja o destaque do editorial de 16 de outubro de 2016 (Figura 14), que enfatiza a defesa pela Agenda Neoliberal.

Figura 14: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 16/10/2016. Brasil em reformas

Brasil em reformas

Com base ampla, governo põe em curso programa de mudanças que altera pactos sociais e reverte tendência de expansão do Estado

Desde maio, quando Michel Temer (PMDB) ainda ocupava de forma interina a Presidência da República, o Congresso aprovou — ou está prestes a aprovar — projetos de lei e propostas de emenda à Constituição em número e relevância suficientes para modificar a vida econômica e política do país.

PRINCIPAIS PROJETOS DA GESTÃO TEMER

- > PEC que limita a expansão dos gastos públicos
- > Novas regras para o pré-sal
- > Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023
- > Lei de Responsabilidade das Estatais
- > Reforma do ensino médio
- > Reforma política

Fonte: Acervo Folha (16 out. 2016).

Referente ao avanço da Agenda Neoliberal, ela implica diretamente na mercantilização da educação pública, em nove editoriais que opinaram sobre o sistema educacional no Brasil, todos apresentavam críticas ao modelo de gestão pública e defendiam a privatização para empresas educacionais ou ongs, em prol de um resultado eficiente na aprendizagem.

Há, além disso, uma nova lei de governança das estatais, que tende a melhorar a administração e o crédito das empresas, e a lei do setor

elétrico, que facilita a privatização, entre outras providências. [...] O bom desempenho no Parlamento encoraja o governo a propor uma reforma da Previdência ampla, embora o tema seja impopular. Assim como no caso do limite de gastos, estão em jogo pactos socioeconômicos fundamentais. Antes mesmo de se conhecer o destino de tal reforma, outras devem entrar na agenda. Até março do ano que vem precisa ser votada a medida provisória que reorganiza o ensino médio. [...] Em caso de sucesso, com a retomada do crescimento e a racionalização do governo, terá havido grande revisão de pactos sociais e a reversão da tendência de décadas de expansão do Estado (Acervo Folha, 16 out. 2016).

Essa defesa por reformas na base do currículo, no modelo de gestão pública das escolas e no tipo de ensino ofertado na educação básica pública, representa o interesse de patrocinadores, empresários da educação que publicam também nos editoriais as medidas que defendem ser benéfica ao sistema de ensino, o que engaja a opinião pública a acreditar na boa fé desses empresários para melhorar a qualidade do ensino. Assim, o editorial de 03 de abril de 2016 (Figura 15) demonstra o que foi posto.

Figura 15: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 03/04/2016. Educação de evidências

Educação de evidências

Há um adágio da física que assevera que só se conhece aquilo que se pode medir. Especialmente nas ciências humanas, essa ideia é vista com horror e espanto.

Não há necessidade de aguardar a suspensão desse debate epistemológico nem de posicionar-se a seu respeito para concluir que a mensuração de um fenômeno, mesmo não sendo essencial ao conhecimento, decerto o favorece.

É positivo, portanto, constatar que a preocupação em medir resultados tenha chegado ao campo da educação, paradoxalmente um dos que mais resistem a avaliações.

O Instituto Unibanco e secretarias estaduais de educação mantêm o projeto Jovem de Futuro. Ele oferece apoio a escolas públicas interessadas em melhorar a gestão educacional, adotando programas estruturados com foco no aluno.

O economista Ricardo Paes de Barros, do Insper, testou o Jovem de Futuro seguindo cânones do método científico e concluiu que, neste caso, o que parece óbvio não apenas funciona, isto é, resulta em maior aprendizado, como ainda o faz numa escala considerável.

Levar projetos educacionais à bancada do laboratório para medi-los com alguma precisão nem sempre é fácil, mas Paes de Barros e o Instituto Unibanco conseguiram.

De uma amostra de escolas in-

teressadas em aderir ao programa, eles sortearam algumas para adotá-lo imediatamente e outras, o grupo de controle, para aguardar três anos antes de fato iniciá-lo. Assim, puderam realizar 141 experimentos de comparação entre escolas com perfil inicial semelhante e testar o impacto que a introdução do programa gerou.

Ao final do terceiro ano de teste, os estudantes que concluíram o ensino médio nas escolas que mudaram sua gestão obtiveram em média cinco pontos a mais nas provas do exame Saeb do que os dos colégios que ficaram no grupo de controle. A análise estatística apontou robustez nos resultados. A melhora de cinco pontos equivale a 80% do que o estudante brasileiro normalmente aprende num ano letivo — um ganho considerável.

Iniciativas para investigar com rigor o impacto de políticas educacionais precisam multiplicar-se. Não dá mais para autoridades e educadores implantarem políticas com base em meras opiniões e em teorias pedagógicas favoritas.

É preciso que suas decisões estejam amparadas em estudos científicos, num movimento análogo ao que a medicina realizou algumas décadas atrás, inaugurando a chamada medicina baseada em evidências — uma inovação que salvou incontáveis vidas.

Fonte: Acervo Folha (03 abr. 2016).

O editorial, assim como os referentes à educação, desmerece primeiro os professores da área de ciências humanas, como incapazes de desenvolver pesquisas com metodologias científicas, o que já demonstra o tipo de ataque que fazem a

educação, mas o discurso se pauta em defender a mercantilização da gestão pública, e isso aparece em todos os editoriais analisados no período coletado. Na Figura 16 apresenta-se na íntegra um editorial de 2015, o qual demonstra vários ataques a escola pública, e como sugestão de investimento, está o corte de verbas para o ensino superior.

Figura 16: Editorial da Folha de S.Paulo do dia 27/12/2016. Educação fora da caixa

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Educação fora da caixa

Um abismo separa a urgente revolução de qualidade no ensino do que a sociedade brasileira tem conseguido encaminhar para reformá-lo

Chega a ser aflitivo contemplar o desfiladeiro que separa o que é preciso fazer pela educação brasileira daquilo que na prática se está fazendo. Precisamos de uma revolução, mas não logramos nem mesmo conceber uma reforma decente.

O último ato da tragédia de erros se materializa na mal conduzida Base Nacional Comum Curricular.

A versão preliminar proposta por 116 especialistas reunidos pelo MEC carrega tantos problemas que nem parece possível, à primeira vista, chegar a um guia confiável para que pais, professores e gestores possam avaliar — em cada classe, em cada escola, em cada cidade — se os objetivos do ensino estão sendo cumpridos.

A falta de foco e de alvos prioritários bem definidos marca esse documento, assim como tudo o mais que o precedeu. Basta mencionar o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, que se esparrama em 20 metas e desdobra cada uma em numerosas estratégias; há 36 delas só para a sétima meta.

CINCO IDEIAS PARA DEBATE

1. Enfatizar o gasto com o ensino básico, e não com o universitário
2. Garantir seis horas efetivas de aula por dia
3. Pôr ênfase em português e matemática no currículo nacional
4. Dar autonomia a mestres e diretores e facilitar demissão dos piores
5. Fechar escolas ruins ou entregar sua gestão a organizações sociais

pois, o país asiático alcançou 12 anos; o Brasil nem chegou a oito.

Para piorar, a escolaridade aumentou, mas não a produtividade média do trabalhador brasileiro. Por aqui, houve muita ênfase em inclusão na escola e pouca em qualidade do ensino. Nossos estudantes continuam apresentando péssimo desempenho em provas padronizadas nacionais e estrangeiras.

Regional e localmente, contudo, algumas redes públicas obtiveram avanços notáveis. Entre os Estados, destacam-se Pernambuco, Goiás e Rio de Janeiro. O caso que mais tem chamado a atenção,

Não será com tamanha verbosidade e com a multiplicação de intenções tão generosas quanto aéreas que se vencerá a guerra por uma educação melhor. Isso só será alcançado com um recuo ao básico: dar aulas de verdade, que utilizem o tempo disponível para explicar o conteúdo definido e sua utilidade; propor exercícios sobre o que foi ensinado; corrigir os erros cometidos e explicar por que são erros. Usar tecnologia? Sim, tanto quanto possível, e sem fetichismo.

Qualificar, valorizar e pagar melhor os professores? Por certo, mas sobretudo os que demonstrarem mais empenho e desempenho.

Adotar currículo único? Claro, desde que seja para tirar professores de sua zona de conforto e lhes dar clareza sobre qual é a missão, além de reorientar o que se ensina nas escolas de pedagogia.

Entretanto, nenhuma dessas iniciativas obterá eficácia isoladamente ou sem um choque de gestão nas escolas públicas. Esse diagnóstico parte de especialistas — no que conviria chamar de educação baseada em evidências — do gabarito de Naercio Menezes Filho e Ricardo Paes de Barros.

Nenhum deles se opõe a aumentar recursos para a educação. Mas, sem um plano mais concreto, observam, seria imprudente dobrá-los dos atuais 5,2% do PIB para 10%, como estipula o PNE.

Não basta dinheiro para recuperar o tempo perdido e alcançar níveis de qualidade já obtidos por países como Chile e Coreia do Sul, mencionados por Menezes Filho em ensaio recente (bit.ly/1PkE6D9).

Coreia e Brasil partiram de patamares semelhantes nos anos 1960: média de menos de três anos de estudo por pessoa. Meio século de-

pois, não é do município cearense de Sobral.

De 2005 para 2013, a cidade foi capaz de quase dobrar o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de seus alunos, de nota 4 para perto de 8 — melhor que o índice alcançado pela média das escolas particulares de São Paulo.

Algo de muito acertado se praticou ali. Não há por que não se debruçar sobre a experiência para tentar replicar o feito sobralense noutras partes do país.

Segundo Menezes Filho, o sucesso de Sobral pode ser resumido numa palavra: gestão.

Entre as medidas adotadas figuram prioridade para a alfabetização na idade certa, com currículo bem definido; produção de material didático próprio com treinamento pragmático para docentes aprenderem a utilizá-lo com eficácia; avaliação externa com bônus financeiro para mestres e escolas com bom desempenho.

Outro componente do sucesso é a autonomia para diretores e professores escolherem os meios de alcançar metas claras e mensuráveis. Também há que vencer o preconceito ideológico e realizar experimentos como entregar a gestão de escolas da rede oficial a organizações sociais.

Paes de Barros investe ainda contra outro tabu, que barra a solução de cobrar mensalidades do aluno de universidade pública que possa pagar para eliminar distorção no investimento público: despende muito mais com estudantes do ensino superior (R\$ 21 mil por ano) do que com os de pré-escola e ensino fundamental (R\$ 5.500).

Não se romperá o nó górdio da educação sem abandonar as ideias feitas e sem pensar fora da caixa.

Fonte: Acervo Folha (27 dez. 2015).

O exemplo dado como um bom modelo para melhorar a educação é pautado em defesa de empresários, Paes de Barros, coordenador do Instituto Ayrton Senna e Naercio Menezes Filho, que é economista, ambos falam sobre administração privada e inclusive atacam a universidade pública. A reflexão proposta na hipótese apresentada nesta pesquisa vai se comprovando à medida que se percebe que o ingresso da classe trabalhadora no ensino superior incomoda, aparecendo nos

editoriais o ataque a investimentos relacionados a formar pessoas apenas na educação básica e, ainda assim, se for gestada pelo setor privado.

Em outra publicação, o editorial demonstra a insatisfação com a BNCC, publicado em 17 de janeiro de 2016, em que o editorial apresenta se incomodar com a escolha do MEC (Ministério da Educação), em abrir espaço para sugestões na Base, que seria filtrado pela UnB (Universidade de Brasília), demonstrando insatisfação pela escolha do molde adotado, sugere que comece do zero a reforma da Base Curricular.

Em 03 de abril de 2016, outro editorial relacionado à educação foi publicado com o título: “Gambiarra pedagógica”, em que é apresentada uma insatisfação pelo modelo de ensino nas escolas públicas. A reclamação é pautada na falta de formação na área que se ministra disciplinas fundamentais para a formação do sujeito, segundo o editorial, que é língua portuguesa e matemática e chama de gambiarra pedagógica os professores que assumem disciplinas sem a formação na área.

De fato, um problema que precisa ser solucionado é o déficit de professores em diversas áreas, seja pela desvalorização docente no mercado de trabalho, seja pela realidade nas escolas, que exige do professor diversas outras funções além de transmitir um determinado conteúdo. Entretanto, ao apresentar a crítica e os motivos de ter profissionais atuando em outras áreas, mais uma vez, o editorial propõe a intervenção privada e a reforma da BNCC.

Em diversos editoriais encontra-se o discurso em prol da Agenda Neoliberal e que mencionava a necessidade de corte de verbas públicas com a medida de Teto de Gastos, ou com reformas de base, que afetam a classe trabalhadora e estudantes da rede pública. Exemplarmente, tem-se o editorial de 13 de novembro de 2016, quando Temer já avançava com medidas nas quais o Jornal se posicionou favorável.

Há menos de um mês, celebrando com uma plateia de empresários a sanção de um projeto que amplia o prazo para o pagamento de dívidas tributárias, referiu-se jocosamente aos que, fora do palácio, protestavam contra a flexibilização de direitos trabalhistas. Eles “aplaudem este grande momento do governo federal”, sorriu Temer, sugerindo aos empresários que contratassem os manifestantes ao final do evento. “Se não têm emprego, quem sabe arrumam”, arrematou. [...]

A PEC 241 não impõe cortes aos orçamentos da educação e da saúde. Se bem-sucedida, propiciará queda significativa nas altíssimas taxas de juros, precisamente o foco das condenações vindas de quem associa a administração do PMDB aos interesses do capital financeiro. Por sua vez, ainda que inabilmente apresentada por medida provisória, a reforma do ensino médio avança em inúmeros aspectos,

como o aumento da carga horária e da liberdade dos alunos na estruturação de sua grade curricular (Acervo Folha, 13 nov. 2016).

Diante do levantamento dos editoriais da Folha de S.Paulo, fica evidente que existem interesses em avançar a agenda neoliberal, apresentando diversas opiniões convenientes ao avanço das reformas que modificam os direitos trabalhista, previdenciário e educacional. A imprensa atua como formadora de opinião e como um meio informativo, portanto, teve papel significativo para favorecer o discurso e a prática de empresários e acionistas que patrocinam o jornal. Ao publicar opiniões de empresários do ensino privado e destacar a importância de mudar a Base Nacional de Educação, priorizando o ensino básico, salientando que a gestão pública não funciona e instigando a gestão privada, a Folha de S.Paulo favoreceu o processo de mercantilização da educação pública.

5 CONCLUSÃO

O levantamento dos editoriais comprova que Folha de S.Paulo, atuou para a agenda neoliberal de reformas de base fosse aprovada pelo leitorado, opinando constantemente sobre a importância de aprovar medidas que modificaram os direitos de trabalhadores, para favorecer a economia.

Para compreender a totalidade histórica da realidade apresentada na grande imprensa, recorreu-se ao materialismo histórico, apresentou-se a forma que a crise se formou e como ela teve efeitos no Brasil. Foi descrito quais os efeitos para a educação a Reforma da BNCC do Ensino Médio.

Em nenhuma edição analisada encontrou-se a explicação real de onde surgia o problema de recessão econômica enfrentado no Brasil. Como apresentado aqui, o contexto histórico que o país enfrentava em 2016 é causado por uma crise cíclica do capitalismo, que ocorre justamente por ser um sistema autofágico.

Em 2008, a crise financeira que iniciou nos Estados Unidos, a princípio no setor imobiliário, com preços (hipotecas subprime), investidores externos aproveitaram, ao titularizar o crédito, começou uma secularização financeira e deu início a quebra de grandes bancos de investimentos, como Lehman Brothers, que sediam esses empréstimos, agravando uma crise global, levando à recessão econômica de muitos países, incluindo o Brasil.

Esses efeitos passaram a ser sentidos a longo prazo e gerou uma alta taxa de desemprego, pois muitas empresas acabaram falindo, a queda da produção econômica, a instabilidade nos mercados financeiros, gerando a necessidade da máquina pública enfrentar esses prejuízos. Como resposta à crise, o governo de Dilma, investiu dinheiro público para amenizar as taxas de juros, mascarou enquanto conseguiu o problema, porém, a crise mundial manteve seu impacto de forma duradoura e em seu segundo mandato, aliado a essa crise e a resistência da oposição no congresso, Dilma enfrentou o processo de *impeachment*.

O Jornal Folha de S.Paulo, é parte importante da imprensa, que articulou um pensamento forjado por grandes monopólios patrocinadores e acionistas do jornal, levando a sociedade a acreditar em um vilão fictício, representado falsamente na figura de Dilma Rousseff e do PT em 2016, com a narrativa de superar a crise econômica e política. Foi preciso, para isso, manter a ideologia hegemônica da classe

dominante, por meio de editoriais, muitas vezes, tendenciosos que se buscou analisar a fim de verificar se contribuíram para o avanço da agenda neoliberal.

A agenda neoliberal busca a diminuição do Estado, privatizando empresas, retirando direitos dos trabalhadores, para aumentar a lucratividade de empresários, diminuir custos do Estado com a previdência e alimentar o mercado de instituições que oferecem a opção da previdência privada. Além de retirar gastos públicos com a infraestrutura de serviços básicos como saúde, lazer e educação.

Como uma das medidas dessa agenda, o desmonte da educação pública, por meio da precarização dessas instituições, com o corte de verbas e o acesso do trabalhador a uma educação esvaziada, sem qualidade que forneça meios para que ele problematize a realidade e se torne autônomo em suas escolhas. Tal situação favorece que as pessoas as quais acessam a escola pública saiam apenas formadas para atuar no mercado de trabalho, sem que tenham direitos garantidos, possuindo apenas o que denominam resiliência para aceitar o que for posto.

A BNCC e, com ela, o Novo Ensino Médio, apresentam um currículo com disciplinas que buscam tornar a classe trabalhadora resiliente ao mercado de trabalho, sem direitos. Ao retirar da grade as disciplinas humanísticas que ajudavam na construção da autonomia do pensamento, na criticidade social, como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação física, resta ao estudante, aprender por meio de itinerários formativos, a ser empreendedor, formador do próprio negócio e responsável por sua condição econômica.

Não se apresenta, entretanto, que a realidade na qual essa pessoa nasceu e está se desenvolvendo é causada pelo sistema capitalista e que a mudança dessa condição não ocorre apenas pela força de vontade. Ao sair dessa formação fragmentada, o aluno da escola pública não consegue acessar o ensino superior, que cobra o aprendizado de todas as áreas, incluindo as que foram removidas do currículo, sem acesso ao ensino superior gratuito e sem condições de ingressar em instituições particulares, a classe trabalhadora, que estudou na escola pública, aprende que precisa aceitar as condições de emprego impostas pela reforma trabalhista, sem direitos, sem questionamentos, ou ser responsável por empreender em algo, sem capital. Consequentemente, forma entende que é responsável pelo próprio fracasso, nessa lógica de meritocracia alimentada nas disciplinas itinerantes do novo currículo.

Essas características neoliberais, são defendidas nos editoriais da Folha de S.Paulo, pois a imprensa no Brasil, trabalha em prol de seus patrocinadores e

acionistas, além de estarem a serviço da classe dominante, que, como apresentado neste trabalho, é a burguesia, dona de grandes monopólios, incluindo a mídia. Portanto, defender e avançar com essa agenda, favorece aqueles que estão por trás do serviço prestado na imprensa.

Chegou-se a resposta da hipótese de pesquisa com os dados analisados e obteve-se a comprovação, de que o discurso apresentado pelos editoriais do Jornal Folha de S.Paulo, fundamenta que, para acabar com um problema de recessão econômica do sistema capitalista, é necessário culpar uma pessoa do governo que não está disposta a apoiar o avanço de reformas estruturais.

Para cumprir seu papel de manter a hegemonia do grupo que detém os monopólios, e que favorece empresários e políticos, constrói-se um enredo ideológico, no qual a solução é demonstrar a necessidade de mudança de presidente, para que os avanços da agenda neoliberal ocorram, para isso, é reforçado, constantemente, os benefícios das reformas para solucionar a crise econômica. Dentre os problemas apresentados, a Folha sinaliza que a educação do país está em ruínas e uma reforma da base curricular é fundamental ser feita, colocando nas entrelinhas dos editoriais o que empresários da educação defendem ser importante, ou seja, reduzir investimento público no ensino superior, colocar a gestão das escolas para entidades não governamentais, aumentar a carga horária de disciplinas e investir em propostas que levam a mercantilizar a educação.

Ao salientar diariamente a farsa de um *impeachment* que foi elaborado pelo congresso, amparado pelo sistema judiciário, e espetacularizado pela mídia, foi forjado um golpe contra um governo eleito democraticamente, que, mesmo apresentando muitas falhas administrativas, não foi o causador do problema de recessão econômica.

Para enfrentar o problema, o congresso apresentou medidas que afetavam a classe trabalhadora, em prol da salvação de empresários, que estavam perdendo seu lucro. Para isso, foi construída uma narrativa da realidade na qual o melhor caminho, seria a retirada de Dilma do poder, para passar as reformas pelo congresso, sem impedimento do presidente e que se viu na história recente do país que foi concluída com sucesso, pois ao assumir a presidência, Michel Temer deu seguimento em diversas reformas, incluindo a BNCC e o Novo Ensino Médio.

Essa dissertação buscou investigar o passado recente da política brasileira, aliado à imprensa e à educação, com embasamento científico e histórico, provocar na

sociedade a possibilidade de refletir e debater sobre os interesses contidos nas entrelinhas da imprensa, tendo em vista que a classe trabalhadora foi afetada pelo avanço da agenda neoliberal e foi alvo da imprensa que atua na produção ideológica, atuando na reforma da educação e no esvaziamento de pensamento crítico, com uma base que reforça a formação somente para o trabalho e desumaniza os sujeitos, fortalecendo a ideia de meritocracia na grade curricular do Ensino Médio.

6 REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. **O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas**. In: Ferreira, Jorge e Aarão Reis, Daniel (orgs). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 6 out. 2023.
- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. *Metamorfoses do contrato representativo: Jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo*. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 149-170, nov. 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AZEVEDO, Fernando Antônio de Farias. **A Grande Imprensa Brasileira. Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014)**. São Carlos, São Paulo, 2016.
- AZEVEDO, Ricardo de; MAUÉS, Flamarion, dir. **Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **Democracia e mídia no Brasil**. In GOULART, Jefferson O (org.) *Mídia e Democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARATTA, Giorgio. **As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, JeanFrançois. (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** Brasiliense, 2007.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996**. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Senado. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. 2016b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil#:~:text=Ap%C3%B3s%206%20dias%20de%20julgamento,Congresso%20Nacional%20e%20do%20Brasil>. Acesso em: 08 jan 2024.
- BRASIL. **Carta ao Congresso Nacional - Medida Provisória nº 746, de 2016**. MP-em 84 MEC ALT LEI 9.394. Estab. Diretrizes E Bases Da Educação Nac. Parte integrante do avulso da MPV Nº 746. Brasília, DF. 2016a. Acesso em: 03 ago. 2023.

Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4700379&ts=1547877005458&disposition=inline>

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília: DF, 2017b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746/2016, de 2016, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil. Planalto, Presidência da República. Brasília, DF, ano 196, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. 2018**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base#:~:text=O%20Que%20%C3%A9%20a%20BNCC,e%20modalidades%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica>. Acesso em: 19 abr. 2024. BRAVO, Guilherme Pigozzi; OLIVEIRA, Tiago Siqueira. O partido midiático: imprensa e construção da hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. In: **VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo**, 2009, São Paulo.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do Antigo Ao Novo Desenvolvimentismo Na América Latina**. MOODLE USP. 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2576502/mod_resource/content/1/IAL5747/10.01.Do_velho_novo_desenvolvimentismo.CCF.pdf Acesso em: 15 dez. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **1934 - A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CARVALHO, Guilherme. Diretrizes para a Análise de Discurso em Jornalismo. **Revista Uninter de Comunicação**, ano 1, n. 1, 2013.

CARVALHO; Araujo; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Discutindo a história da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930-1959)**. In: ARAUJO, J.C.S.; DÉCIO JÚNIO, G. Novos tempos em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Editora autores associados, 2002.

CECHIN, A.; MONTOYA, M. A. Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, [S. l.], v. 23, n. 48, 2017. DOI: 10.5335/rtee.v23i48.7363. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/7363>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CHAMPAGNE, Patrick. **La construction médiatique des “malaises sociaux”**. In: Actes de la recherche en sciences sociales, v. 90. La souffrance. pp. 64-76; DOI : <https://doi.org/10.3406/arss.1991.2997>. 1991. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1991_num_90_1_2997. Acesso em: 18 jan. 2024.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **Crack de 1929 e a grande depressão da década de 30**. Porto Alegre: Pradense, 2011. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/OswaldoCoggiola/publication/287205265_A_Crise_de_1929_e_a_Grande_Depressao_da_Deca_da_de_1930/links/5673115e08ae04d9b099bec7/A-Crise-de-1929-e-a-GrandeDepressao-da-Decada-de-1930.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **Depressão Econômica, Imperialismo Capitalista E Guerra Mundial (1870-1918)**. Editora Alinea. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/8568934/do_imperialismo_%C3%A0_guerra_mundial Acesso em: 15 jan. 2024.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. As crises econômicas e a teoria marxista. **Revista de Economia Mackenzie**; São Paulo, v. 7, ed. 3, 2009. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/1553> Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educ. Soc., Campinas**, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEL ROIO, Marcos (Org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2014.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOLHA DE S.PAULO. **Acervo Digital**. 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>

FOLHA, de S.Paulo. 2001a. Getulistas destroem máquinas da Folha. **Folha de S.Paulo**, dez. 1949. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-01.shtml. Acesso em: 8 nov. 2023

FOLHA, de S.Paulo. 2001b. Militares ameaçam suspender circulação. **Folha de S.Paulo**, 22 set. 1971. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml. Acesso em: 8 nov. 2023.

FOLHA, de S.Paulo. 2001c. Apoio a diretas amplia peso político do jornal. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-03.shtml. Acesso em: 8 nov. 2023.

FOLHA, de S.Paulo. Editoriais: Decisão da Câmara. 2016b. **Folha de S.Paulo**. 17 mar. 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=20563&anchor=6021360&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=2ab45d6b0d7550f1d2de46b9cc5b8dcf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

FOLHA, de S.Paulo. Editoriais: Governo Novo. 2016a. **Folha de S.Paulo**. 16 abr. 2016. Disponível em:
<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=20700&anchor=6033014&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=b068cb8ad4d01ab62cc38d0a0c5a35e9>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FONTAINHA, F.; RODRIGUES, P.; FERNANDES, P. de A.. A Reforma Trabalhista de 2017 e seus efeitos: análise do fluxo processual do TRT1. **Opinião Pública**, v. 27, n. 3, p. 797–821, set. 2021.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Atica, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - Introdução ao Estudo da Filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – O Princípio Educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GRAMSCI, Antônio. Os Jornais e os Operários. Primeira Edição: **Jornal Avanti!** Edição de Piemonte, 22 de dezembro de 1916. Transcrição de: Alexandre Linares para o Marxists Internet Archive. 2005. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.html>. Acesso em: 17 dez. 2023.

Hansen, Alvin H. **Fiscal Policy and Business Cycles**. Tradução nossa. Nova Iorque: W.W. Norton, 1941.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo, Expressão Popular, 2006, 592 p. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KECK, Margaret Elizabeth. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/khwkr/pdf/keck-9788579820298.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

KUCINSKI, Bernardo. As **Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998**. Ed. Atelie, São Paulo, 2000.

KUCINSKI, Bernardo; LIMA, Venício A. de. **Diálogos da Perplexidade**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LEHER, Roberto. **A educação no Governo Lula da Silva: A ruptura que não aconteceu**. In: Os anos de Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro. Garamindl, 2010.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”**. 1998. Tese de (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1998.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2007. Disponível em: https://gepel.furg.br/images/MANACORDA_MARX_E_A_PEDAGOGIA_MODERNA.pdf Acesso em: 20 jan. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2019.

MANZI, Rafael H. D. **A ordem econômica internacional no pós-guerra fria: da transição uni-multipolar à acomodação institucional do resto e do G8 emergente**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Editora Moraes, 1983.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: livro III – o processo global de produção capitalista. edição Friedrich Engels. Editora Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos: José Arthur Giannotti. 4. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Col. Os Pensadores.)

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo à teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Paulo: Ensaio, 1989.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MORAES, Dênis de. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia Da Libertação: origem e desenvolvimento. **Fragmentos de Cultura- Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, v. 22, v. 2, p. 185-191, Abr./Jun. 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/download/2307/1410> Acesso em: 30 jan. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **Hegemonia às avessas**. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às Aversas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, João Batista Araujo de. Educação e a agenda de um novo governo. **Jornal Folha de S.Paulo**. 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=20572&anchor=6022108&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=90a1368f89d7fd3932f32e1cfd014182> . Acesso em: 18 jan. 2024.

ORSO, Paulino José. **Escola “sem” partido ou um partido a serviço da burguesia?**. In: BATISTA, Eraldo Lema; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (orgs.) *Escola sem partido ou a escola da mordça e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 131, 2019.

PARANÁ, Secretaria de Educação. **Itinerários Formativos 2023**. 2023b. Disponível em: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=49298&ext=pdf&k=0e26b39e7d>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio**. Editora: Estado do Paraná. 2023. Disponível em: https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/lib/pdfs/web/viewer.php?ref=49298&search=%21collection3701+&order_by=collection&offset=0&restypes=&starsearch=&archive=&per_page=48&default_sort_direction=DESC&sort=ASC&context=Modal&k=0e26b39e7d&curpos=&file=https%3A%2F%2Facervodigital.educacao.pr.gov.br%2Fpages%2Fdownload.php%3Fref%3D49298%26size%3D%26ext%3Dpdf%26page%3D1%26alternative%3D-1%26k%3D0e26b39e7d%26noattach%3Dtrue Acesso em: 11 de fev de 2024.

PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira. **Democracia, igreja e voto: o envolvimento dos padres de paróquia na eleição de 1982**. Tese de doutoramento em Sociologia, São Paulo, USP, 1984.

RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade**. Salamandra Editora, 1984

RODRIGUES, Leôncio Martins. **A composição social das lideranças do PT**. In: Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <https://backoffice.books.scielo.org/id/cghr3/pdf/rodrigues-9788579820267-02.pdf>
Acesso em: 10 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Em defesa da escola pública**. In: Lima, Antonio Bosco de; Previtali, Fabiane Santana; Lucena, Carlos. (Orgs.) **Em defesa das políticas públicas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SICSÚ, João. Uma Teoria De Depressões: Comentários. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. e202423, 2020.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC Da Reforma Do Ensino Médio: O Resgate De Um Empoeirado Discurso. **Educação em Revista**, v. 34, p. e214130, 2018.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SOUTO, Vanda Maria Martins. Sua cabeça agora é minha: uma crítica ao argumento neoliberal sobre o ProUni. **Trabalho Necessário**. v. 6, p. 1-21, 2008.

SOUZA, Jamerson Murillo Anúnciação de. **Tendências Ideológicas do Conservadorismo**. Tese de Doutorado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Recife, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. São Paulo: Leya, 2016. E-Book.

SZAJMAN, Abram. Reconstrução da governança. Editoriais **Folha de S.Paulo**. 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=20589&anchor=6023478&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=2e714a3911d8d63fbf297c5ba914ed34A>
cesso em: 02 fev. 2024.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Os efeitos econômicos da Reforma Trabalhista**. In: Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade / Organizadores: José Dari Krein, Roberto Vêras de Oliveira, Vitor Araújo Filgueiras. – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

TRÓPIA, V. Patrícia. O ensino superior em disputa: alianças de classe e apoio à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación**. ISSN: 1681-5653. Uberlândia. 2009.

UNICEF. **Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes**. Pesquisa realizada pelo Ipec para o UNICEF. Brasil, 2022. Acesso em: 03 mar. 2023.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-brasileira-em-2022-a-voz-de-adolescentes> Acesso em: 18 mar. 2023.

XAVIER, Ana Carolina Rocha. **A Globalização Financeira E Os Impactos Da Crise De 2008 Para Os Países Emergentes: O Brasil Da Deflagração Da Crise À Gestão Rousseff (2010-2016)**. Trabalho de Conclusão de Curso. PUC Goiás. 2020.